

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Marina Pequeneza de Moraes

Israel e Palestina sob a perspectiva brasileira:
política externa e realinhamentos árabes e judaicos.

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo
2016

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Marina Pequeneza de Moraes

Israel e Palestina sob a perspectiva brasileira:
política externa e realinhamentos árabes e judaicos.

Mestrado em Ciências Sociais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em CIÊNCIAS SOCIAIS, sob a orientação do Prof. Dr. Guilherme Simões Gomes Junior.

São Paulo
2016

Banca Examinadora:

Ninguém trouxe mais alegria e amor à minha vida que meu sobrinho tão amado. Thiago, espero que possamos construir um mundo melhor para você.

Agradeço à concessão da bolsa integral pelo CNPq, através do processo nº 130052/2014-0, sem o qual esta pesquisa não seria, neste momento, viável.

AGRADECIMENTOS

Sou eternamente grata aos meus pais, Vera Pequeneza e José de Moraes, por todo o empenho dedicado à minha educação, que diante de todas as dificuldades, restrições e adversidades conseguiram oferecer a mim e ao meu irmão uma educação de qualidade, que nos possibilitou caminhar sozinhos em busca de nossos sonhos. Agradeço, especialmente, à minha mãe que me transmitiu o verdadeiro valor do conhecimento, o gosto por aprender e transmitir, o apreço pela educação como elemento transformador. Mãe, você é um grande exemplo para mim, uma educadora exemplar, muito obrigada por me inspirar. Além disso, sua companhia nas apresentações dos resultados parciais desta pesquisa atenuaram a tensão do momento.

Sou igualmente grata à minha avó, Mariinha, que neste ano fez o maior dos esforços para continuar conosco, e como ela diz: “estar presente no *lançamento deste livro*”.

Jamais poderia esquecer do meu irmão, Fernando, que sempre me apoiou e colaborou com este trabalho, ouvindo minhas explicações e compreendendo minhas angústias.

Ao meu companheiro, Guilherme Delgado, agradeço a imensa compreensão com meu humor nem sempre amigável, com as noites de pesquisa, as viagens de campo e minha ausência nos últimos meses. Obrigada pelo apoio, carinho e incentivo sempre presente.

Aos colegas do Programa de Ciências Sociais da PUC-SP e do Programa San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP), nomeadamente: Adriano Rosetto, Deysi Ciocari, Fabiana Coleta, Merilyn Escobar e Victor Sion, deixo o meu muito obrigada pela troca de experiências, conhecimento, pelas orientações, pelos trabalhos compartilhados, e pelas conversas que animaram nossos momentos durante os anos desta pesquisa. Agradeço, também, aos funcionários do Programa de Ciências Sociais, Kátia e Rafael, pela paciência e auxílio com as burocracias das documentações exigidas.

Sou imensamente grata ao meu orientador, Guilherme Simões Gomes Júnior, pela paciência, presença, empenho e sabedoria com que conduziu minha orientação. Suas colocações e ponderações deram novo sentido a essa pesquisa, no momento

em que contribuiu para a construção do objeto desta análise. Com certeza a união de uma internacionalista com um cientista social resultaram em uma pesquisa singular. Obrigada, foi um prazer trabalhar com o senhor.

Agradeço, por fim, aos funcionários do Arquivo Histórico do Itamaraty, pela atenção e disponibilidade dedicada aos pesquisadores.

Ao Embaixador Eduardo Uziel, Chefe da Divisão do Oriente Médio no Itamaraty, deixo registrado minha gratidão pela disponibilidade e prontidão nas orientações quanto a pesquisa de campo, nos Arquivos do Itamaraty, e interesse em minha pesquisa.

Sou grata, também, ao Conselheiro Guilherme Frazão Conduru, que se colocou à disposição para consultas e forneceu preciosas informações quanto à pesquisa no Arquivo Histórico do Itamaraty em Brasília.

RESUMO

O presente estudo pretende contribuir para a análise da política externa brasileira em relação à questão israelo-palestina durante o período de formação do Estado israelense. De forma a adensar este debate, o trabalho busca compreender como as comunidades árabe e judaica presentes no país receberam e se mobilizaram diante da política brasileira adotada na questão.

Foi necessário contextualizar tanto o cenário doméstico quanto o internacional, a fim de verificar quais forças e elementos foram fundamentais para o posicionamento diplomático brasileiro e a configuração que a questão palestina adquiriu na sociedade, segundo a hipótese de que os eventos de 1947 e 1948 tiveram um papel formador do arabismo e judaísmo brasileiros.

Para isto, o estudo foi permeado pela análise dos documentos históricos da diplomacia brasileira, disponíveis nos Arquivos do Itamaraty, dos impressos nacionais mais relevantes no período: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Folhas de São Paulo* e *Estado de São Paulo*, assim como de fontes secundárias.

A convergência de tais fontes nos possibilitou perceber que, o governo brasileiro em sua formulação diplomática teve de dialogar com fatores diversos permeados por preconceitos e políticas restritivas, inseridas dentro do período histórico analisado, e que as etnias em questão possuíam características singulares e motivações distintas entre si, as quais afetaram diretamente a forma e os resultados de sua mobilização.

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa Brasileira. Brasil. Israel. Palestina. Árabes. Judeus.

ABSTRACT

The study aims to contribute to the analysis of Brazilian foreign policy regarding the Israeli-Palestinian issue during the establishment of the Israeli State.

In order to take the debate further, the research seeks to understand how the existing Arab and Jewish communities in this country campaigned in favour of their own position within the Brazilian policy on this matter.

For us to investigate the essential forces and elements in the formation of Brazilian diplomatic positioning, it is crucial we understand how the Palestine issue was discussed and how it shaped within society, according to the 1947 and 1948 events, which determined the establishment of the Arab and Jewish communities in Brazil. It is therefore necessary to emphasise the meaning of both domestic and international scenarios.

The study is based upon the analysis of documents related to the Brazilian diplomatic history, available in the archives of Itamaraty Palace - Ministry of External Relations, as well as the archives of the most relevant national newspapers of that period, "Jornal do Brasil", "Correio da Manhã", "Folha de São Paulo" and "Estado de São Paulo", amongst several other sources.

By gathering all information available from all sources it is clear to us that the Brazilian government in his diplomacy had to overcome a series of factors, which were previously based on restrictive and pre-judgemental policies existing during this historical period. As a result, the fact that the two groups in question have unique characteristics and beliefs shows us the direct impact towards their mobilisation and the outcome of it.

KEYWORDS: Brazilian Foreign Policy. Brazil. Israel. Palestine. Arabs. Jews.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA
AGRADECIMENTOS
RESUMO
ABSTRACT

INTRODUÇÃO	10
1.A EXECUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	21
1.1. <i>Um balanço do período: diplomacia e interesse nacional (1930-1950).....</i>	21
1.2. <i>A atuação brasileira na ONU e seus antecedentes.....</i>	36
1.3. <i>O diplomata brasileiro: Oswaldo Aranha e as Nações Unidas</i>	41
1.4. <i>A Questão Palestina: gênese e interlocução com a política externa brasileira.....</i>	47
2.ACLIMATAÇÃO DAS COMUNIDADES JUDAICAS E ÁRABES NO BRASIL.....	65
2.1. <i>O cenário doméstico: as forças políticas nacionais (1930-1950)</i>	65
2.2. <i>O Brasil como destino: contexto imigratório a partir de 1930</i>	84
2.2.1. <i>A imigração judaica para o Brasil e o seu perfil.....</i>	86
2.2.2. <i>A imigração síria e libanesa para o Brasil e seu perfil.....</i>	93
3.A RESSONÂNCIA DAS VOZES ÁRABE E JUDAICA NO BRASIL	101
3.1. <i>A imprensa no Brasil: breve histórico dos jornais.....</i>	101
3.1.1. <i>A imprensa imigrante: dados e trajetória da imprensa árabe e judaica.....</i>	104
3.2. <i>A questão israelo-palestina sob a ótica dos impressos: a imprensa como veículo de informações e ideias</i>	107
3.3. <i>Questões árabe, judaica e o Brasil: diplomacia e política</i>	122
3.4. <i>As vozes da colônia: a formação de grupos de pressão.....</i>	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
FONTES.....	146
REFERÊNCIAS.....	146

INTRODUÇÃO

A questão israelo-palestina, ainda hoje, é considerada uma das mais complexas e insolúveis das relações internacionais contemporâneas, o que a transforma em um rico objeto de pesquisa, com a possibilidade de diferentes abordagens, uma vez que, o tema é transpassado por conteúdos transversais: o problema dos refugiados/deslocados, os assentamentos judaicos em território palestino, a expansão das fronteiras israelenses, as guerras e conflitos que rotineiramente são destaque na mídia, a política israelense, a luta pelos direitos civis dos palestinos, as recentes campanhas de boicote ao Estado de Israel, as organizações não governamentais de não-violência tanto palestinas, como israelenses, ou internacionais, que buscam a estabilização de dois Estados, enquanto outras a garantia de direitos igualitários a ambas nacionalidades em um único território, os debates no âmbito das Nações Unidas, a análise dos votos e resoluções aprovadas, entre outras questões.

Percebe-se, portanto, que são possíveis inúmeras abordagens do mesmo tema, oferecendo espaço e campo de pesquisa riquíssimo, dessa maneira essa pesquisa procurou adotar uma abordagem até então pouco desenvolvida na universidade, especialmente, dentro dos estudos nacionais que se aproximam do tema aqui explorado: a política externa brasileira para a questão palestina, com foco nas mobilizações das colônias judaicas e árabes presentes no Brasil, considerando os eventos de 1947 e 1948 como os formadores do judaísmo e do arabismo brasileiros.

Os principais trabalhos sobre a questão palestina elaborados por pesquisadores brasileiros são os livros organizados por Gilberto Dupas e Tullo Vigevani, *Israel – Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global* (2002) e o livro organizado por Norma Breda dos Santos, *Brasil e Israel: diplomacias e sociedades* (2000). A seguir através de uma breve exploração dos resultados dessas pesquisas, apontaremos os caminhos percorridos por tais pesquisadores, assim como as suas conclusões sobre a questão israelo-palestina.

O Brasil, segundo Amado Luiz Cervo (2000, p. 09) vinculou-se historicamente, a Israel, de duas maneiras: por um lado, pelo envolvimento diplomático e político e, por outro, pela etnicidade e cultura. Em uma abordagem mais circunscrita e pontual,

Gilberto Dupas (2002, p. 07), credita o interesse do Brasil pelo tema ao envolvimento de Oswaldo Aranha no encaminhamento da criação do Estado de Israel enquanto presidente das Sessões da Assembleia Geral em 1947.

João Vicente Pimentel (2002, p. 287), ressalta que o Brasil sempre é lembrado pela atuação de seu diplomata, como presidente da Assembleia das Nações Unidas, porém considera que suas ações nem sempre foram claramente formuladas pelo Ministério das Relações Exteriores.

Aranha empenhou-se para facilitar a obtenção de um consenso e desobstruir o arduo curso dos trabalhos, contribuindo para aprovar um plano que ele sabia imperfeito, mas que não deixava de atender aos interesses ocidentais e brasileiros. O desempenho do estadista assegurou ao Brasil um papel essencial na adoção da Resolução nº 181. O texto estabelecia um regime territorial internacional para Jerusalém, um *corpus separatum*, fundamentado na singular dimensão espiritual e universal da cidade.

Apesar de a princípio a questão não aparecer como central na política externa brasileira, vista a atuação de perfil baixo que o Brasil exerce, alguns autores argumentam que aqueles que defendem “posições e princípios universalistas, [em] situações de injustiça e de guerra, conflitos que se referem a valores importantes, nos interessam de perto” (VIGEVANI, CINTRA e KLEINAS, 2002, p. 20). Segundo os autores, o papel de perfil baixo do Brasil pode ser explicado pelo fato do conflito ser local, porém apesar do:

[...] conflito não se ter totalmente internacionalizado, no sentido de provocar uma guerra mundial [...], não significa que seu significado e suas consequências não sejam do interesse de todos, particularmente do Brasil, país cujos representantes nos fóruns internacionais há muito afirmam posições de princípio, por outro lado condizentes com seus próprios interesses (VIGEVANI, CINTRA e KLEINAS, 2002, p. 25).

E Amado Luiz acrescenta ainda outro fator de incentivo à manutenção de uma relação privilegiada com o Estado de Israel, no qual os:

[...] laços étnicos e culturais entre Brasil e Israel compeliavam os dois países ao relacionamento bilateral. Os judeus ocupam, com efeito, largo espaço na base da sociedade brasileira, racialmente heterogênea e culturalmente plural. Seria inimaginável pensar que os componentes da etnia e da cultura de origem judaica não houvessem de resultar em pressões sociais a pesar sobre as decisões do governo brasileiro em matéria de política exterior.

[...] Com efeito, por ser etnicamente heterogêneo e culturalmente plural, o Brasil apresenta vínculos com o mundo árabe,

particularmente com a Síria e o Líbano, semelhantes àqueles que alimentam as relações entre Brasil e Israel (CERVO, 2000, p. 10-11).

Gilberto Dupas, acredita que o interesse do Brasil na questão vem de longe, desde as discussões no âmbito das Nações Unidas, no início de 1947, e que o interesse do Brasil no conflito originário da fundação do Estado israelense vai além de defender princípios humanitários, o Brasil de fato luta por sua própria concepção de ordenamento institucional desejável (DUPAS, 2002, p. 9).

Muitos autores argumentam (SANTOS, 2000; VIGEVANI; CINTRA; KLEINAS, 2002; Pimentel, 2002) que na luta pela defesa de seus interesses, considerando o peso da comunidade judaica, mais assertiva do que a comunidade árabe no Brasil, o posicionamento da diplomacia brasileira em relação ao conflito entre Israel e Palestina demonstrou certa incongruência ao longo dos anos, prova disso é que apesar do voto brasileiro favorável à partilha da Palestina no âmbito das Nações Unidas em 1947, o Brasil reconheceu o Estado de Israel somente em 1949, ainda assim o estabelecimento de legações diplomáticas só ocorreu em 1952.

Com base em tais fatos, muitos pesquisadores postulam que as decisões da política externa brasileira eram inconsistentes em relação ao conflito na Palestina (KLEINAS; VIGEVANI, 2000, p. 85), e creditam tal dissonância ao fato da diplomacia do Presidente Dutra não possuir um posicionamento definido em relação ao Oriente Médio e estar de fato mais preocupada com questões gerais, como o avanço do comunismo e o possível perigo que o mesmo representava, assim como as atividades peronistas na vizinha, Argentina (KLEINAS e VIGEVANI, 2000, p. 83-88).

Inserido neste raciocínio está a afirmação de que sempre, em política exterior, são os interesses nacionais que comandam as decisões dos Estados (CERVO, 2000, p. 11). Considerando, portanto, as preocupações presentes durante o governo Dutra, Norma Breda dos Santos (2000) atribui o posicionamento brasileiro frente a questão, especialmente em relação aos cinco anos de delonga para o estabelecimento diplomático brasileiro em Israel, à questão de Jerusalém, prova disso é que o problema da cidade permaneceu oficiosamente nas correspondências do Itamaraty até os finais da década de sessenta, demonstrando ser uma preocupação e assunto de cautela para o corpo diplomático brasileiro¹.

¹ Na pesquisa realizada no Arquivo Histórico do Itamaraty foi verificado que até o ano de 1967 a questão de Jerusalém era recorrente nas correspondências diplomáticas, entre as missões brasileiras, o Ministério das Relações Exteriores e o Vaticano.

Pimentel (2002, p. 289), credita ao conflito armado, estabelecido em 1948, uma das razões para o Brasil aguardar até 1949 para reconhecer o Estado de Israel; assim como a evolução dos acontecimentos em Jerusalém, em direção oposta ao estabelecido pela Resolução nº 181, fez o voto brasileiro pender para abstenção, quando da admissão de Israel nas Nações Unidas, em maio de 1949 (Resolução nº 273).

Em relação a Jerusalém, Israel insistia veementemente para as delegações internacionais estabelecerem suas legações na cidade, apesar de resolução da ONU que havia afirmado o caráter internacional da cidade. Após a guerra de independência de 1947 e o avanço dos territórios israelenses em 37% a mais do havia lhe sido designado pelo Plano de Partilha (SANTOS, 2000, p. 29), Israel assume o controle da cidade e ali estabelece sua capital, contrariando a decisão da ONU, que havia contado com o voto favorável do Brasil.

Diante destes impasses, e da negação de Israel às Resoluções das Nações Unidas que solicitavam esclarecimentos sobre a situação dos refugiados árabes, e sobre a administração de Jerusalém, as quais receberam o voto favorável do Brasil, o país decide, em defesa de sua tradição diplomática e em coerência com seus posicionamentos nos foros internacionais, por postergar o envio de uma legação à Israel, o que de fato acontece em 1952, com o estabelecimento brasileiro na cidade de Tel-Aviv.

Analisando o voto brasileiro nas Nações Unidas sobre as questões do Oriente Médio, Norma Breda dos Santos (2000), postula que o Brasil manteve um padrão de voto até 1973, quando houve uma mudança em relação à política brasileira para o Oriente Médio, o que foi revisto a partir da década de 1990. Já Pimentel (2002, p. 287), considera que o padrão de votação brasileiro revela um consistente pragmatismo em defesa dos interesses brasileiros, com as devidas considerações aos condicionantes impostos por elementos reais, como:

- a) A relevância político-diplomática da região no contexto internacional e, em particular, para um país como Brasil, que busca adequar sua inserção e visibilidade aos seus objetivos permanentes e imediatos;
- b) Os meios disponíveis para uma atuação consequente;
- c) A presença no Brasil de expressivas e influentes comunidades árabe e judaica;
- d) A manifesta preferência das lideranças dessas comunidades por um encaminhamento pacífico das pendências do Oriente Médio,

uma vez que a paz providenciaria o cenário adequado à intensificação do intercâmbio, seja no âmbito familiar, seja no econômico-comercial;

- e) A importância estratégico-econômica do Golfo Árabe/Pérsico, região onde se concentra cerca de metade das reservas mundiais de petróleo, e o fato de os países do Golfo, tradicionais fornecedores de petróleo ao Brasil, constituírem importante mercado consumidor/reexportador, além de serem investidores internacionais.

Tullo Vigevani, Rodrigo Cintra e Alberto Kleinas (2002, p. 36-37), afirmam que há uma diretriz histórica e contínua na posição brasileira em relação ao conflito Palestina-Israel, que teve seu esboço desde a atuação brasileira nas Nações Unidas em 1947, e que começou a tomar forma desde que o Brasil, assim como a comunidade internacional, foram impelidos a se manifestarem perante a questão. Os autores ressaltam, entretanto, que posição homogênea não significa autonomia de decisão, e interpretam as razões do posicionamento brasileiro articulando três fatores: o papel condicionante dos Estados Unidos, a posição da Igreja e, por fim, as relações com seu mais importante vizinho, a Argentina (VIGEVANI; KLEINAS, 2000).

Pimentel (2002, p. 301), por sua vez, constata em análise do padrão de voto nessas questões que: a) a trajetória brasileira no período entre 1947-1999, não se apresenta de forma linear ou rígida, mas flexível, podendo adaptar-se às alterações do cenário doméstico ou internacional. Ou seja, de acordo com o tratamento apresentado pelas Nações Unidas às questões do Oriente Médio, “a motivação essencial do nosso padrão histórico de votação é o esforço para adaptar a nossa atuação à percepção dos interesses do país perante a evolução dos fatos”; b) o grande condutor do conjunto de votações neste período é o apoio ao processo de negociação da paz regional; c) as posições brasileiras não têm impedido uma crescente intensificação das relações do Brasil com Israel, e com vários países árabes; d) a atuação internacional brasileira, que se baseia em um firme empenho na busca da paz, tem livrado o país de rejeições “apriorísticas”, por parte de árabes e israelenses, aos pleitos brasileiros nos foros internacionais.

Ademais, o conflito Palestina-Israel, carregado de anacronismos e contemporaneidade, não pode, segundo Tullo Vigevani, Rodrigo Cintra e Alberto Kleinas (2002, p. 44) ser estudado fora de seu contexto dinâmico. Há dificuldades mais do que seculares para sua superação, que devem ser analisadas dinamicamente dentro dos quadros de mudança do sistema internacional. Os autores argumentam

que a preocupação do Brasil com o tema não é neutra, e defendem a existência de uma rede de interesses. Existe o interesse específico do país, mesmo que de forma modesta, em participar intensamente dos movimentos em prol do equacionamento do conflito dentro de uma ótica minimamente aceitável por palestinos e israelenses. Dessa maneira, o interesse do Brasil não se encontra somente na defesa de princípios, mas também na defesa de uma concepção do ordenamento internacional coerente com seus interesses (2002, p. 45).

Norma Breda dos Santos (2000, p. 26), analisando as discussões sobre o futuro da Palestina, nas Nações Unidas, observando, de um lado, a delegação brasileira nas sessões de 1947 e, de outro, a conduta de Oswaldo Aranha na presidência delas, concluiu que a aprovação da partilha da Palestina, através da Resolução nº181 se deveu muito mais à ação individual do embaixador Oswaldo Aranha do que aos esforços dos delegados brasileiros de maneira geral.

Para a pesquisadora, quando aceitou o convite do governo brasileiro para representar o país na missão junto à ONU, as preocupações de Oswaldo Aranha estavam orientadas para a situação internacional do Brasil e, principalmente, para o enfraquecimento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O embaixador brasileiro lamentava que a contribuição brasileira aos aliados durante a guerra não tinha gerado os frutos esperados pelo Brasil e que, dessa maneira, o Brasil deveria projetar-se aos Estados Unidos, reafirmando-se como uma importante aliança no âmbito dos desafios da Guerra Fria (SANTOS, 2000, p. 27-28).

Através de análise da documentação diplomática brasileira, Norma Breda dos Santos, afirma que as comunicações, no âmbito do Itamaraty, são bastante esclarecedoras dos elementos-chave que deveriam reger o relacionamento brasileiro com o Oriente Médio; assim o Brasil teria todo o interesse em manter boas relações com o mundo árabe, que somava 90 milhões de habitantes e mais de uma dezena de votos nas Nações Unidas; destacando-se também a existência de colônias árabes no Brasil resultantes de diversos ciclos migratórios. De outro lado, a documentação deixa claro o interesse do Brasil de conservar e ampliar as boas relações estabelecidas com o recém fundado Estado de Israel, sobretudo em razão de seus simpatizantes no Brasil, representados por uma parcela da população que se sente moralmente ligada àquele Estado. Ou seja, o Brasil, segundo a autora, pondera na implementação de

sua política externa, a existência de colônias árabes e judaicas no seio do país, assim como a força relativa de cada um nos foros internacionais (SANTOS, 2000, p. 53).

Por fim, a autora avança para as seguintes conclusões: primeiro, define que as mudanças ocorridas no sistema internacional, assim como o padrão de relacionamento do Brasil com os Estados Unidos, afetaram, “marcadamente, a percepção e a ação da diplomacia brasileira na ONU com relação a Israel, configurando ação governamental de autonomia relativa” (SANTOS, 2000, P. 67). Menos evidente, entretanto, seria a existência de uma política brasileira claramente definida para o Oriente Médio, que é definida pela autora como uma política reativa, guiada por interesses imediatos ou pela ausência deles. Dessa maneira, durante os anos de 1947-1973, a lógica que teria guiado a atuação brasileira nas questões relativas a Israel trazidas à ONU foi a de apoiar a busca de soluções conciliatórias, pautadas pela prudência e equidistância com relação às partes em conflito (SANTOS, 2000, p. 67).

Tal análise permitiu a autora afirmar que a presença do Brasil nos assentos temporários do Conselho de Segurança, órgão máximo das Nações Unidas, é percebida como uma forma de tornar o governo brasileiro mais sensível às pressões internacionais. E em relação as várias resoluções que condenam Israel quanto ao tratamento dado à população civil e aos prisioneiros árabes, o não-respeito ao estatuto internacional de Jerusalém, a política de assentamento em territórios ocupados, e assim por diante, Norma Breda dos Santos considera que essas votações assumem significado bastante diverso que possuem como pano de fundo, de fato, um melhor relacionamento de Israel com as Nações Unidas e melhores relações bilaterais com o Brasil (SANTOS, 2000, p. 70).

Leonardo Senkman (2000, p. 146), por sua vez, analisou a correspondência diplomática israelense a fim de traçar um comparativo entre as relações do Brasil, de Vargas, e da Argentina, de Perón, com o recém-criado Estado de Israel. O autor concluiu que nos comunicados israelenses fica claro que Vargas esteve interessado em estabelecer relações diplomáticas com Israel de maneira equidistante, considerando o peso que as crescentes relações com o mundo árabe possuíam. Assim, diferente da Argentina peronista, o Itamaraty não precisou utilizar as relações com os judeus e Israel para recompor suas relações com Washington. Além disso, no processo de tomada de decisão em assuntos de natureza política nos foros

internacionais, como a questão de Jerusalém e dos refugiados, a instância decisiva foi o Itamaraty e não o Poder Executivo, representados pelos presidentes Dutra e Vargas.

Entretanto, analisando as correspondências israelenses, o autor não conseguiu encontrar fundamentos para a afirmação da Revista *Aonde Vamos?*, sobre o desinteresse brasileiro na expansão das relações econômicas com Israel, devido a uma suposta influência árabe e católica, exercida pelo Vaticano. Leonardo Senkman acredita que o verdadeiro motivo se encontra na política econômica nacionalista de Getúlio Vargas, sua orientação europeia, à criação de um *pool* comercial e de pagamentos com o Grupo de Haia e à falta de competitividade dos produtos israelenses, naquele período (SENKMAN, 2000, p. 146-147).

O olhar para a imprensa brasileira em relação à questão israelo-palestina aparece em artigo de Diane Kuperman (2000, p. 235-264), que discute a atuação da imprensa como narradora dos conflitos do Oriente Médio. A autora propõe no artigo a análise da história de Israel contada pelos jornais, durante o período da Guerra de Independência (1948) até a Primeira Intifada (1987-1993). Sobre o primeiro período a autora conclui que a imprensa brasileira adotou uma posição neutra; especialmente por ser um país católico, mas também em razão da imagem do Holocausto, muito recente na memória, estimulando a ideia da necessidade de reparação ao povo judeu.

As pesquisas apresentadas apontam para as seguintes observações: a) as comunidades árabe e judaica no Brasil foram consideradas na elaboração da política externa nacional; b) a atuação de Oswaldo Aranha, como presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi considerada como fator importante na decisão pela partilha da Palestina; c) o Ministério das Relações Exteriores, comandado pelo chanceler Raul Fernandes, assim como a Presidência da República, de Eurico Gaspar Dutra e Oswaldo Aranha possuíam posicionamentos diferentes frente a questão a palestina; d) o Brasil não possuía uma política externa definida para o Oriente Médio; e) a política externa brasileira apresentou uma postura equidistante em relação ao tema, tendo o Itamaraty assumido papel central no processo decisório.

Elencadas tais observações, cabe especificar o que propomos na presente pesquisa no sentido de contribuir para o esclarecimento da questão israelo-palestina vista a partir do Brasil. Nosso objetivo é o resgate histórico do contexto doméstico e internacional no qual foi elaborada a política externa brasileira para a questão

palestina, articulando a percepção das colônias árabe e judaica perante o posicionamento brasileiro, assim como sua mobilização em defesa de seus interesses. Consideramos que, de forma articulada, esses aspectos não foram analisados em outras pesquisas. Apesar de encontrarmos na bibliografia muitas afirmações de que a diplomacia brasileira levou em conta em seu posicionamento o papel relevante das comunidades árabe e judaica, a percepção que essas comunidades tiveram da diplomacia brasileira perante a questão palestina ainda não foi motivo de atenção devida nos estudos até agora realizados. Propomos então suprir essa lacuna, examinando a hipótese de que os eventos de 1947 e 1948 tiveram um papel formador do arabismo e judaísmo brasileiros. Para isso, exploraremos a maneira como ambas etnias receberam a política brasileira e como se mobilizaram em defesa de seus interesses.

Dividida em três capítulos, a pesquisa propõe no primeiro - “A execução da Política Externa Brasileira” - a reconstrução histórica dessa política fundamentada em pesquisa nos Arquivos do Itamaraty em Brasília e no Rio de Janeiro²; em seus subcapítulos abordaremos os interesses nacionais e a diplomacia do período de 1930 a 1950; a atuação brasileira nas Nações Unidas e, em especial, a atuação do diplomata brasileiro Oswaldo Aranha. Esse primeiro passo tem como finalidade propiciar uma compreensão mais circunstanciada dos interesses nacionais em agenda no momento e de como estes se redefiniram com o agravamento da questão palestina quando ela se tornou a pauta de maior relevo na ONU, instituição recém-criada com o objetivo de regular as relações internacionais em prol da paz mundial.

No segundo capítulo - “Aclimação das comunidades judaica e árabe no Brasil” - as tomadas de decisões da diplomacia brasileira serão analisadas tendo como pano de fundo as bases sociais e políticas em que a política externa brasileira foi formulada. O problema será tratado nas seguintes sessões: a) ‘O cenário doméstico: as forças políticas nacionais (1930-1950)’ que explora os debates em pauta no cenário nacional, as teses que regem a política do país e as forças políticas em atuação; b) em ‘O Brasil como destino: contexto imigratório a partir de 1930’ apresentaremos a situação em que o Brasil foi considerado como destino para diversos fluxos migratórios e, a seguir, exploraremos as condições, motivações, e o perfil das migrações judaica e árabe para

² A pesquisa no Arquivo Histórico do Itamaraty em Brasília e no Rio de Janeiro foi realizada, pela autora, durante o período de 02 a 7 de novembro de 2014 e 01 a 06 de fevereiro, respectivamente, resultando em um volume de 2167 cópias de documentos da diplomacia brasileira.

o Brasil, com destaque especial para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Nesta sessão são levantadas algumas questões imprescindíveis para o entendimento do perfil de ambas as comunidades, o que nos permitirá responder o porquê das mobilizações e percepções da questão palestina terem sido sentidas de forma distinta nas duas colônias.

O terceiro e último capítulo, “A ressonância das vozes árabe e judaica no Brasil”, procura responder como a imprensa nacional - representada na pesquisa pelos quatro principais jornais do período: Correio da Manhã (RJ), Jornal do Brasil (RJ), Folhas de São Paulo – Manhã e Noite – (SP) e O Estado de São Paulo (SP)³ - capturou e projetou a questão israelo-palestina, a política internacional brasileira e as mobilizações judaica e sírio-libanesas. Entendendo os impressos, como formadores de opinião, interlocutores de forças políticas e também porta-vozes dessas demandas. Assim, divididos em uma breve explanação sobre a imprensa no Brasil, o capítulo segue explorando a questão israelo-palestina sob a ótica da imprensa, chegando até o momento em que o debate sobre a questão judaica e árabe projeta-se na sociedade brasileira e, por fim, analisaremos a ressonância das vozes das colônias judaica e árabe mobilizadas, na condição de grupos de pressão com o objetivo de influir sobre a política externa brasileira.

³ A escolha dos quatro jornais justifica-se pela tiragem e, portanto, público atingido durante o período em questão, também pelo fato dos quatro jornais serem representativos das principais capitais brasileiras, cidades que no período concentravam número significativo de árabes e judeus no Brasil. Além dos critérios acima elencados para a escolha dos jornais, é importante ressaltar que todos os quatro jornais se encontram, atualmente, digitalizados, processo este que facilitou a pesquisa em questão. Embora, mesmo assim, foi necessário a aplicação de um filtro que se mostrou bastante efetivo nos resultados obtidos, uma vez que trouxe em sua grande maioria resultados relevantes ao tema abordado. Notar que foram pesquisados os meses de Abril e Maio, Setembro a Dezembro de 1947 e Janeiro à Maio de 1948, por corresponderem aos meses em que o assunto foi submetido à observância das Nações Unidas (Abril/1947 até Dezembro/1947 – quando é finalizada a Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU), já os meses de 1948 foram definidos por compreenderem o intenso embate, entre árabes palestinos e judeus, que iniciou-se após a recomendação da partilha da Palestina até a proclamação do Estado de Israel em Maio de 1948, dando início a proclamação da guerra árabe-israelense. Observamos que os jornais da Folha de São Paulo publicaram ao total 507 páginas com o tema Palestina, O Estado de São Paulo teve 378 páginas publicadas, o Correio da Manhã publicou 422 e o Jornal do Brasil apresentou 418 páginas com o tema durante o período, somando ao universo de nossa pesquisa um total de 1725 páginas sobre Palestina as quais sustentam argumentos durante o trabalho, visando obter o posicionamento editorial de cada jornal em relação ao tema exposto. Não excluímos da análise as notícias de agência, notamos que as notícias internacionais reproduzidas giram em torno das agências France Press, United Press, Reuters, porém no jornal Correio da Manhã algumas notícias da agência de notícias judaica, Overseas News Agency (ONA) foram encontradas, ou seja, é importante contextualizar a origem dessas notícias, uma vez que, a percepção dos assuntos internacionais, inclusive dos editoriais, foi construída através dos telegramas recebidos destas agências.

Com a certeza de que política externa não pode ser compreendida de maneira isolada, desprendida de seu contexto histórico, esta pesquisa visa, em suma, analisar a arquitetura das forças profundas que se formaram perante o tema, tanto no plano doméstico, quanto no plano internacional.

1. A EXECUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

1.1. *Um balanço do período: diplomacia e interesse nacional (1930-1950)*

A história da política externa brasileira e sua respectiva análise propõe em diferentes abordagens o estudo dos elementos que compõem a relação paradigmática com os Estados Unidos. O primeiro desses elementos seria a “convergência ideológica”, ou seja, a convicção de dirigentes brasileiros de que Brasil e Estados Unidos partilhavam dos mesmos valores e aspirações; mas, longe de se tratar de uma coincidência total, admite-se possíveis discrepâncias. O segundo elemento supõe que há entre os dois parceiros elevado diferencial de poder. Justamente por isso há a disposição de colocar o poder norte-americano a serviço dos objetivos brasileiros ou ao menos neutralizá-lo, para não o ter em oposição. O terceiro componente é consequência dos dois primeiros: a prioridade destinada à relação com os Estados Unidos e a subordinação da América Latina a esse parâmetro. Nesse sentido o eixo simétrico se subordina ao eixo da assimetria (RICUPERO, 1999, p. 41).

Exemplo desse paradigma se deu no pronunciamento de Oswaldo na Escola Superior de Guerra, em 1952, no qual afirmou não ser possível conceber outra política externa para o país, distinta daquela então em curso, que consistia em apoiar as posições norte-americanas nos foros mundiais em troca de apoio à preeminência política e militar do Brasil no continente sul-americano.

Apesar desse paradigma apresentar um forte teor explicativo do comportamento brasileiro em matéria de política externa e do desenvolvimento da relação triangular Brasil – América Latina – Estados Unidos, seria muita ingenuidade resumir a complexidade das relações internacionais apenas a essa dimensão. Entretanto, como veremos a seguir, este argumento responde em muito às questões que serão apresentadas a seguir, em relação ao período de 1930-1950.

Dentre outras, como o alto grau de institucionalização e tecnicidade da diplomacia brasileira deu a ela previsibilidade em termos comparativos. Com o decorrer do tempo, um conjunto de valores e princípios de conduta externa foram constituídos de maneira a ultrapassarem as inflexões e mudanças da política. Dessa forma, pode-se dizer que a política exterior do Brasil

(...) tem por fundamento um caráter não-confrontacionista. Sobrevaloriza o princípio da autodeterminação e conseqüentemente

não-intervenção. Quer soluções pacíficas e negociadas para as controvérsias e condena o uso da força para obter resultados externos (CERVO, 1994, p. 26).

Além disso, para Amado Luiz Cervo (1994), a política externa brasileira possui três elementos chave, resultantes do acumulado histórico da diplomacia: a) o pacifismo, como opção filosófica, que teria como apoio fatores socioculturais, como a satisfação com o território, a abundância de recursos naturais, a heterogeneidade cultural, entre outros; b) o juridicismo, de tradição remota, de respeito aos tratados e convenções, como se fossem manifestações da própria vontade nacional ou multilateral; c) o realismo, que com o tempo transformou-se em pragmatismo, integrado à tradição brasileira como estilo de política exterior, desde o Barão de Rio Branco, e como elemento substancial a política externa de Getúlio Vargas.

Segundo Cervo (1994, p. 27),

O pragmatismo induz a adequação das percepções dos reais interesses nacionais aos desígnios externos, de forma a fazer prevalecer o resultado sobre o conceito, os ganhos concretos e materiais sobre os valores políticos ou ideológicos, a oportunidade sobre o destino, a liberdade de ação sobre o empenho do compromisso, o universalismo sobre as camisas-de-força dos particularismos, a aceitação sobre a resistência dos fatos. [...] o pragmatismo no Brasil produziu dois resultados históricos: o abandono da ideia de construção e uso da potência para obter ganhos externos e a despolitização, depois desideologização, enfim a moralização da conduta. Esses resultados, por sua vez tiveram consequências importantes: a preocupação em reforçar por outras vias o poder nacional, [...] e a orientação para uma espécie de diplomacia econômica.

O marco que serviu para a demarcação histórica desse capítulo foi exemplo das alterações percebidas na diplomacia brasileira, a Revolução de 1930 foi responsável pela ampliação da percepção do interesse nacional e elegeu o desenvolvimento como o novo e definitivo vetor da política externa.

O desenvolvimento atrelado ao interesse econômico não foi uma novidade dentre as preocupações do Ministério das Relações Exteriores, a grande diferença que nos interessa apontar, através da qual a política externa foi configurada, está na característica que o desenvolvimento assumiu a partir de 1930.

A preocupação do Ministério das Relações Exteriores com o interesse econômico nacional foi uma constante na história da política externa brasileira. No que concerne à República, tal preocupação é observada desde o seu nascimento. As variações estão no conteúdo, na maneira

de encaminhar o assunto e nas oportunidades apresentadas pelo contexto internacional. A mudança ocorreu quando o Estado passou a integrar, na década de 1930, ao conceito de interesse econômico nacional, outros setores de atividades, como a indústria, os bens de capital, o setor energético (CERVO; BUENO, 2012, p. 250).

Getúlio Vargas, é uma figura única no cenário político brasileiro, assumiu a Presidência do Governo Provisório (1930-1934), mas ao proclamar a nova Constituição em 1934 e ser eleito pela Assembleia Constituinte permaneceu no governo, dando continuidade ao seu mandato. Antes das eleições previstas, que deveriam ocorrer em 1938, Getúlio Vargas, através de um Golpe de Estado, instituiu o chamado Estado Novo (1937), permanecendo no poder até 1945.

No âmbito da política externa o Governo Provisório não teve grandes dificuldades para ser reconhecido internacionalmente, isso porque garantiu o cumprimento de todos os compromissos assumidos anteriormente pelo país. No Ministério das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco, diplomata com experiência na Liga das Nações, ficou no cargo até 1933, sem promover significativas alterações de rumos na política exterior em desenvolvimento.

Além disso, as relações bilaterais com os Estados Unidos não foram afetadas. Com a ascensão ao poder de Franklin Roosevelt, os Estados Unidos voltam sua atenção para a América promovendo a chamada “política da boa vizinhança”. A ameaça de ideologias antidemocráticas crescia na Europa e havia o temor de que esses governos emergissem no continente americano; diante disso, Roosevelt e o governo norte-americano atentam para a importância da América Latina e iniciam uma política deliberada de conquista cultural.

No decurso dos anos 30, as transformações sociais e econômicas, introduzem no pensamento político brasileiro uma nova percepção de interesse nacional, agora de maneira mais abrangente do que no período anterior, compreendendo, portanto, outros segmentos da sociedade, o que explica as mudanças na política externa brasileira, com o reforço do pragmatismo na condição de instrumento do projeto de desenvolvimento nacional, que tinha na implementação da indústria siderúrgica sua pedra fundamental.

A política externa brasileira buscou formas de cooperação e barganha voltadas para o reformulado interesse nacional, é daí que advém o chamado “jogo duplo” em relação aos Estados Unidos e a Alemanha. O governo de Getúlio Vargas aproveitou o cenário político mundial, para barganhar entre as duas potências, com a última

através de acordos secretos, uma vez que, confrontavam as demandas acordadas com os Estados Unidos (HILTON, 1994). Esse jogo foi facilitado pela crescente presença alemã no comércio exterior brasileiro no período de 1934 a 1938 (CERVO; BUENO, 2012, p. 252). É importante ressaltar que, pensando no interesse nacional, a política externa comercial brasileira em 1933, quando o chanceler Melo Franco renunciou, já havia estabelecido acordos com 31 países, inclusive Líbano e Síria, no Oriente Médio (CERVO; BUENO, 2012, p. 257).

O advento do Estado Novo, em 1937, foi bem recebido por Berlim e Roma, devido a uma suposta identidade ideológica de seus governos com o novo regime, entretanto no plano externo, ao contrário do que se poderia pensar, o Brasil não assumiu nenhuma posição de confronto com os Estados Unidos, e, portanto, de alinhamento com as potências do Eixo, tanto é que o Brasil recusou integrar-se ao Pacto AntiKomintern⁴, mostrando-se atento também às pressões internas.

O golpe de 1937 instaurou mais um período de aproximação para as relações germano-brasileiras, dentro do contexto de simpatias ideológicas e baseada na política de barganha, fortemente utilizada durante todo o período Vargas. A diluição da convergência ideológica, no período, aparece traduzida em dois momentos: devido à competição entre as democracias liberais, de um lado, e o nazi-fascismo, de outro, que encontram eco na divisão da elite dirigente no Brasil e na opinião pública. Outro fator é a compensação que o governo getulista insere nesse cenário ao creditar o peso de sua política no elemento utilitário e pragmático, em busca de maximizar o poder de barganha do país, por meio da exploração das opções em competição (RICUPERO, 1999, p. 42).

Neste período, Oswaldo Aranha era Embaixador do Brasil em Washington. Muito simpático à política norte-americana, acreditava que o Brasil deveria dar prioridade ao parceiro tradicional, reconhecendo a liderança regional norte-americana e a atração cultural exercida (CERVO; BUENO, 2012, p. 265). Por discordar dos rumos que ia tomando o Estado Novo, pediu demissão do posto, mostrando-se também disposto a abandonar a política, entretanto convencido por Getúlio Vargas,

⁴ O Pacto AntiKomintern foi um acordo realizado em 24 de novembro de 1936 entre Alemanha, Japão e Itália que aderiu ao pacto em 06 de novembro de 1937, o qual dirigia-se diretamente contra a Internacional Comunista (*Komintern*) da União Soviética, com o objetivo de se proteger contra a ameaça que o comunismo representava aos interesses desses países. No acordo os países comprometiam-se a efetuar consultas à cerca das medidas a serem tomadas para proteger os seus interesses comuns, além disso nenhum dos países poderia concluir tratados políticos com a União Soviética. Os três países mais tarde comporiam os países do Eixo na Segunda Guerra Mundial.

seu amigo, aderiu ao novo regime, o que significou sua nomeação como Ministro das Relações Exteriores, posto no qual permaneceu até agosto de 1944.

A designação de Oswaldo Aranha para o Itamaraty, em março de 1938, e sua política de simpatia a Washington, assim como a tentativa frustrada do golpe integralista, dois meses depois, constituem condicionantes fundamentais para as relações entre Brasil e Estados Unidos. A imprensa norte-americana inclina-se, a partir de então, a favor de Getúlio Vargas, que deixa de ser visto como um fascista para tornar-se um simples líder autoritário, em quem os Estados Unidos podem encontrar um aliado.

Com base em análise realista da política externa brasileira, durante a Segunda Guerra Mundial, é perceptível que Getúlio Vargas explorou o filo americanismo de Oswaldo Aranha no Ministério das Relações Exteriores, procurando se manter neutro perante o conflito, e mantendo sua política de barganha entre Estados Unidos e Alemanha a fim de obter créditos comerciais e investimentos industriais, até o momento em que o Brasil se tornou necessário à estratégia de guerra dos Estados Unidos, em 1941.

A historiografia brasileira classifica o período compreendido entre 1935 e 1941, tendo por base a expressão de Gerson Moura (1980), como “equidistância pragmática”, pelo fato da política adotada pelo Brasil ter procurado tirar proveito da disputa entre os dois blocos de poder.

Não só por razões econômicas, mas também preocupado com a influência do governo alemão sobre o Brasil, em 1939, Franklin Roosevelt, em vista de sua “política da boa vizinhança” convida Oswaldo Aranha para uma visita aos Estados Unidos. Inicia-se assim a missão Aranha, que se realizou durante os meses de fevereiro e março de 1939, que assinala o caso da “equidistância pragmática” (MOURA, p. 115-132, 1980 *apud* CERVO; BUENO, p. 271, 2012).

Em definitivo, a missão Aranha antes de representar um alinhamento brasileiro, significa uma retomada do diálogo entre os dois países. Os Estados Unidos reconhecem no Brasil a qualidade de parceiro comercial digno de mais interesse. Reafirma a vontade de afastar a influência econômica e política do Eixo sobre a América Latina. Estes dois aspectos representam um grande potencial de cooperação americano-brasileira. Enfim, os espinhosos problemas em torno da modernização do equipamento militar e do apoio técnico-financeiro para a implantação de um complexo siderúrgico no Brasil, são passíveis de serem resolvidos a contento. Será, no entanto, o início da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, que trará as

condições para o Brasil realizar a barganha que permitirá alcançar seus maiores objetivos (SEITENFUS, 1999, p. 144).

Um dos objetivos era atrelar o Brasil ao sistema de poder dos Estados Unidos, por meio da assistência econômica, que ficou aquém do esperado, entretanto, do ponto de vista militar iniciou-se uma aproximação dos dois exércitos, os generais George Marshall e Góis Monteiro, por exemplo, trocaram visitas em maio e julho de 1939 (CERVO; BUENO, p. 271, 2012).

Mesmo quando da ofensiva nazista, em abril de 1940, em que Oswaldo Aranha sugere que o governo brasileiro faça uma declaração condenando a agressão alemã, a política de neutralidade não é abandonada. Oswaldo Aranha, inclusive, chegou a apresentar a Getúlio Vargas algumas providências sobre o conflito:

[...] arregimentação da opinião pública; economia de combustível e trigo; regularização de vencimentos de obrigações internacionais; constituição de *stocks* dos produtos indispensáveis e racionalização de seu consumo; proibição de exportação de ferro (CERVO; BUENO, p. 268, 2012).

Vargas, por sua vez, prefere manter a neutralidade estrita, atento ao fato da Alemanha ser eventual fornecedora dos armamentos necessários ao Brasil. Mesmo com o avanço das tropas alemãs sobre países neutros, como Holanda, Bélgica e Luxemburgo, em maio de 1940, o governo brasileiro mantém sua posição equidistante.

O governo brasileiro entendia que além do aumento das exportações, a construção de uma usina siderúrgica era essencial para o desenvolvimento nacional, e para isso era necessário até o momento o uso da estratégia do “jogo duplo”. Além disso, o objetivo era reorganizar as Forças Armadas, garantindo, por sua vez o seu apoio ao Estado Novo.

Gerson Moura (1980, p. 142-162), ressalta que o acordo Brasil–Estados Unidos de 1941, que fixou, entre outras coisas, a venda exclusiva de minerais estratégicos brasileiros aos norte-americanos e a permissão que Getúlio Vargas concedeu à empresa privada Panair do Brasil, em julho de 1941, de construir e realizar reformas em aeroportos brasileiros no litoral norte e nordeste do país, significou importante apoio aos EUA, em termos estratégicos. Ou seja, sinalizava que no Brasil, apesar da posição de neutralidade, havia uma inclinação solidária aos Estados Unidos.

Embora a guerra e o bloqueio naval inglês tenham imposto significativa diminuição nas relações comerciais com a Alemanha, a pressão interna, leva o país a adotar outro posicionamento.

À medida que o conflito se transforma de político em militar, as opções de barganha brasileira primeiro se estreitam e depois desaparecem. Acompanhando a evolução do conflito, o posicionamento brasileiro passa da “aliança não-escrita” para a aliança formal com os Estados Unidos (RICUPERO, 1999, p. 42).

Até o final de 1937, a política externa brasileira, segundo Ricardo Seitenfus (1999, p. 145), é marcada pela improvisação e ausência de linha de conduta. O Brasil, segundo o autor, desempenha papel importante somente no movimento pan-americano. Entretanto, ora este aspecto desempenha papel menor, diante de problemas maiores, tais como a tentativa de manipulação das colônias de imigrantes estrangeiros estabelecidas no território nacional e a divisão econômica, política e ideológica entre ditadura e democracia. As oposições do cenário internacional serão refletidas no choque das rivalidades com uma profunda divisão dentro do governo, do Estado, das Forças Armadas e mesmo de parte da opinião pública.

Gerson Moura (1999, p. 87) sinaliza que a posição de neutralidade face à guerra, estabelecida pelo governo brasileiro em julho de 1939, foi abandonada em detrimento do empenho progressivo à política norte-americana de combate à influência do Eixo no continente americano e no sistema internacional das nações. O ponto de inflexão do comportamento brasileiro é verificado, segundo o autor, na Conferência dos Chanceleres Americanos, realizada no Rio de Janeiro em 1942, a qual recomendou aos governos de todo o continente o rompimento de relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, a Itália e o Japão.

A Conferência do Rio foi um marco na política externa brasileira, exatamente porque deu início a um período de intensas negociações políticas e econômicas entre Brasil e EUA. Essas negociações iriam definir, nos três seguintes anos, um padrão de relações especiais no continente, caracterizado por concessões inéditas de parte a parte e cuja resultante foi uma colaboração que envolvia gradativamente o Brasil na luta contra o Eixo.

O Brasil abandona, então, a equidistância e a substitui pelo alinhamento aos Estados Unidos aos fins de 1941 e início de 1942, quando em 28 de janeiro rompe relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, não sem antes obter promessas

consistentes do presidente norte-americano, de que as Forças Armadas Brasileiras seriam reequipadas. Inaugura-se, dessa maneira, uma nova etapa do relacionamento Estados Unidos e Brasil de cooperação em temas de natureza militar, estratégica e econômica. O ano de 1942, especialmente, marca esse momento de cooperação, pois foi nele que todas as questões importantes do período foram definidas: o rompimento com o Eixo (em janeiro), negociação de acordos econômicos e militares entre o Brasil e os Estados Unidos (em fevereiro e março)⁵, acordo secreto político-militar Brasil-EUA (em maio)⁶, co-beligerância de fato contra o Eixo (maio-agosto)⁷, declaração de guerra à Alemanha e Itália (em agosto)⁸ e a decisão de formar uma Força Expedicionária Brasileira (novembro)⁹. Os dois anos seguintes serão decorrentes das decisões tomadas durante o ano de 1942.

A declaração de guerra também gerou outros desafios e problemas ao Brasil. O governo Vargas precisou tomar decisões sobre como conduzir a guerra contra Alemanha e Itália, além da cooperação com o esforço de guerra aliado. Dentre as consequências da posição brasileira como país beligerante uma coisa estava clara aos planejadores brasileiros: a declaração de guerra deveria ampliar o âmbito da ação político-militar brasileira tanto no continente quanto fora dele.

Além disso, o projeto varguista de desenvolvimento nacional passava pelo incremento da siderurgia, assim como a segurança nacional passava pela industrialização, segundo os militares que compunham seu corpo de assessores. Assim, o projeto siderúrgico e o reequipamento das Forças Armadas contemplavam a mesma política.

⁵ Em 03 de março de 1942 foi assinado um compromisso final entre o Departamento de Guerra e o Departamento de Estado que resultou em um acordo de empréstimo e arrendamento (Lend&Lease), através dele o Brasil receberia dos EUA armas e munições no valor de 200 milhões de dólares. O governo brasileiro pagaria 35% do custo desses materiais, mediante 6 pagamentos, entre 1943 e 1948 (MOURA, 1999, p. 94).

⁶ O principal conteúdo deste acordo secreto, assinado em 23 de maio de 1942, foi a criação de duas comissões militares, a JBUSDC (Joint Brazil-United States Defense Commission), em Washington, seria responsável por esboçar os planos de defesa conjunta para o Nordeste brasileiro e a JBUSMC (Joint Brazil-United States Military Commission), no Rio de Janeiro, se ocuparia do aprimoramento das forças armadas brasileiras (MOURA, 1999, p. 95).

⁷ Em maio de 1942, ao menos um submarino alemão foi afundado e outro avariado com ajuda técnica norte-americana. E entre 05 e 17 de agosto do mesmo ano, cinco navios brasileiros foram afundados.

⁸ Em 22 de agosto o Brasil declarou guerra à Alemanha e Itália. Vale notar que a pressão popular, especialmente após os incidentes com os navios brasileiros foi forte imperativo na decisão do governo.

⁹ A Força Expedicionária Brasileira (FEB) pode ser considerada um núcleo do projeto político destinado a fortalecer as Forças Armadas Brasileiras e a ampliar a influência brasileira na América Latina e no mundo, como aliado especial dos EUA.

O posicionamento brasileiro na Segunda Guerra Mundial deixou um saldo positivo, o Exército e a Força Aérea foram modernizados, o quadro de pessoal foi treinado em centros mais avançados que os nacionais e, além disso, é importante considerar o aumento do prestígio internacional do país, e o aumento do sentimento de orgulho incorporado ao ambiente doméstico. Vale ressaltar que, devido à forma como se deu a participação brasileira no conflito, houve a aproximação entre oficiais brasileiros e norte-americanos, na qual elementos da transferência cultural se fizeram presentes, inaugurando uma etapa de colaboração e identificação de valores que se prolongou além do término do conflito (CERVO; BUENO, 2012, p. 287). Já no campo industrial, a guerra teve duas consequências positivas; segundo Sette (1999, p. 240), a primeira e mais importante, foi a construção da usina de Volta Redonda, em vias de conclusão em 1945, que proporcionou ao país sua base siderúrgica moderna. A segunda foi a implantação da Fábrica Nacional de Motores (FNM), que produziria motores para aviões de treinamento, em fase de conclusão no mesmo ano. A FNM trouxe conhecimento técnico ao Brasil, tecnologia e modernas máquinas, porém não era uma indústria voltada basicamente para as necessidades da economia civil. No resto, a indústria brasileira saiu da guerra quase como entrou. Outro fator gerado pela aliança político-militar brasileira com os norte-americanos, na Segunda Guerra Mundial, e lembrado por Ricupero (1999, p. 42), foi o mito da “relação especial”.

Entre a Conferência do Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, e a declaração de guerra à Alemanha e Itália, em agosto, o governo brasileiro adotou o discurso da “posição especial” do Brasil nos assuntos internacionais. Os governistas esperavam que uma colaboração íntima com os Estados Unidos, ampliaria o papel político empenhado pelo Brasil no continente e no mundo.

Em 29 de janeiro de 1943, em encontro com Getúlio Vargas, em Natal, F. Roosevelt discutiu dois problemas com o presidente brasileiro: a necessidade de o Brasil entrar para as Nações Unidas¹⁰ e o projeto brasileiro de participar mais ativamente da guerra.

Esse status do Brasil como “aliado especial” dos Estados Unidos não foi somente alardeado pelo governo brasileiro, otimista quanto à participação e apoio brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial. Essa convicção sobre a importância

¹⁰ Apesar de ter declarado guerra à Alemanha e Itália, o Brasil não ingressou nas Nações Unidas, devido a sua política anticomunista oficial que se traduzia em hostilidade à União Soviética no plano internacional.

brasileira nos assuntos internacionais foi reforçada pela política norte-americana de adulação ao Brasil e à Getúlio Vargas sempre que possível, com vistas a consolidar o apoio brasileiro aos Estados Unidos (MOURA, 1999, p. 99).

Findada a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o sistema internacional deparou-se com outros problemas, primeiro o confronto ideológico entre Estados Unidos e União Soviética, que deu origem a Guerra Fria, segundo os processos de descolonização e a oposição entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

A estratégia de hegemonia cultural norte-americana permaneceu como fator essencial para manutenção de seu poder e influência, especialmente na América Latina, isto porque, o novo quadro mundial apontava agora para outro perigo: o avanço do comunismo e a possível influência ideológica da União Soviética. O plano norte-americano consistia na conquista de mercados e do fortalecimento das relações econômicas, visando à consolidação do sistema de poder dos Estados Unidos.

O Brasil acreditava que merecia “relações especiais” e uma maior atenção dos Estados Unidos, o que na concepção da política externa nacional representava ajuda econômica e suporte técnico com vistas ao desenvolvimento brasileiro, em decorrência de sua colaboração durante a guerra, do apoio à política norte-americana da boa vizinhança e, além disso, pelo processo de redemocratização que o país viveu, com a ascensão ao poder do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1950). Entretanto, a frustração não foi só brasileira, a América Latina como um todo, percebeu que os Estados Unidos se tornaram um dos polos do poder mundial e, diante da nova condição, deram prioridade a um sistema planetário de segurança que privilegiava a aplicação dos seus recursos na Europa, no Oriente Próximo, no Extremo Oriente e na África.

Brasil e Estados Unidos divergiam quanto a concepção de cooperação para o desenvolvimento. O Brasil insistia no caráter político da ajuda, enquanto os Estados Unidos acreditavam que programas de desenvolvimento deviam ser tratados junto ao BIRD (Banco Internacional de Reconstrução de Desenvolvimento). Apesar dos dois países terem divergências quanto a cooperação econômica, nos aspectos político e militar houve, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), um completo alinhamento aos Estados Unidos. Dutra, inclusive, foi o primeiro presidente brasileiro a realizar uma visita oficial aos Estados Unidos (1949), retribuindo assim, a visita do presidente Truman ao Brasil, em 1947.

Inserido na lógica da Guerra Fria, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Hemisfério (Conferência de Petrópolis), em 02 de setembro de 1947, é um dos marcos do alinhamento não só do Brasil, mas também, da América Latina ao sistema de poder norte-americano. O TIAR integrava o sistema interamericano ao sistema mundial, prevendo mecanismo de manutenção da paz e segurança no hemisfério americano, estabelecendo basicamente que “um ataque armado por qualquer Estado contra um Estado americano será considerado como um ataque a todos os Estados americanos”, simultaneamente definia os princípios, obrigações e mecanismos que deveriam ser postos em ação em caso de necessidade (MOURA, 1999, p. 161).

Na prática não havia uma evidência explícita de agressão ou ameaça de agressão externa contra qualquer um dos Estados americanos em 1947. No plano mundial, o único inimigo em potencial dos Estados Unidos era a União Soviética, estava, portanto, sinalizado o objetivo oculto da Conferência de Petrópolis, a articulação do sistema de poder norte-americano, em oposição ao sistema soviético, da qual a defesa hemisférica constituía uma excelente cobertura.

A assunção de Dutra no governo brasileiro contribuía para assegurar um “flanco estável, seguro e amistoso no sul do continente”¹¹. A política exterior do novo governo, em sua face mais nítida, uma continuação da política de alinhamento aos Estados Unidos, que Vargas praticara desde 1942. O governo Dutra acreditava piamente na ligação especial do Brasil com os norte-americanos e, portanto, confiava que um alinhamento estreito à política estadunidense constituía melhor defesa para enfrentar os impasses da Guerra Fria. Para os formuladores da política brasileira, o alinhamento aos Estados Unidos deveria conferir um certo número de vantagens, entre elas a mais importante seria a permanência da posição militar brasileira, única, na América Latina e, não menos importante, sua correspondente posição política. Outra vantagem demandada pelo governo brasileiro era a participação ativa nas conversações de paz do pós-guerra e no estabelecimento da nova ordem internacional.

Tendo praticado uma colaboração econômica e militar durante a guerra, o Brasil julgava-se merecer tratamento especial, à altura dos esforços realizados

¹¹ Ver Adolf Berle (Embaixador dos EUA no Rio de Janeiro) ao secretário de Estado, NARG59 832.00/11646 *apud* MOURA, 1999, p. 165.

durante a Segunda Guerra Mundial. A administração Dutra tratou, portanto, de explorar esse relacionamento especial, tanto para fins de reequipamento militar, como para os objetivos de desenvolvimento econômico nacional, mas foi obrigado a constatar que a retórica do governo Truman raramente encontrava afirmação na prática (ALMEIDA, 1999, p. 194). A crença na imprescindibilidade brasileira na política externa norte-americana para a América Latina, e, portanto, a famosa relação especial que o Brasil mereceria, era na verdade fundamentalmente assimétrica, cabendo ao Brasil um papel meramente secundário – importante, talvez, porém não exclusivo como era pretendido – na estratégia norte-americana para a segurança hemisférica, em última instância, para a segurança nacional dos EUA.

As formulações da política externa de Dutra, segundo Gerson Moura (1999, p. 165), podem ser caracterizadas pela ênfase dada sobre dois eixos principais: a amizade e a colaboração com todas as nações democráticas de modo a consolidar a paz mundial. A prática dessa política foi traduzida pelo ministro João Neves da Fontoura ao representante do presidente Truman durante a posse do general Eurico Gaspar Dutra: “O Brasil seguirá a política exterior dos Estados Unidos”¹².

É importante destacar que apesar da semelhança dos marcos decisórios das políticas externas adotadas por Eurico Gaspar Dutra e Getúlio Vargas, a implementação da política de alinhamento aos Estados Unidos do governo Dutra difere largamente da orientação de Vargas. Isto porque, enquanto em Vargas o alinhamento teve um caráter instrumental, com Dutra ele tornou-se, na prática, o próprio objetivo da política externa. Ao mesmo tempo, o processo decisório em política externa tinha sofrido mudanças, no novo governo constitucional, a política externa voltava a ser supervisionada pelo Congresso Nacional e reduzia-se drasticamente a “personalização” do processo decisório. Agentes políticos, que antes podem ter feito a diferença, como Oswaldo Aranha e o próprio Getúlio Vargas, já não mais estavam em cena, e o novo presidente não era familiarizado com as questões mais intrínsecas da política internacional, dessa maneira as decisões voltavam a ser produzidas no âmbito profissional e burocratizado. O Itamaraty estava neste momento fortemente engajado em perspectivas liberais e preocupações jurídicas, facilmente traduzíveis numa clara política pró-Estados Unidos (MOURA, 1999, p. 166).

¹² Ver La Guardia a Truman, 13.fev.46, HTL/OF *apud* MOURA, 1999, p. 165.

O governo Dutra é tido como um paradigma do modelo do liberalismo associado. Na vertente externa está identificado com o cenário geopolítico da guerra fria, à qual ele teria se adequado plenamente na medida em que era partidário da aceitação inquestionável do princípio das fronteiras ideológicas, manifestado tanto no rompimento de relações diplomáticas com a União Soviética, quanto na política pró-americana protagonizada na celebração do TIAR, em 1947 (ALMEIDA, 1999, p. 174).

É necessário destacar que, desde quando foi Ministro da Guerra, durante o governo de Getúlio Vargas, Dutra nunca foi simpatizante da ideologia comunista, ao contrário, durante seu governo fica claro o temor que essa ideologia avançasse no cenário doméstico. Dessa maneira, o extremo conservantismo dos setores dirigentes e o desejo de controlar autoritariamente a agitação sindical e o crescimento do Partido Comunista conduzem à decretação da ilegalidade do registro do Partido Comunista Brasileiro, com a cassação do mandato de seus representantes no Congresso, em 1947; e ao rompimento das relações diplomáticas com a URSS, em outubro do mesmo ano. Relações que duraram apenas dois anos, pois haviam sido estabelecidas ao final da Segunda Guerra Mundial, em abril de 1945, por Getúlio Vargas. A decisão é expressiva de um anticomunismo fortalecido e subsidiado pelo ambiente de confrontação e intolerância da Guerra Fria.

A caracterização global que Gerson Moura faz da política externa de Dutra é clara:

A combinação do combate ao comunismo internacional, derivado das preocupações do governo Dutra com a ordem interna, com o alinhamento à política internacional dos Estados Unidos, constitui a linha-mestra da política exterior brasileira no pós-guerra. A seu favor deve-se ressaltar que ela foi seguida de modo absolutamente consistente de 1946-1950 (1980, p. 38).

Um ponto a ser enfatizado é a opção preferencial, adotada no governo Dutra, por um pragmatismo exemplar na área econômica – mais do que no terreno político, que foi marcado por um exacerbado anticomunismo, que deixou profundas feridas na cultura política e na organização sindical. Em todo o caso, o pragmatismo diplomático brasileiro parece ser uma constante a partir da era Vargas, mesmo que durante a gestão de Dutra, ele teve de conviver com as simplificações da ideologia anticomunista e pró-americana do período.

No Brasil, o período Dutra (1946-1951) corresponde a uma fase de extrema inoperância do Poder Executivo, segundo análise da pesquisadora Mônica Hirst

(1999, p. 221), caracterizando-se pela retomada de antigas querelas regionais e pelos entrecosques das forças partidárias recém-constituídas. No cenário internacional, a política externa brasileira contrastava com a orientação adotada por seu principal vizinho, a Argentina.

No campo político, as diferenças se davam quanto ao projeto de inserção internacional de ambos os países. O Brasil procurou acompanhar com fidelidade, em alguns momentos até excessiva, a cartilha ideológica dos Estados Unidos. Já a Argentina tratou de maximizar uma posição equidistante dos dois polos de poder internacional que se cristalizavam com a guerra fria. Exemplos notáveis dessa diferença foram as questões das relações diplomáticas com a União Soviética e a adesão ao Tratado do Rio de Janeiro (TIAR). Enquanto Péron estabelecia relações com o governo soviético em junho de 1946, o governo Dutra tratava de provar sua lealdade a Washington rompendo-as em outubro de 1947. Com respeito ao TIAR, foi bastante contrastante a posição brasileira – como seu firme defensor no continente – com a da Argentina que levou quase quatro anos para ratificá-lo. No âmbito da ONU pode-se ainda recordar, como diferenças significativas entre os dois países, os posicionamentos adotados com respeito à criação do Conselho de Segurança neste organismo e à criação do Estado de Israel. O Brasil apoiou enfaticamente essas iniciativas, ao passo que a diplomacia argentina deixou registrada suas discordâncias frente a ambas as deliberações (HIRST, 1999, p. 221).

O debate sobre o caráter ilusório de um alinhamento negociado com claros benefícios ao desenvolvimento nacional ganha novo fôlego nas disputas domésticas no segundo governo Vargas. Nas eleições que guiaram Getúlio Vargas novamente ao poder (1951-1954), o processo de polarização na opinião nacional e nas Forças Armadas é exacerbado, o embate foi notado entre os nacionalistas e os chamados liberais ou “entreguistas”, como eram chamados por seus adversários, por terem uma visão positiva sobre a participação do capital estrangeiro na economia nacional.

Porém, durante a campanha eleitoral já se notava o tom de mudança em relação à política externa que seria adotada. Temas como o populismo, o nacionalismo e o combate ao imperialismo tornavam-se cada vez mais presentes no discurso político da época.

A política internacional de Getúlio Vargas apoiava-se agora em duas premissas básicas: a primeira que as relações econômicas externas deveriam contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento econômico brasileiro, o que significava uma retomada dos princípios de seu governo anterior; e a segunda de que fosse mantido o alinhamento político e militar aos princípios de solidariedade do mundo ocidental.

Para melhor compreender a política externa que seria adotada em seu segundo governo, é interessante notar as ambiguidades apresentadas, diante da composição política de seus ministros. As nomeações dos Chanceleres João Neves da Fontoura (1951-53) e Vicente Rao (1953-54), compunham o peso conservador do ministério. Entretanto, existia um consenso, tanto em relação à necessidade da cooperação econômica internacional quanto ao alinhamento aos Estados Unidos. As diferenças apareciam no debate sobre as formas desta cooperação e a profundidade deste alinhamento.

O chanceler de Vargas, João Neves da Fontoura, sustentava o argumento de que “a miséria das massas criava uma situação de risco para a democracia no continente, daí a necessidade do desenvolvimento” (CERVO; BUENO, 2012, p. 298), esta foi a retórica brasileira às demandas solicitadas ao governo norte-americano, tal postura reivindicatória, reafirmada pelas negociações da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, criada pelo acordo de 19 de dezembro de 1950, representou um marco, pois foi mantida nos governos subsequentes ao de Vargas.

A experiência da Comissão Mista reproduzia, de certa maneira, uma contradição já vivenciada durante os anos 40 nas relações Brasil-Estados Unidos. De forma semelhante a Comissão Cooke de 1942, a Comissão Mista dispunha de um programa que, em sua essência, se mostrava incompatível com os reais interesses dos Estados Unidos na região latino-americana. Em 1942, estes interesses definiam-se por assegurar que o continente cumprisse a função de fiel supridor de materiais estratégicos. Quase dez anos depois, a questão era ainda garantir este suprimento e assegurar um campo fértil para os investimentos privados norte-americanos. Nos dois casos, o projeto de um desenvolvimento econômico em bases autossustentadas tornava-se secundário e até problemático (HIRST, 1999, p. 217).

Apesar do peso dominante que as relações com os Estados Unidos demandavam na política externa brasileira, o segundo governo Vargas ensaia os primeiros passos em busca de uma aproximação convergente com outros países subdesenvolvidos em temas não diretamente relacionados aos interesses norte-americanos. A pretensão era alcançar uma maior projeção internacional do Brasil e a abertura de novos horizontes à economia nacional. Buscava-se também uma projeção internacional por meio de uma política mais ativa junto ao mundo, a qual implicou a valorização do espaço multilateral e nesse plano a ONU tornou-se o lócus por

excelência dessa política, a efetivação desta proposta, entretanto, esbarrava, muitas vezes, nas condições políticas impostas pelo cenário da guerra fria.

A deterioração do segundo governo Vargas se deu em grande parte pelo fracasso do projeto de reativação de um alinhamento negociado com os Estados Unidos. O sucesso da fórmula que havia sido aplicada nos anos 40, não se mostrou eficaz dez anos mais tarde, talvez tenham sido subestimados os condicionamentos externos e, também, o peso das pressões internas a serem enfrentadas na década de 50. A rigidez imposta pela condição bipolar da guerra fria havia transformado a hegemonia norte-americana no continente num dado “natural” que dispensava maiores atenções dos Estados Unidos. Enquanto que, para a América Latina, e assim também para o Brasil, esse quadro significou um processo de marginalização na escala de prioridades da política externa estadunidense. Os Estados Unidos percebiam a região como uma área de influência segura e estável, devido a sua confrontação com a União Soviética, seu interesse pela rápida reconstrução da Europa e pelo processo de formação das novas nações do mundo subdesenvolvido, através da independência de nações asiáticas, árabes e a África negra.

De fato, o fim trágico do governo de Getúlio Vargas, dado com seu suicídio e a dramática Carta Testamento, em agosto de 1954, encerra uma etapa da política externa brasileira, a desilusão de um alinhamento negociado com claros benefícios perde sentido como premissa orientadora da política internacional do país.

1.2. A atuação brasileira na ONU e seus antecedentes

Com exceção de Cuba, que estava sob tutela norte-americana, o Brasil foi o único país da América Latina que atuou no primeiro conflito mundial. Atuação esta que, mesmo na fase final, assegurou ao Brasil um assento na Conferência de Paz de Versalhes, participando da organização da Liga ou Sociedade das Nações (SDN), na qual colaborou e atuou no Conselho, como membro eleito temporariamente por um mandato de três anos (CERVO; BUENO, 2012, p. 239). A participação brasileira na organização e no conselho da SDN trouxe ao Brasil dividendos não só materiais, como foi o caso dos navios alemães, mas também em forma de prestígio internacional. Além disso, a delegação brasileira ao acompanhar, nas conferências, a delegação norte-

americana, reforçava e dava continuidade à tradição de amizade como os Estados Unidos.

Reflexo deste período é retratado no discurso do presidencial de maio de 1924, com alusão a presença brasileira no cenário internacional declarou-se:

[...] a excelência palpável de nossa situação internacional, não só entre as nossas dignas coirmãs da América no seio da Liga das Nações, de cujo Conselho Executivo, em virtude do pacto de Versalhes, somos membros originários, até a última Assembleia, reeleito sem interrupção.

Valorizando a Liga das Nações e presença brasileira, afirmou-se também que: “a vida política universal, pelo menos no que interessa a todos os povos em conjunto, está atualmente concentrada em Genebra” (Relatório, 1923-1924, p. V-VII *apud* CERVO; BUENO, 2012, p. 241).

A situação, porém, passa a tomar outra forma, quando surge a possibilidade de o Brasil não ser reeleito ao seu assento de membro temporário, devido a uma nova política de rotação dos membros eleitos. O Brasil, que desde 1921 tentava um assento permanente no Conselho, porém sem sucesso, considera o momento oportuno e lança novamente sua candidatura, em nome da América. Além de prestígio, o delegado brasileiro em Genebra, Afrânio de Melo Franco, acreditava que o país, dentro de um contexto internacional realista, só teria suas pretensões e consideração merecidas dentro da SDN através de um assento permanente, fora dele, somente países com poder bélico, econômico e financeiro, possuíam prestígio e autoridade.

Assim sendo, o Ministro das Relações Exteriores de Artur Bernardes (1922-1926), Félix Pacheco, estabeleceu como meta de sua gestão a obtenção de um lugar permanente no Conselho da Liga das Nações, uma das ações foi o decreto de 13 de março de 1924, criando uma representação permanente chefiada por Afrânio de Melo Franco, na Liga em Genebra, como meio de reforçar e defender os interesses brasileiros.

Conforme o que se acreditava no Brasil, um dos momentos oportunos para isso foi a fase de negociações para a entrada da Alemanha na Liga, inclusão essa que seria caracterizada pela integração no Conselho, na qualidade de membro permanente. O Brasil no ensejo propôs, sem sucesso, o aumento do número de membros permanentes, o que contemplaria também as pretensões germânicas. Ao ser consultado, o Brasil não se posicionou contra a entrada alemã, porém reforçou

seu interesse em se tornar um membro permanente. Visto que suas pretensões não seriam atendidas, o Ministério das Relações Exteriores emite, portanto, orientações expressas de vetar a entrada da Alemanha e aos 17 dias de março de 1926, o chefe da delegação brasileira, Afrânio de Melo Franco, sustentou o veto.

O Brasil creditou às potências signatárias do Tratado de Locarno¹³ a responsabilidade por terem discutido a alteração do Conselho em reuniões secretas, e não no Conselho ou na Assembleia de modo aberto a todos os membros. Prosseguindo com sua política de descrédito da Liga, em 10 de junho de 1926, o Brasil comunicou a renúncia de seu assento como membro temporário. Dois dias depois o Ministro das Relações Exteriores em comunicação direta com o secretário-geral notificou a retirada brasileira da Liga das Nações, a qual intitulou de “Liga das grandes potências, quase que exclusivamente europeias” (Garcia, 2001, p. 333 *apud* CERVO; BUENO, 2012, p. 243).

Em junho de 1928, na gestão de Washington Luís (1926-1930), o Brasil confirma sua retirada definitiva da Liga das Nações, com atitude amistosa e de colaboração, prova disso é que não deixou de pagar sua contribuição anual e, além do mais, doou um centro internacional para investigação da lepra à Organização da Saúde, em setembro de 1931 (Relatório, 1928, p. 34-35; Walters, 1971, p. 385 *apud* CERVO; BUENO, 2012, p. 246).

A SDN (Sociedade das Nações), inaugurada após a Primeira Guerra Mundial, foi o primeiro organismo supranacional de âmbito mundial. A saída do Brasil deu-se no meio de uma série crise na organização, que culminou no malogro da SDN quando da eclosão da Segunda Guerra Mundial e, portanto, o fracasso de um dos principais objetivos da organização, a manutenção da paz mundial. Com o término do conflito a organização teve um último suspiro de vida, ao Comitê da Comissão Preparatória da Organização das Nações Unidas recomendar a transferência para a nova organização das funções não políticas dos órgãos especializados, assim como o acervo da falecida SDN.

O Brasil, mais uma vez terminando um conflito mundial ao lado dos vitoriosos, e apesar das carências materiais de sua representação, participou da Comissão

¹³ Negociado por representantes da Alemanha, França, Grã-Bretanha, Bélgica, Itália, Polônia e Tchecoslováquia entre os dias 5 e 16 de outubro de 1925 na cidade suíça de Locarno e ratificado em 1º de dezembro seguinte em Londres, com o propósito de rever o Tratado de Versalhes de 1919 (CPDOC, Verbetes. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TRATADO%20DE%20LOCARNO.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2015).

Preparatória que se reuniu em Londres, e concluiu os seus trabalhos em 23 de dezembro de 1945. Ao término dos trabalhos o chefe da delegação brasileira, o embaixador Ciro de Freitas-Vale, ressalta em tom otimista que o país agora desfrutava de um “relevo (...) [que] não existia faz um quarto de século”¹⁴.

O funcionamento da ONU se deu com a sua primeira Assembleia Geral em 10 de janeiro do ano seguinte, que em duas fases constituiu o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, a Corte Internacional de Justiça e a Comissão de Energia Atômica; além disso, foi votado também o local que sediará a nova organização mundial.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, estando em funcionamento a Organização das Nações Unidas (ONU), cuja carta entrou em vigor em 24 de outubro de 1945, os múltiplos problemas que surgiram no decurso da reorganização mundial fizeram com que os organismos e conferências de âmbito internacional se multiplicassem em uma escala nunca antes vista. O Brasil teve expressiva presença multilateral durante todo o período, não só de comparecimento, mas também de acompanhamento e atuação nos mais diversos foros internacionais, reconhecendo sua importância por seu caráter decisório em âmbitos ligados de modo especial ao comércio e desenvolvimento (BUENO, 1994, p. 60).

Já no início dos trabalhos da ONU, o Brasil como não poderia ser diferente, tinha como única e legítima pretensão pertencer ao Conselho de Segurança da organização. No principal órgão da ONU, correspondente ao Conselho da antiga SDN, a diplomacia brasileira empenhou-se para conseguir um assento permanente, o que satisfaria, mesmo que tardiamente, a antiga ambição. O próprio presidente Roosevelt teria incentivado e indicado que o Brasil poderia obter sucesso na empreitada; porém com sua morte, o esforço brasileiro não teve sucesso e como consolo, pelo voto de 47 nações do total de 50, o Brasil ficou com o primeiro mandato de dois anos atribuído a um membro não permanente no Conselho, sob o principal argumento de que o Brasil deveria ter uma posição de destaque ao lado de seus aliados na guerra reconhecida ao menos com o assento provisório do Conselho de Segurança.¹⁵

¹⁴ AHI. ONU. Comissão Preparatória. Ofício de Londres, 31 dez. 1945.

¹⁵ AHI Brasília. Confidencial. Ref.: nº 6777. Ministério das Relações Exteriores (MRE) para Missões Diplomáticas. *Carta das Nações Unidas: Eleição do Brasil para o Conselho de Segurança*. 10 de set. de 1945; AHI Brasília. Confidencial. Ref.: nº 7535. Delegação do Brasil junto ao Comitê Executivo para a Organização das Nações Unidas em Londres para MRE. *Eleição do Brasil para o Conselho de Segurança das Nações Unidas*. Cyro de Freitas Valle. 25 de set. 1945;

Na documentação analisada é evidente a orientação destinada às delegações em missão, usando-se das próprias regras da Carta das Nações Unidas que estipulam que os membros não permanentes do Conselho de Segurança seriam escolhidos segundo os seguintes critérios: a contribuição à manutenção da paz e segurança internacional, assim como a contribuição aos outros fins da organização, e de acordo com uma repartição geográfica equitativa. Nesse sentido, o Brasil acredita que:

De acordo com os critérios (...), é evidente que, na América Latina, nenhum país tem os títulos que reúne o Brasil para aspirar e fazer parte do Conselho de Segurança. Além do papel que, em função de sua posição-chave no continente, sobre o Atlântico, o território brasileiro representou, por meio de suas bases aéreas, (...), o Brasil tomou parte efetiva na guerra (...). Não queremos entrar para o Conselho de Segurança por questão de vaidade e sim de equidade e justiça tão somente. (...) É preciso que Vossa Excelência tenha bem presente à memória os argumentos a nosso favor que são muito fortes¹⁶.

Além de prêmio de consolação, sua eleição dependeu também de um acordo tácito, em retribuição ao apoio norte-americano ao pleito brasileiro: a orientação de seguir o voto da potência hegemônica durante as votações. A orientação de votar sempre seguindo o voto norte-americano e contra o voto soviético, foi seguida principalmente a partir de 1946, durante a gestão de Dutra na presidência e de Raul Fernandes no Ministério das Relações Exteriores.

O Brasil buscou alcançar projeção internacional e defender seus interesses através dos dispositivos da Organização das Nações Unidas, participando dos diversos debates ocorridos na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança, onde exerceu em um curto período de tempo, de 1946 a 1955, três vezes o mandato bianual de membro não-permanente: 1946-1947, 1951-1952 e 1954-1955.

A delegação brasileira creditada junto a ONU já sentia, em fins de 1946, o gozo do prestígio nacional na nova organização, espelhado no fato de o Brasil figurar entre as sete de oito das comissões criadas pela assembleia inaugural. Contribuíram em grande medida para reforçar este sentimento, a participação brasileira na Conferência de Paris (1946) sobre reparações, nas de Moscou e Londres (1947) destinadas a discutir o tratado de paz com a Alemanha, e a eleição do chefe da delegação

¹⁶ AHI Brasília. Confidencial. Ref.: n° 6777. MRE para Missões Diplomáticas. *Carta das Nações Unidas: Eleição do Brasil para o Conselho de Segurança*. 10 de set. de 1945

brasileira, em 1947, Oswaldo Aranha, para as presidências do Conselho de Segurança, da Assembleia Geral Extraordinária e da Assembleia Geral daquele ano.¹⁷

1.3. O diplomata brasileiro: Oswaldo Aranha e as Nações Unidas

Em fins de 1946, Oswaldo Aranha foi convidado a participar de um congresso, em Ohio, patrocinado pelo Council of World Affairs e pela revista Times. Neste congresso grandes nomes da diplomacia mundial estariam presentes, o que seria para Aranha a oportunidade de rever o ambiente político norte-americano e colher dados e impressões sobre a posição do Brasil nos Estados Unidos, um dos itens do relatório que o novo Ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, havia lhe pedido. Porém, em janeiro de 1947, o embaixador Leão Velloso, indicado para sessão do Conselho de Segurança da ONU em Nova York, sofre um infarto. Diante dos fatos, Dutra convida Oswaldo Aranha para representar o Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, cuja presidência caberia ao Brasil.

Com o encaminhamento à ONU da questão da Palestina pelos britânicos, Oswaldo Aranha foi eleito para presidir a primeira sessão extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas com 45 votos e apoio maciço dos Estados Unidos e os países da América Latina e também dos países árabes e, por fim, presidiu também a segunda sessão ordinária. A presidência de Oswaldo Aranha na Assembleia das Nações Unidas foi vista com bons olhos pelo governo brasileiro. Era uma maneira de reforçar o posicionamento brasileiro na conjectura internacional e demonstrar empenho quanto aos ideais da Organização.

Em referência às eleições à Presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas, Oswaldo Aranha responde positivamente ao pedido do governo brasileiro, fazendo alusão também a demanda norte-americana:

(...) à vista do apelo e “démarches” do representante dos Estados Unidos e do telegrama de Vossa Excelência (...), julgo do meu dever aceitar minha nomeação, com o fim de tornar possível a escolha do Brasil. Condicioná-la a segurança da Presidência é impossível, porquanto haverá votação secreta e, pelo menos, dois candidatos¹⁸.

¹⁷ AHI Brasília. ONU. Ofício de Nova York, 30 dez. 1946.

¹⁸ AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 87. Delegação do Brasil junto ao Conselho de Segurança para MRE. *Delegação à ONU*. 19 de abr. de 1947.

Dessa maneira, coube ao embaixador brasileiro guiar o debate naquele órgão de um dos temas, até hoje, mais controversos da política internacional mundial e o mais debatido nos foros da ONU: a questão Palestina.

Em relatório, Oswaldo Aranha reportaria ao Brasil: “Como Presidente cabia-me a função ingrata de tratar com imparcialidade e frieza um problema impregnado de paixão e sofrimento”. Apesar dos conflitos pessoais com Raul Fernandes, Ministro das Relações Exteriores, e de divergências políticas com a presidência de Eurico Gaspar Dutra, Oswaldo Aranha e sua delegação na ONU, obteve a concordância do Departamento de Estado norte-americano para assumir a condução dos trabalhos relativos ao futuro da Palestina (HILTON, 1994, p. 455).

Apesar dos desentendimentos entre Oswaldo Aranha e Raul Fernandes, averiguados na documentação oficial, o desempenho brasileiro na Assembleia Geral da ONU e no Conselho de Segurança não foi prejudicado, o que deve ser atribuído às manobras do experiente diplomata brasileiro, que soube contornar os desafios colocados sob sua gestão.

Oswaldo Aranha chegou, inclusive, a solicitar orientações, ressaltando o peso de sua posição na ONU:

(...) Acredite Vossa Excelência que, salvo o conflito entre os Delegados americanos e russos, capaz de comprometer o êxito desta sessão, de afastar definitivamente qualquer solução justa e pacífica dos problemas e mesmo de sacrificar o futuro da organização, não há mais o que nos possa preocupar. [...]: essa situação, porém, se agrava de modo impressionante, muito além da minha expectativa e da geral, e pode acarretar uma cisão profunda e irreparável das Nações Unidas. [...] Nesta parte, que é a vital e a essencial, preciso da assistência breve de Vossa Excelência, razão de minhas numerosas cartas, porque a responsabilidade de minha Presidência, de nobilíssimo fundo, é do Brasil e, portanto, do seu governo e de Vossa Excelência e se torna cada dia mais pesada¹⁹

Um das divergências²⁰ ocorre quando a delegação norte-americana solicita o concurso do governo brasileiro em favor da inclusão de um soviético no comitê a ser

¹⁹ AHI Brasília. Secreto. Telegrama. Delegação do Brasil junto à ONU (DelBrasONU) para MRE. *Política do Brasil na Assembleia Geral da ONU*. 10 de out. de 1947.

²⁰ Análises sobre tais divergências podem ser encontradas em: MOURA, Gerson. *Brazilian foreign relations: 1939-1950*. Londres: University College, 1982. (PhD. Thesis); MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991; BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973 e HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

criado para o estudo da questão palestina. A delegação brasileira tinha orientações expressas de não permitir o acesso soviético a nenhuma instância da organização, porém também tinha orientações no sentido de seguir a posição norte-americana nos fóruns, conforme podemos verificar no trecho abaixo selecionado de uma das correspondências trocadas entre a delegação do Brasil nas Nações Unidas e o Ministério das Relações Exteriores:

[...] 2) Tendo definitivamente entendido da correspondência com Vossa Excelência que não deve a delegação brasileira favorecer, nem mesmo indiretamente, o acesso soviético a qualquer posição na ONU, agradeceria instruções de Vossa Excelência a fim de poder responder aos norte-americanos. 3) Peço instruções em assunto tão corriqueiro, porque fui informado de que se insinua aí ser eu favorável ao bloco russo e até antiamericano. A insinuação é tão absurda e contrária à validade que não devia merecer referência, faço-a, entretanto, porque estou convencido de que incumbe ao Itamaraty e ao seu eminente chefe defender-me contra tão infame tentativa para deturpar a verdade²¹.

Três dias mais tarde Oswaldo Aranha receberia um telegrama secreto, informando que o Departamento de Estado norte-americano soube previamente da intenção brasileira de romper relações diplomáticas com a União Soviética, transmitida à Embaixada do Brasil em Washington a pedido do Ministro Raul Fernandes. O telegrama, entretanto, solicitava que a iniciativa fosse comunicada ao secretário norte-americano George Marshall, informando que nada mais poderia ser feito, uma vez que, providencias já haviam sido tomadas em Moscou²². Em 20 de outubro o General Góes Monteiro escrevia telegrama secreto e pessoal a Oswaldo Aranha cercando-o de demais explicações:

Entendi-me com o Presidente e Ministro das Relações Exteriores tendo ambos me assegurado inteira confiança do governo em sua atuação na importante função que está desempenhando. Recebi quatro cartas suas e responderei oportunamente. Razão rompimento com a URSS foi maneira ofensiva como governo soviético recebeu nosso pedido de satisfação pelas injúrias assacadas ao Presidente e nossas forças armadas, maneira essa diferente de como respondeu ao protesto americano por motivo análogo que nos impunha a atitude

²¹ AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 226. DelBrasONU para MRE. *Política do Brasil na ONU*. Oswaldo Aranha. 15 de out. de 1947.

²² AHI Brasília. Secreto. Telegrama 168. MRE para DelBrasONU. 10 de out. 1947. AHI Brasília. Secreto. Telegrama 231. *Política do Brasil na ONU: Relação Brasil-URSS*. DelBrasONU para MRE. 18 de out. 1947

acabamos tomar e que peço explicar ao General Marshall. Abraços,
Góes Monteiro.²³

Para compreender os desentendimentos mencionados devemos ter em mente a percepção que o governo tinha do cenário internacional naquele período. Uma ala do governo Dutra acreditava que as potências caminhavam para um novo conflito mundial, que encerraria de vez o embate entre comunismo e democracia. Enquanto que Oswaldo Aranha e a delegação brasileira na ONU, avaliavam que um terceiro conflito mundial estava muito distante de acontecer, ao menos em curto prazo²⁴. Na percepção de Aranha, havia somente o risco de que os embates entre União Soviética e Estados Unidos poderiam comprometer o sucesso da Organização das Nações Unidas. De acordo com Moniz Bandeira, o governo brasileiro não percebia que Estados Unidos e União Soviética dançavam sob o mesmo som, evitando o embate direto:

(...) mantinham um determinado padrão de relações que visava, sobretudo, a evitar o confronto total. O chanceler brasileiro, Raul Fernandes, acreditava na proximidade da guerra, julgava fracassada a estratégia de governo de Washington, que negociava com a União Soviética, na Assembleia Geral da ONU. Ele queria a unidade do Ocidente, sob a liderança dos Estados Unidos, numa espécie de Santa Aliança, para combater o comunismo, e julgava que a linha de concessões enfraqueceria a causa (BANDEIRA, 1973, p. 312-313).

Quando aceitou o convite do governo brasileiro para representa-lo na missão do Brasil junto à ONU, Oswaldo Aranha tinha suas preocupações voltadas à respeito da posição internacional do Brasil e, principalmente, ao enfraquecimento de sua relação com os Estados Unidos, que vinha acontecendo desde o fim da Segunda Guerra. Lastimava que a contribuição brasileira durante a guerra não tivesse rendido os frutos almejados, e que o Brasil deveria, portanto, mostrar-se como uma peça importante na aliança ocidental contra o comunismo. Acreditava que a ONU poderia ser o cenário ideal para o Brasil demonstrar, através de seus esforços diplomáticos, que merecia dos Estados Unidos a atenção e respeitabilidade adequada ao status brasileiro no continente

As posições do governo Dutra, nem sempre consensuais ou sequer compartilhadas uniformemente, corroboram para o entendimento do contexto no qual

²³ AHI Brasília. Secreto. Ref.: 1279. Góes Monteiro para Oswaldo Aranha. 20 de out. 1947.

²⁴ AHI Brasília. Secreto. Telegrama 220. DelBrasONU para MRE. *Política do Brasil na Assembleia Geral da ONU*. Oswaldo Aranha. 10 de out. 1947.

a questão palestina foi elaborada. As orientações formuladas pelo governo basearam-se em parâmetros distintos e deficientes para a construção clara da conduta a ser tomada.

Na correspondência diplomática há fortes indícios do comportamento ambíguo do governo brasileiro, que colocava o corpo diplomático nas Nações Unidas sobre forte pressão. Primeiro, há o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética²⁵, que não foi comunicado aos embaixadores brasileiros na ONU, o que colocava a posição de Oswaldo Aranha, em situação delicada. Incidente que fez com que Aranha aventasse renunciar de sua posição de presidente da Assembleia Geral²⁶. Depois há uma campanha junto aos delegados latino-americanos para que apoiassem a indicação da Índia para assumir o assento provisório do Conselho de Segurança, evitando que um país soviético, a Ucrânia²⁷, assumisse o posto, em 1948. A recomendação foi dada por intermédio de telegrama do Presidente Dutra.

O Ministro das Relações Exteriores me comunicou os termos de seus telegramas a Vossa Excelência sobre a eleição de um membro do Conselho de Segurança. Não só estou de pleno acordo com a orientação do Itamaraty como também reputo imperativo não sufragarmos candidato soviético diante dos fatos supervenientes relatados no último telegrama do Ministro a Vossa Excelência.²⁸

²⁵ O Ministério das Relações Exteriores solicitou através dos telegramas 59 e 61, de 06 e 11 de outubro de 1947, respectivamente, enviado a Embaixada brasileira em Moscou, posicionamento do governo russo frente as declarações ofensivas, na imprensa soviética, ao Presidente Dutra e as Forças Armadas Brasileiras. Devido à ausência de reconsideração pelo governo soviético, em 11 de outubro, através do telegrama 63, o governo brasileiro atenta para que sua delegação em Moscou tome as devidas providências em caso de rompimento com a URSS. Até que em 17 de outubro, chega a notícia através do telegrama 65, da cessação das relações diplomáticas com a União Soviética.

²⁶ AHI Brasília. Secreto. Telegrama 166. MRE para DelBrasONU. *Política geral do Brasil na ONU*. 17 de out. 1947; AHI Brasília. Secreto. Telegrama 167. MRE para DelBrasONU. *Presidência Geral da ONU*. 18 de out. 1947; AHI Brasília. Secreto. Telegrama 168. MRE para DelBrasONU. 18 de out. 1947; AHI Brasília. Secreto. Telegrama 228. DelBrasONU para MRE. *Eleição do Embaixador Oswaldo Aranha para Presidente da Assembleia Geral da ONU*. 17 de out. 1947.

²⁷ AHI Brasília. Secreto. Telegrama 233. DelBrasONU para MRE. *Política do Brasil na ONU*. 21 de out. 1947; AHI Brasília. Secreto Particular. Ref.: 1301. Raul Fernandes para Oswaldo Aranha. 25 de out. de 1947; AHI Brasília. Secreto Particular. Referência 1245. Eurico Gaspar Dutra para Oswaldo Aranha, 11 de out. 1947; AHI Brasília. Secreto. Telegrama 160. MRE para DelBrasONU, *Política do Brasil na Assembleia Geral da ONU*. 09 de out. 1947. AHI Brasília. Confidencial. Telegrama s/n ou referência. DelBrasONU para Raul Fernandes (MRE). 05 de nov. de 1947; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 234. DelBrasONU para MRE. *Política do Brasil na ONU*. 22 de out. 1947. AHI Brasília. Secreto. Telegrama 223. DelBrasONU para MRE. *Política do Brasil na Assembleia Geral da ONU*. 14 de out. 1947. AHI Brasília. Secreto. Telegrama 160. MRE para DelBrasONU. *Política do Brasil na Assembleia Geral da ONU*. 09 de out. 1947; AHI Brasília. Secreto. Telegrama 161. MRE para DelBrasONU. *Política do Brasil na Assembleia Geral da ONU*. 09 de out. 1947. AHI Brasília. Secreto. Telegrama 162. MRE para DelBrasONU. *Política do Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas*. 14 de out. 1947.

²⁸ AHI Brasília. Secreto Particular. Telegrama s/n ou referência. Eurico Gaspar Dutra para Oswaldo Aranha. 11 de out. 1947.

Houve diversas orientações contraditórias neste caso, até que por fim, após a desistência indiana ao pleito²⁹, o Brasil dá voto favorável à União Soviética. Ambas situações têm sua origem justificada nos desencontros ocorridos no âmbito do grupo de poder centralizado pelo Presidente Dutra.

Para Raul Fernandes, não cabia ao Brasil discordar do voto norte-americano na ONU, enquanto Oswaldo Aranha tinha uma percepção diferente do alinhamento aos Estados Unidos, que deveria ser respeitado de forma seletiva, seguindo a tradição da diplomacia brasileira, ou seja, desde que trouxesse ganhos para o país no quadro do reconhecimento da hegemonia norte-americana.

Em relação à polêmica questão palestina e ao comportamento de Oswaldo Aranha alguns intérpretes, como Maria Luiza Tucci Carneiro em sua análise do governo Getúlio Vargas, apontam que posições antissemitas de altos funcionários do Itamaraty e do próprio Oswaldo Aranha, quando Ministro das Relações Exteriores (1938-1944), teriam estado na base de decisões políticas como a implementação de “uma política imigratória eminentemente restritiva aos judeus” (TUCCI, 1988, p. 259). Segundo Taciana Wiazovski (2008, p. 163-167), durante as décadas de 1930 e 1940, existia uma percepção comum, alimentada tanto pelo governo como por círculos da elite brasileira antissemita, que associava os judeus ao comunismo, criando-se, dessa maneira, o que a pesquisadora nomeou de “o mito do complô judaico-comunista no Brasil”.³⁰ Jeffrey Lesser pensa de forma semelhante ao considerar que a elite política e intelectual brasileira dos anos 1930 estava impregnada de antissemitismo³¹, porém argumenta que, apesar das dificuldades impostas aos “indesejáveis” que queriam imigrar para o Brasil, vários conseguiram superá-las. Prova disso é que, em 1939, teriam imigrado ao Brasil mais judeus do que em qualquer um dos últimos dez anos. O autor conclui argumentando que Oswaldo Aranha:

(...) concordava com muitos dos mesmos estereótipos antijudaicos utilizados por outros políticos da América e de todo o mundo. (...)

²⁹ AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 257. DelBrasONU para MRE. *Eleição para o Conselho de Segurança das Nações Unidas*. 12 de nov. de 1947.

³⁰ Este trecho compõe parte do título de seu livro baseado em sua dissertação de mestrado: *O Mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)*.

³¹ Sem desconsiderar as pesquisas levantadas pelos autores citados, que relacionam diretamente a política de Getúlio Vargas, assim como as políticas imigratórias do período, com o antissemitismo, o presente trabalho não encontrou dados suficientes que sustentem diretamente essa afirmação, conforme será verificado durante o decorrer do trabalho, políticas de cotas de imigração eram recorrentes da época, não sendo uma exclusividade brasileira, assim como a análise destas políticas sugerem que o principal foco era a restrição da imigração asiática.

Aranha, contudo, não era um “judeóforo”; suas ideias continham um importante componente filo-semita. Na visão do novo ministro, os judeus eram ricos, especializados e influentes, sendo, portanto, úteis para o desenvolvimento econômico do Brasil. Além disso, Aranha reconhecia que a solução para a Questão Judaica no Brasil teria um impacto sobre as relações com os Estados Unidos, país que tanto admirava. Já em 1937, enquanto embaixador nos Estados Unidos, ele demonstrava preocupação de que a recusa à entrada de judeus no Brasil devia provocar a “imensa e poderosa colônia judaica [dos Estados Unidos]” (LESSER, 1995, p. 47-48).

Segundo Hilton (1994), o papel do diplomata brasileiro, no âmbito das negociações nas Nações Unidas, teria sido de apoio discreto, mas intenso às reivindicações sionistas. Particularmente, Oswaldo Aranha não escondia suas simpatias e ajudou a influenciar outros delegados. O desempenho do embaixador brasileiro nas Nações Unidas, de qualquer maneira, foi amplamente elogiado, especialmente pelas nações latino-americanas e os Estados Unidos. O comportamento do diplomata na ONU revelou-se de enorme prestígio para o Brasil, a partir do momento que o país, através da figura de Oswaldo Aranha, alcançava reconhecimento no cenário internacional pelo firme senso democrático que o diplomata havia demonstrado na condução do processo. Pode-se tomar como exemplo disso a mobilização para a nomeação de Oswaldo Aranha ao Prêmio Nobel da Paz naquele mesmo ano.³²

1.4. *A Questão Palestina: gênese e interlocução com a política externa brasileira*

A Palestina foi até hoje o tema mais discutido no âmbito das Nações Unidas. Somente no período de 1947 a 1955, da primeira Sessão da Assembleia Geral até a décima, foram mais de vinte resoluções aprovadas, enquanto que, no âmbito do Conselho de Segurança, de 237 resoluções, 30 dizem respeito às disputas entre árabes e israelenses; e duas se relacionam com a questão do Canal de Suez, considerando-se os dados até fins da década de 1950³³.

³² Arquivo Oswaldo Aranha, 47.01.02, CPDOC, Rio de Janeiro.

³³ AHI Brasília, Ofício Recebido nº1203, De Missão do Brasil junto à ONU. *Envio de estudo sobre a Questão Palestina*, 26 de jun. de 1967; Organização das Nações Unidas, consulta de resoluções, realizada em 27 de março de 2015, disponível em: <http://research.un.org/en/docs/ga/quick/regular/1>.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha, que possuía o mandato sobre a Palestina, toma a decisão de entregar a questão à jurisdição do recém-criado organismo internacional, em face da dificuldade de se encontrar uma solução pacífica, uma vez que, ambas as partes se mantinham firmes na recusa de um acordo.

Assim, em 18 de fevereiro de 1947, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha discursava na Câmara dos Comuns:

His Majesty's Government have been faced with an irreconcilable conflict of principles. There are in Palestine about 1,200,000 Arabs and 600,000 Jews. For the Jews, the essential point of principle is the creation of a sovereign Jewish State. For the Arabs, the essential point of principle is to resist to the last the establishment of Jewish sovereignty in any part of Palestine. The discussions of the last month have quite clearly shown that there is no prospect of resolving this conflict by any settlement negotiated between the parties. But if the conflict has to be resolved by an arbitrary decision, that is not a decision which His Majesty's Government are empowered, as "Mandatory", to take. His Majesty's Government have of themselves no power, under the terms of the Mandate, to award the country either to the Arabs or to the Jews, or even to partition it between them. It is in these circumstances that we have decided that we are unable to accept the scheme put forward either by the Arabs or by the Jews, or to impose ourselves a solution of our own. We have, therefore, reached the conclusion that the only course now open to us is to submit the problem to the judgement of the United Nations. We intend to place before them an historical account of the way in which His Majesty's Government have discharged their trust in Palestine over the last 25 years. We shall explain that the Mandate has proved to be unworkable in practice, and that the obligations undertaken by the two communities in Palestine have been shown to be irreconcilable. We shall describe the various proposals which have been put forward for dealing with the situation, namely, the Arab Plan, the Zionists' aspirations, so far as we have been able to ascertain them, the proposals of the Anglo-American Committee and the various proposals which we ourselves have put forward. We shall then ask the United Nations to consider our report, and to recommend a settlement of the problem. We do not intend ourselves to recommend any particular solution (United Nations, 1990, p. 140).

A partir de fevereiro de 1947 a questão estava entregue à sorte na Organização das Nações Unidas. Aos cuidados de Oswaldo Aranha, o problema deveria ser tratado com cautela, uma vez que, a violência entre árabes e organizações terroristas judaicas, como a *Haganah*, eram frequentes. Outro fato reconhecido era o aumento acentuado da imigração ilegal de judeus ao território palestino, patrocinado e incentivado pelas agências sionistas.

(...) violence continued to spread in Palestine as Zionist terrorist groups, now on the offensive, stepped up their attacks and sabotage. Illegal immigration into Palestine increased sharply. With a regular session several months away, the British Government, under the pressure of violence in Palestine, requested a special session of the General Assembly to consider the appointment of a special committee "to make recommendations (...) concerning the future government of Palestine"³⁴.

Sobre a questão, o Ministro Raul Fernandes instrui Aranha antes do início dos trabalhos, afirmando tratar-se de disputa de remoto interesse para o Brasil. O diplomata lembra-o da necessidade de:

(...) encontrar uma solução de compromisso entre as partes litigantes, evitando favorecer abertamente uma ou outra facção e acompanhando, em caso de uma decisão concreta da Assembleia sobre o assunto, o voto dos Estados Unidos da América³⁵.

Segundo Gilberto Dupas (2002, p. 20), apesar da questão não estar entre os temas centrais da política externa brasileira, "visto o papel de perfil baixo que exercemos", o tema é importante e de nosso interesse, uma vez que o Brasil defende posições e princípios universalistas, portanto, situações de injustiça e guerra, "conflitos que se referem a valores importantes", devem interessar ao Brasil de perto.

Em 28 de abril de 1947, tinha início a Primeira Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, que tinha como principal objetivo estabelecer um comitê responsável pela elaboração de um estudo sobre a questão palestina e submetê-lo a Segunda Sessão Ordinária da Assembleia. A Resolução 106, de 15 de maio de 1947, criava, com a aprovação do voto brasileiro, o Comitê Especial para a Palestina, a *UNSCOP - United Nations Special Committee on Palestine*. Austrália, Canadá, Tchecoslováquia, Guatemala, Índia, Irã, Holanda, Peru, Suécia, Uruguai e Iugoslávia, foram os países que compuseram este Comitê.

A Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina inicia seus trabalhos diante de propostas bastante diferentes. Egito, Síria, Arábia Saudita, Iraque e Líbano tentaram em conjunto conduzir a agenda das discussões para o tema da independência da Palestina. Outro aspecto central das discussões sobre a Comissão

³⁴ Official Records of the General Assembly, First Special Session, Plenary, General Series, document A/286, In.: The origins and evolution of the Palestine problem, 1917-1988, New York : UN, 1990.

³⁵ AHI Brasília. Secreto. Telegrama 122. MRE para DelBrasONU. 12 de set. de 1947.

foi resultado da política da Organização Sionista Mundial, que era vincular ou não a questão dos refugiados judeus da Segunda Guerra Mundial ao problema palestino.

Após três meses de investigações, em agosto de 1947, a UNSCOP apresentou seu informe expondo a tese judaica e a árabe. A primeira defendia a criação e estabelecimento de um Estado judeu na Palestina, considerando que: “the issues of the Jewish State and unrestricted immigration are inextricably interwoven”³⁶. A fundação de um Estado judeu era necessária para abrigar os judeus refugiados da Europa e para isso um plano de imigração ilimitado deveria ser elaborado, até mesmo para compensar a deficiência numérica em relação à população árabe. A proposta judaica reconhece

(...) the difficulty involved in creating at the present time a Jewish State in all of Palestine in which Jews would, in fact, be only a minority, or in part of Palestine in which, at best, they could immediately have only a slight preponderance. Thus, the Jewish case lays great stress on the right of Jewish immigration, for political as well as humanitarian reasons (...) (United Nations, 1990³⁷).

A defesa da criação de um Estado judeu era fundamentada nos supostos direitos da comunidade judaica derivados do sofrimento coletivo nos anos de perseguição e principalmente ao genocídio, assim como se assentou na promessa contida na Declaração de Balfour (1917).

A tese árabe, por sua vez, tinha por pressuposto a independência imediata da Palestina, em defesa do direito “natural” da maioria árabe “to remain in undisputed possession of the country, since they are and have been for many centuries in possession of the land”³⁸. Essa tese era fundamentada também nos direitos que teriam sido admitidos nos acordos feitos durante a Primeira Guerra Mundial, como a promessa contida no Livro Branco (1939), no qual havia a determinação de que dentro de dez anos, ou seja que até 1949, um Estado Palestino independente deveria ser estabelecido na região. Declararam, também, não reconhecer a incorporação prevista na Declaração de Balfour do documento que instituiu o Mandato Britânico na Palestina pela SDN em 1917 (United Nations, 1990, p. 37-38).

³⁶ Official Records of the General Assembly, Second Session, Supplement No. 11, document A/364 (Report of the United Nations Special Committee on Palestine), vol. I, p. 29.

³⁷ Official Records of the General Assembly, Second Session, Supplement No. 11, document A/364 (Report of the United Nations Special Committee on Palestine), vol. I, p. 29-30.

³⁸ Official Records of the General Assembly, Second Session, Supplement No. 11, document A/364 (Report of the United Nations Special Committee on Palestine), vol. I, p. 30.

O Embaixador João Carlos Muniz, discursava na segunda sessão ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas sob os seguintes termos:

(...) A Segunda Sessão da Assembleia Geral reúne-se em um momento que é verdadeiramente “existencial”; um momento de fortes contradições que afetam os destinos dos povos; (...) Se a Organização das Nações Unidas lograr êxito no cumprimento dessa tarefa, o momento decisivo mais perigoso de nossos tempos terá sido ultrapassado (...).

Nossos debates e as decisões que tomarmos devem ser de uma natureza que nos leve a uma ampla conciliação de antagonismos existentes ou, ao menos, à preparação do terreno para tal conciliação. A delegação brasileira, cuja composição é verdadeiramente representativa das forças democráticas de nosso país, está determinada a fazer uso de todos os seus esforços para trazer aos trabalhos desta (...) a contribuição das ideias liberais e democráticas nas quais se baseia a nossa vida nacional. A conciliação é a característica essencial do povo brasileiro; (...)

A cooperação internacional pressupõe não somente a existência de um instrumento adequado para mobilizar as diversas formas de atividade coletiva, mas também um mínimo de acordo entre as diversas nações sobre questões fundamentais, como a natureza das relações internacionais e das relações entre o indivíduo e a comunidade. (...) a cooperação é condicionada por um determinado grau de unidade espiritual entre as nações. Quando falta essa unidade e as divergências de opinião a respeito de questões fundamentais são acentuadas, até mesmo ao ponto de parecerem irreconciliáveis, o trabalho cooperativo se torna precário, se não impossível. Esta é, essencialmente, a situação agora (CORRÊA, 2012, p. 60-65).

Reconhecendo as dificuldades que a questão da palestina apresentava a delegação brasileira reforçava a responsabilidade que a Assembleia Geral possuía ao conduzir o tema, e enfatizava a necessidade de uma “unidade espiritual” das nações para que a conciliação fosse possível ou, ao menos, que seu ambiente fosse preparado. Consciente também das adversidades criadas pela própria estrutura das Nações Unidas, o embaixador brasileiro completa:

(...) A Organização das Nações Unidas certamente não é um mecanismo perfeito. Ela contém falhas que devem eventualmente ser corrigidas para assegurar uma maior eficiência. (...)

Devemos admitir, portanto, que a Organização das Nações Unidas não conseguiu atingir o objetivo principal para o qual ela foi criada: assegurar a segurança e a paz. Os resultados nessa área são quase nulos. (...)

No entanto, a atual crise não é uma crise somente da Organização das Nações Unidas, mas uma crise mundial. É uma crise da consciência humana, que se encontra dividida e incapaz de ascender um plano mais elevado onde suas contradições internas possam ser conciliadas (CORRÊA, 2012, p.66-67).

É neste clima de incertezas que o segundo período de sessões, também presidido pelo brasileiro Oswaldo Aranha, teve início em 3 de setembro de 1947, quando a Assembleia Geral da ONU se converteu em Comissão *ad hoc*, a fim de examinar as duas propostas da UNSCOP. Todos os Estados membros da ONU estavam representados nessa Comissão.

Foi apresentada pela maioria dos países integrantes da UNSCOP uma proposta que defendia, em síntese, a partilha da Palestina em um Estado judeu independente e em um Estado árabe independente, com unidade econômica, e a internacionalização de Jerusalém após um período de dois anos de transição. De acordo com a proposta, as populações de ambas as partes não seriam separadas territorialmente, já que era inviável a transferência de milhares de pessoas disseminadas por todo o território, assim uma parte da população judaica deveria permanecer dentro do Estado árabe e uma parte da população árabe dentro do Estado judeu. Nacionalidade e cidadania seriam estabelecidas de acordo com o local de residência.

De acordo com esta proposta (United Nations, 1990, p. 47-48), o Estado Judeu³⁹ seria composto por 498.000 judeus e 407.000 árabes, somando um total de 905.000 pessoas, enquanto o Estado Árabe possuiria 10.000 judeus e 725.000 árabes, somando um total de 735.000 habitantes, e a Cidade de Jerusalém, sob regimento internacional, seria habitada por 100.000 judeus e 105.000 árabes.

Já a proposta apresentada pela minoria dos integrantes da UNSCOP considerava a fundação de um Estado federal da Palestina independente, e que esse Estado federal fosse composto de um Estado judeu e um Estado árabe, existindo uma única nacionalidade e cidadania palestina concedida tanto aos árabes, quanto aos judeus e demais nacionais. Jerusalém seria a capital do Estado federal, composta de duas municipalidades separadas, uma incluindo os setores judeus e outra incluindo os setores árabes, inclusive a parte interna aos muros (United Nations, 1990, p. 60-64).

Os protestos árabes quanto à partilha, assim como os protestos sionistas quanto a um Estado federal foram intensos. Ao fim do debate, o presidente da Assembleia, Oswaldo Aranha, propôs o estabelecimento de duas subcomissões para

³⁹ O Estado Judeu também seria integrado por 90.000 beduínos (árabes) (United Nations, 1990, p. 47-48).

informar sobre as propostas à Comissão *ad hoc* e uma terceira subcomissão para promover a conciliação entre as posições árabe e judaica. Foram ouvidos novamente a Agência Judaica e o Alto Comitê Árabe.

Os projetos da subcomissão nº 2, cujas resoluções foram votadas antes das resoluções da subcomissão nº 1, que defendiam a posição da minoria da UNSCOP, favorável aos árabes, foram por três diferentes vezes derrotadas.

Uma primeira proposta árabe, que consistia em encaminhar a questão, especificamente à Corte Internacional de Justiça a fim de obter um parecer consultivo sobre a questão antes de proceder com a votação, proposta essa que contou com o voto brasileiro, foi derrotada com uma pequena margem de votos⁴⁰. Da mesma forma que a proposta árabe de independência imediata e entrega da Palestina ao povo que ali já se encontravam, não contou senão com o voto dos próprios árabes, do Paquistão e da Colômbia.

Pensando na opinião pública nacional, Raul Fernandes preocupava-se com as repercussões que o voto brasileiro poderia acarretar no cenário doméstico, assim em fins de outubro, orienta Oswaldo Aranha e a delegação brasileira na ONU nos seguintes termos:

Pensamos que, na questão Palestina, a melhor atitude é a abstenção, dada a oposição dos árabes e a existência no Brasil de uma grande colônia sírio-libanesa. Todavia, se esse voto nulo impedir os dois terços necessários para a aprovação da resolução da partilha, devemos votar de acordo com as grandes potências, às quais incumbirá a responsabilidade de pô-la em prática. Vossa Excelência, em todo o caso, procederá de acordo com seu próprio ponto de vista se for diverso do que deixamos indicado, dado que seus elementos de informação são mais completos.⁴¹

Em 25 de novembro de 1947, foi votada a resolução da subcomissão nº 1, basicamente constituída na proposta apresentada pela maioria da UNSCOP, a favor da imigração, da partilha, e de Jerusalém sob controle internacional. Resultando em 25 votos a favor, 13 votos contra e 17 abstenções.

Como a Assembleia estava constituída em Comissão *ad hoc*, não foi necessária uma maioria de dois terços, e a proposta foi aprovada e recomendada à Assembleia Geral, porém este detalhe preocupou a comunidade sionista que iniciou

⁴⁰ As duas propostas de resolução visando o parecer da Corte Internacional de Justiça foram rejeitadas com as seguintes votações: 18 votos a favor da consulta, 25 votos contra e 11 abstenções; 20 a favor, 21 votos contra e 13 abstenções. Os Estados Unidos votaram todas as vezes contra a propostas, enquanto o Brasil votou favoravelmente.

⁴¹ AHI Brasília. Secreto. Telegrama 187. MRE para DelBrasONU. 20 de out. de 1947.

um forte movimento, uma vez que sabiam da necessidade da maioria de dois terços na votação da Assembleia Geral. A votação na Assembleia Geral, por sua vez, tinha o objetivo de ratificar a decisão da Comissão *ad hoc*, agora com a necessidade de se obter uma maioria de dois terços para aprovação de uma resolução sobre a questão.

Assim, em 28 de novembro de 1947, terminados os trabalhos, a Comissão *ad hoc* aprova um relatório a favor da partilha da Palestina, apresentando resolução à Assembleia Geral. Como a votação não atingiu a maioria necessária de dois terços para conseguir sua aprovação em plenário, o lobby judaico, a partir de então, iniciou uma intensa mobilização para que os votos fossem adiados, permitindo uma organização, afim de pressionar os delegados neutros para votarem em favor da causa judaica. Percebendo a movimentação, Oswaldo Aranha adia a sessão para o próximo dia.

Em 29 de novembro de 1947, ocorre a sessão decisiva, os representantes das delegações árabes apresentavam justificativas para um novo adiamento dos votos, porém nenhuma foi aceita pelo presidente da Assembleia, assim a votação procedeu e foi dessa maneira que a proposta foi colocada em votação e aprovada por 34 votos a favor, 13 votos contra, 10 abstenções e uma ausência.

Votaram à favor da partilha: Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Costa Rica, Tchecoslováquia, Dinamarca, Equador, Estados Unidos da América, Filipinas, França, Guatemala, Haiti, Islândia, Libéria, Luxemburgo, Nicarágua, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, República Dominicana, República Socialista Soviética da Bielorrússia, República Socialista Soviética da Ucrânia, Suécia, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, União Sul-Africana, Uruguai e Venezuela.

Votaram contra a partilha: Afeganistão, Arábia Saudita, Cuba, Egito, Grécia, Índia, Irã, Iraque, Líbano, Paquistão, Síria, Turquia e Iêmen.

Abstenções: Argentina, Colômbia, Chile, China, El Salvador, Etiópia, Honduras, México, Reino Unido e Iugoslávia.

Ausência: Tailândia.

Em 29 de novembro de 1947, a Organização das Nações Unidas aprovava, com o voto favorável da delegação brasileira, a Resolução 181, que recomendava a divisão do território em oito partes: três para o Estado judeu e três para o Estado árabe. A sétima, Jaffa, constituiria um enclave árabe em território judeu e a oitava

seria Jerusalém, sob um regime internacional especial. A Grã-Bretanha deveria retirar-se antes de 1º de agosto de 1948 e colocar um porto à disposição do Estado Judeu antes de 1º de fevereiro de 1948, para facilitar o processo imigratório. As Nações Unidas ficariam encarregadas, por sua vez, da transferência da administração territorial, de forma progressiva e com início imediato, até a data limite de outubro de 1948, aos novos Estados. Os dois Estados estariam vinculados a uma união econômica.

A aprovação desta recomendação pela organização internacional intensificou a violência no território palestino. Os confrontos entre árabes e judeus ampliaram-se e a liberdade de ação de grupos sionistas paramilitares, em especial o Haganah aumentou. Foi neste momento que aldeias foram invadidas, e milhares de cidadãos árabes foram expulsos de suas casas. Com isso, as fronteiras correspondentes à parte judaica, estabelecidas através da Resolução 181, foram expandidas. O caos estava instaurado e a Organização das Nações Unidas precisava agir.

Com respeito às motivações que levaram o Brasil a apoiar o voto em favor da recomendação da partilha da Palestina, convém reproduzir um dos parágrafos finais do relatório final que a Missão do Brasil enviou à Secretaria de Estado na ocasião:

Quaisquer que sejam as críticas à partilha – e as mais precedentes se referem à ineficácia da implementação prevista para a manutenção tanto da divisão política, quanto da unidade econômica – não há como negar que ela era, dentro das circunstâncias, a única solução plausível. Adotando-a, a Assembleia Geral arrogou-se poderes comparáveis àqueles que o Pacto das Sociedades das Nações conferia ao Conselho em seu artigo 19 e dos quais nunca fez uso aquele órgão. Pela primeira vez na História, uma Organização Internacional, criada para manter a paz e a segurança, decidiu investir contra o “status quo” e substituí-lo por um equilíbrio diferente, que lhe pareceu mais estável, resultado que ainda não se obtivera na vida internacional senão como consequência de uma luta armada. Por isso mesmo, foi a partilha da Palestina classificada de “bold and historic experiment” pelo Presidente da Assembleia. O sucesso final dessa experiência justificaria por si só a existência das Nações Unidas.⁴²

Ao analisarmos os votos despendidos em relação à recomendação da Assembleia Geral sobre a partilha da Palestina, é interessante observar que o sistema internacional é movido por “forças profundas” atuantes que exercem poder e influência sobre o rumo dos acontecimentos (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 61).

⁴² AHI Brasília, Ofício Recebido nº1203, De Missão do Brasil junto à ONU. *Envio de estudo sobre a Questão Palestina*, 26 de jun. de 1967;

Certamente, o fato do voto norte-americano e soviético coincidirem nesta votação, momento raro na história da Organização das Nações Unidas, sendo, inclusive que, Grã-Bretanha e China, aliados do primeiro, se abstiveram, é explicado pelas particularidades do caso ou pela ainda recente memória da Segunda Guerra Mundial. Podemos levantar as seguintes hipóteses quanto ao voto favorável norte-americano: a) a pressão que o lobby judeu exerce no plano doméstico nos Estados Unidos e b) o interesse norte-americano de possuir um aliado no Oriente Próximo, caso a criação de um Estado judeu viesse a se consolidar. Já o interesse soviético consistia principalmente na estratégia de avanço do comunismo à região, o fio condutor de sua política externa foi explorar as forças políticas e sociais predominantes no Oriente Médio, acreditou assim que o voto a favor da partilha poderia contribuir para sua presença na região.

Há que se levantar a hipótese de que tenha sido uma percepção posterior dessa intenção da União Soviética a razão de os Estados Unidos terem solicitado, em abril de 1948, nova sessão da Assembleia Geral para reavaliar a questão palestina. Segundo o estudo do tema realizado pelos diplomatas brasileiros, os Estados Unidos temiam o envio de tropas soviéticas ao Oriente Médio, o que poderia favorecer o avanço do comunismo à região. Os Estados Unidos evitariam isto a todo o custo, uma vez que não poderiam aceitar “a presença de tropas soviéticas em zona de grande importância estratégica”⁴³.

(...) Depois de terem aprovado pela Assembleia, em sua Segunda Sessão Ordinária (1947), o plano de sua preferência, os EUA verificaram que seria impossível pôr em execução o plano de partilha sem recorrer ao uso da força. Julgou então o governo norte-americano que deveria buscar outro rumo para solucionar a Questão da Palestina, de vez que a intervenção do Conselho de Segurança, para impor pela força a execução do plano, levaria, conseqüentemente, as tropas russas ao Oriente Médio⁴⁴.

Depois de marchas e contramarchas⁴⁵, a delegação norte-americana apresentou uma proposta à Assembleia cujo maior interesse residia na nomeação de

⁴³ AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 20. DelBrasONU para MRE. *Questão da Palestina*. 7 de fev. de 1948.

⁴⁴ AHI Brasília, Ofício Recebido nº1203, De Missão do Brasil junto à ONU. *Envio de estudo sobre a Questão Palestina*, 26 de jun. de 1967.

⁴⁵ AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 50. DelBrasONU para MRE. *Novo plano americano para a Palestina*. 2 de abr. de 1948; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 59. DelBrasONU para MRE. *Questão da Palestina: plano americano de tutela*. 12 de abr. de 1948; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 64. DelBrasONU para MRE. *Questão da Palestina*. 19 de abr. de 1948; AHI Brasília.

um Mediador das Nações Unidas, autorizado pela organização a tentar um acordo entre árabes e judeus. Essa proposta foi aprovada, com a anuência do voto brasileiro, e se tornou a Resolução 186. Esta recomendação foi adotada e o Conde Folke Bernadotte⁴⁶ foi nomeado Mediador pelas Nações Unidas em maio de 1948, porém o mesmo viria a ser assassinado, em 17 de setembro de 1948, na cidade de Jerusalém, por grupo paramilitar sionista, o LEHI⁴⁷ (Lutadores pela Liberdade de Israel). Antes disso, chegou a enviar importantes recomendações à Organização das Nações Unidas a respeito da situação na Palestina⁴⁸.

No mesmo dia em que as Nações Unidas aprovavam a Resolução 186, os judeus na Palestina proclamavam a criação do Estado de Israel. Em 14 de maio de 1948, um dia antes do fim do Mandato Britânico da Palestina, a Agência Judaica, sob a presidência de David Ben Gurion⁴⁹, proclamou a independência, nomeando o Estado de Israel. No dia seguinte, extinto o mandato, retiraram-se os ingleses, dando início à guerra árabe-israelense com a invasão de cinco exércitos árabes, Egito, Iraque, Líbano, Síria e Transjordânia, em solidariedade aos palestinos. No choque armado que se seguiu dando origem a Primeira Guerra Árabe-israelense ou Guerra de 1948, as tropas israelenses levaram a melhor e ocuparam praticamente todos os territórios que lhes foram atribuídos pela Resolução 181, de 29 de novembro de 1947, assim como outras áreas destinadas ao Estado árabe, resultando em um aumento de 37% do território de Israel atribuído, inicialmente, pelo Plano da Partilha (SANTOS, 2000, p. 270). Em Jerusalém a cidade velha ficou sob o domínio da Legião Árabe da Transjordânia e a cidade nova foi anexada ao Estado de Israel.

Confidencial. Telegrama 65. DelBrasONU para MRE. *Questão da Palestina*. 20 de abr. de 1948; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 70. DelBrasONU para MRE. *Manutenção da ordem na Palestina – Possível envio de tropas argentinas*. 28 de abr. de 1948; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 74. DelBrasONU para MRE. *Novo plano americano para a Palestina*. 03 de mai. de 1948; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 78. DelBrasONU para MRE. *Questão da Palestina*. 07 de mai. de 1948.

⁴⁶ O Conde Bernadotte era um diplomata sueco, fluente em seis idiomas, que ganhou reconhecimento internacional mediante seu trabalho como chefe da Cruz Vermelha sueca durante a Segunda Guerra Mundial. Em fevereiro de 1945, Bernadotte, sobrinho do rei Gustavo V, havia conseguido libertar 30 mil judeus dos campos de concentração alemães

⁴⁷ Grupo extremista de direita, também chamado de “Gangue Stern”, engajado numa campanha de terror pessoal contra os britânicos. Quando o exército de Israel foi constituído em 31 de maio de 1948, o LEHI foi desmantelado e seus membros incorporados na tropa. Contudo, em Jerusalém, o LEHI permaneceu como organização independente, alegando que à época da proclamação da independência o destino da cidade ainda não havia sido definido.

⁴⁸ AHI Brasília, Ofício Recebido nº1203, De Missão do Brasil junto à ONU. *Envio de estudo sobre a Questão Palestina*, 26 de jun. de 1967.

⁴⁹ David Bem Gurion, judeu polonês, foi líder do movimento sionista socialista e um dos fundadores do Partido Trabalhista que esteve no poder nas três primeiras décadas do Estado israelense. Além disso, foi também o primeiro Primeiro Ministro de Israel.

Apesar de seus esforços para a conciliação das duas partes, o Conde Bernadotte, não conseguiu convencer as partes litigantes a negociarem um acordo. Porém, manifestou em relatório a necessidade da Assembleia considerar os principais pontos em relação à questão:

- a) Necessidade de uma paz formal, ou pelo menos de um armistício, em substituição à trégua;
- b) Na falta de acordo entre as partes, as fronteiras entre os territórios árabe e judeu deveriam ser estabelecidas pelas Nações Unidas, com a seguinte revisão das fronteiras fixadas pela Resolução de 29 de novembro de 1947:
 - 1) A área conhecida pelo nome de Negev passaria ao território árabe;
 - 2) A Galileia ocidental seria incorporada ao território judaico;
 - c) O território árabe teria o destino que lhe dessem os Estados árabes, ouvida a população árabe da Palestina, parecendo, porém, ao Mediador que conviria incorporá-lo à Transjordânia;
 - d) As fronteiras, depois de estabelecidas, deveriam, ser garantidas pelas Nações Unidas;
 - e) O porto de Haifa, inclusive as refinarias, seria declarado porto franco, sem prejuízo de sua inclusão no território judaico;
 - f) O aeroporto de Lida seria declarado aeroporto franco;
 - g) A Cidade de Jerusalém, com estatuto especial, ficaria sob a administração das Nações Unidas;
 - h) Deveria ser garantido o livre acesso à Cidade de Jerusalém;
 - i) Deveria ser assegurado o direito dos refugiados árabes a voltarem aos seus lares e a receberem uma indenização, caso preferissem não voltar ou caso sua propriedade tivesse sido destruída ou danificada;
 - j) Garantia plena dos direitos políticos, econômicos e sociais dos árabes em território judaico e dos judeus no território árabe, e facilidade para troca de populações;
 - k) Criação de uma Comissão de Conciliação das Nações Unidas, destinada a favorecer a solução pacífica da questão da Palestina e o estabelecimento de relações amistosas entre as partes⁵⁰.

O relatório foi desde logo rejeitado, tanto por árabes quanto por judeus. A União Soviética considerava que a Resolução 181 representava a única solução possível para o problema, enquanto que os Estados Unidos reconheciam a dificuldade prática da Resolução, porém não consideravam aconselhável colocar em prática o plano de Bernadotte. Apenas, o Reino Unido, de início apoiou o relatório do Mediador.

A posição manifestada pelo Brasil foi de apoio aos Estados Unidos:

⁵⁰ AHI Brasília, Ofício Recebido nº1203, De Missão do Brasil junto à ONU. *Envio de estudo sobre a Questão Palestina*, 26 de jun. de 1967.

Aceitamos em princípio as observações do Mediador, mas, da mesma forma que aos Estados Unidos, não nos pareceu conveniente fosse adotado pela Assembleia um esquema territorial rígido⁵¹.

E por fim a delegação brasileira ressalta que em relação à Palestina deveria ser adotada uma fórmula que contemplasse três elementos essenciais: “1) negociações diretas entre as partes em litígio; 2) mediação de um organismo conciliador; e 3) controle das Nações Unidas”⁵². O Brasil demonstrava preocupação principalmente com relação aos problemas dos refugiados árabes, os quais deveriam ser repatriados e indenizados por perda e danos; com a internacionalização de Jerusalém e proteção internacional dos Lugares Santos em todo o território palestino⁵³.

A Terceira Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas por fim acabou adotando a proposta original inglesa, com algumas sugestões das delegações brasileira, francesa e canadense, especialmente, transformando-se na Resolução 194 (11 de dezembro de 1948), que recomendava a criação de uma Comissão de Conciliação, formada pela França, Turquia e EUA, a fim de resolver o litígio entre as partes, estabelecia também a proteção internacional aos Lugares Santos (seu livre acesso e internacionalização de Jerusalém sob a administração das Nações Unidas), assim como a proteção dos direitos dos refugiados árabes e, além disso, solicitava esclarecimentos de Israel sobre a administração de Jerusalém e a situação dos refugiados árabes.

Ainda durante a Terceira Sessão da Assembleia Geral, a Síria apresentou um projeto que visava a consulta da Corte Internacional de Justiça sobre a competência da Assembleia Geral para resolver a partilha da Palestina. A delegação brasileira votou a favor, porém a proposta foi rejeitada.

Durante a segunda parte da Terceira Sessão abre-se a discussão da entrada do Estado de Israel na Organização das Nações Unidas, os membros da organização internacional possuíam em mãos, segundo documentos levantados, recomendação do Conselho de Segurança favorável ao ingresso pleiteado por aquele país. Vale lembrar também que Estados Unidos e União Soviética, as duas principais potências

⁵¹ AHI Brasília, Ofício Recebido nº1203, De Missão do Brasil junto à ONU. *Envio de estudo sobre a Questão Palestina*, 26 de jun. de 1967.

⁵² AHI Brasília, Ofício Recebido nº1203, De Missão do Brasil junto à ONU. *Envio de estudo sobre a Questão Palestina*, 26 de jun. de 1967.

⁵³ AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 6. DelBrasONU para MRE. *Internacionalização de Jerusalém*. 2 de dez. de 1948.

do período, reconheceram o Estado de Israel imediatamente à sua declaração. Entretanto, o Brasil tinha orientações de subordinar seu voto à observância, pelo Estado de Israel, das resoluções da assembleia a respeito, especialmente, da internacionalização de Jerusalém. Nesse sentido, o Brasil se absteve na votação que originou a Resolução 273 (11 de maio de 1949), que incorporou Israel, como membro das Nações Unidas.

A Quarta Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em relação à questão palestina, versou principalmente sobre a internacionalização de Jerusalém e a proteção dos Lugares Santos e sobre o amparo devido aos refugiados árabes. Nesse sentido foi aprovada a Resolução 302 (08 de dezembro de 1949), com voto favorável do Brasil, a qual criava a Agência de Auxílio e Obra das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA⁵⁴), com voto favorável do Brasil, que seria responsável por orientar os trabalhos voltados a mais de 700 mil⁵⁵ refugiados árabes palestinos que a guerra árabe-israelense de 1948 tinha originado, assim como também a Resolução 303 (09 de dezembro de 1949), foi aprovada com anuência brasileira. Esta, por sua vez, recomendava que o Conselho de Tutela elaborasse um novo estatuto para Jerusalém e determinava que a cidade deveria ser administrada pelas Nações Unidas sob um regime internacional.

De 1950 a 1955, a Assembleia Geral das Nações Unidas tratou da questão Palestina, da Quinta até a Décima Sessão da Assembleia. Foram discutidas e aprovadas, sempre com o voto brasileiro favorável, resoluções que diziam respeito, principalmente à Agência de Auxílio e Obra das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA); tais resoluções estabeleciam, de modo geral, prazos e programas para a Agência. O Brasil, na Sexta Sessão da Assembleia, comprometeu-se a contribuir para a UNRWA, mas até a década de 1960 o assunto ficou travado no Congresso Nacional, uma vez que sua autorização não foi aprovada⁵⁶.

⁵⁴ UNRWA é a sigla em inglês para United Nations Relief and Works Agency, não foi adotada sigla correspondente à agência na língua portuguesa.

⁵⁵ The United Nations and Palestinian Refugees, 2007. Disponível em <http://www.unrwa.org/userfiles/2010011791015.pdf>. Consulta realizada em 01 de abr. de 2015.

⁵⁶ AHI Brasília, Ofício Recebido nº1203, De Missão do Brasil junto à ONU. *Envio de estudo sobre a Questão Palestina*, 26 de jun. de 1967; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 46. *Contribuição para a reserva de emergência do alto comissariado das Nações Unidas para os refugiados. Apelo ao Brasil*. 27 de mar. de 1957; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama s/n ou referência. *Agência das Nações Unidas para Socorro aos Refugiados da Palestina; Contribuição do Brasil*. 19 de jun. de 1957. O Brasil irá retomar o tema de auxílio aos refugiados somente após a redemocratização do país e nos anos 2000

Faz-se importante observar que segundo a UNRWA, são considerados refugiados palestinos:

Anyone whose normal place of residence was in Mandate Palestine during the period from 1 June 1946 to 15 May 1948 and who lost both home and means of livelihood as a result of the 1948 Arab-Israeli war qualifies as a Palestine refugee, as defined by UNRWA, and is eligible for UNRWA registration. Hence the reference to Palestine refugees, not Palestinian refugees, in UNRWA's name and official documents. The descendants of the original Palestine refugees are also eligible for registration, but only refugees living in one of UNRWA's five fields of operations receive Agency services⁵⁷.

Em 1950, os refugiados palestinos registrados somavam 914,221 mil⁵⁸, a Agência, que havia sido criada com objetivo de ser provisória, percebeu ao longo dos anos e dos conflitos subsequentes que seu trabalho só aumentava, dessa maneira a UNRWA permanece ativa até os dias de hoje.

A preocupação com os refugiados palestinos não diminuiria nos anos seguintes, entretanto sob a perspectiva brasileira, fica nítido nos documentos pesquisados que a internacionalização de Jerusalém e a proteção dos Lugares Santos foi tema frequente das correspondências diplomáticas até o final da década de 1960⁵⁹,

inicia sua contribuição às Agências de Refugiados, além disso o país chega a receber 109 palestinos, em maio de 2007, vindos do campo de Ruweished, na Jordânia (BRASIL, 2008, p. 3745).

⁵⁷ The United Nations and Palestinian Refugees, 2007. Disponível em <http://www.unrwa.org/userfiles/2010011791015.pdf>. Consulta realizada em 01 de abr. de 2015.

⁵⁸ The United Nations and Palestinian Refugees, 2007. Disponível em <http://www.unrwa.org/userfiles/2010011791015.pdf>. Consulta realizada em 01 de abr. de 2015.

⁵⁹ São exemplos as seguintes correspondências diplomáticas, notar que durante cada ano muitas outras foram trocadas sobre o mesmo tema, aqui faz-se referência somente a algumas: AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 5. MRE para DelBrasONU. *Internacionalização de Jerusalém*, 29 de set. de 1948; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 7. Embaixada no Vaticano para MRE. *Internacionalização de Jerusalém*, 03 de dez. de 1949; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 55. MRE para DelBrasONU. *Internacionalização de Jerusalém*, 05 de dez. 1949; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 84. MRE para Embaixada no Vaticano. *O problema dos Lugares Santos na Palestina*. 24 de ago. de 1953; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 30. Embaixada no Vaticano para MRE. *O problema dos Lugares Santos na Palestina*. 28 de ago. de 1953; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 25. MRE para Embaixada no Vaticano. *O problema dos Lugares Santos na Palestina*. 17 de set. de 1953; AHI Brasília. Embaixador José Fabrino em Tel-Aviv para MRE. *Relatório sobre proteção dos Lugares Santos*. 24 de set. 1953; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 185. MRE para Embaixada em Londres. *VIII Sessão da Assembleia Geral da ONU. Internacionalização de Jerusalém*. 30 de set. de 1953; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 239. MRE para Embaixada em Washington. *VIII Sessão da Assembleia Geral da ONU. Internacionalização de Jerusalém*. 01 de out. de 1953; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 8. MRE para DelBrasONU. *O problema dos Lugares Santos*. 02 de out. de 1953; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 38. Embaixada em Tel-Aviv para MRE. *Desmilitarização de Jerusalém e proteção dos Lugares Santos*. 15 de mar. de 1954; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 45. Embaixada no Vaticano para MRE. *Internacionalização de Jerusalém e apresentação de credenciais*. 13 de out. de 1954; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama s/n ou referência. Embaixada em Tel-Aviv para MRE. 30 de dez. de 1954; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 109. Embaixada em Tel-Aviv para MRE. 12 de jul. de 1955; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 110. Embaixada em Tel-Aviv para MRE.

demonstrando que o estatuto de Jerusalém foi objeto da real atenção brasileira por muito tempo, apesar da decisão brasileira pelo reconhecimento de Israel em fevereiro de 1949⁶⁰ e do estabelecimento de relações diplomáticas em 1952⁶¹.

Em 1955, em correspondência ao diplomata que seria creditado em Israel, o Brasil dava orientações sobre as particularidades políticas do país, especialmente em relação aos conflitos com os árabes, que era assunto frequente no âmbito das Nações Unidas, assim como orientações sobre a permanência da representação diplomática brasileira na cidade de Tel-Aviv, apesar da recorrente pressão para sua transferência à cidade de Jerusalém. Além disso, salienta sua preocupação com a expansão do comunismo em Israel, e a possibilidade do partido Mapam, um dos mais fortes de Israel e estreitamente ligado ao comunismo se tornar um ponto de apoio da União Soviética no Oriente Médio. O telegrama também atenta para o fato do país ter sido governado durante anos por dirigentes de origem russa ligados ao Mapai, partido de cunho socialista, baseado na ideologia sionista trabalhista⁶². Em consequência disso o representante brasileiro deveria manter bem informada a Secretaria de Estado a respeito do fortalecimento do partido, uma vez que o mesmo poderia vir a ser um poderoso ponto de apoio à URSS no Oriente Médio⁶³.

Tradicionalmente, há uma diretriz histórica homogênea e contínua no comportamento diplomático brasileiro em relação à questão israelo-palestino (VIGEVANI; CINTRA; KLEINAS, 2002, p. 36), que foi construída desde 1947, quando

Internacionalização de Jerusalém. 12 de jul. de 1955; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 115. Embaixada em Tel-Aviv para MRE. *Internacionalização de Jerusalém*. 25 de jul. de 1955; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 110. Embaixada em Tel-Aviv para MRE. *Internacionalização de Jerusalém*. 12 de jul. de 1955; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 125. Embaixada em Tel-Aviv para MRE. *Internacionalização de Jerusalém*. 03 de ago. de 1955; AHI Brasília. Secreto Urgentíssimo. Telegrama 118. MRE para Embaixada em Tel-Aviv. *Festividades comemorativas. Questão de Jerusalém*. 11 de mai. de 1967; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 106. Embaixada em Tel-Aviv para MRE. *Festividades comemorativas. Questão de Jerusalém*. 10 de mai. de 1967; AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 108. Embaixada em Tel-Aviv para MRE. *Festividades comemorativas. Questão de Jerusalém*. 14 de mai. de 1967;

⁶⁰ “Rogo notificar ao representante do Estado de Israel aí que o governo do Brasil resolveu reconhecer nesta data o referido Estado e o respectivo governo”. AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 601. MRE para Embaixada nos Estados Unidos. 07 de fev. de 1949.

⁶¹ Somente em 29 de março de 1952, a partir do novo governo Vargas, o Brasil estabelece relações diplomáticas plenas com Israel, através do envio de um representante diplomático Ministro José Fabrino de Oliveira Baião à cidade de Tel-Aviv e o envio de um diplomata israelense, David Shaltiel, à capital, no Rio de Janeiro (VIGEVANI, T; KLEINAS, A., 2000, p. 112-113).

⁶² Ambos os partidos Mapam e Mapai se originaram da divisão do partido sionista trabalhista Poale Zion, uma fração de esquerda originou o Mapam, atualmente Meretz (1992), e uma fração de direita consolidou-se no Mapai, atualmente Partido Trabalhista de Israel (1948). O Mapai, em particular, foi o maior partido no período pré-formação de Israel, assim como nas três primeiras décadas após 1948.

⁶³ AHI Brasília. Confidencial. Telegrama 67. MRE à Delegação em Tel-Aviv. *Instruções para o Ministro em Israel*. 18 de fev. de 1955.

o país foi chamado formalmente para participar do fórum internacional da Organização das Nações Unidas e se manifestar a respeito do tema. Naquele momento a posição brasileira, nem sempre autônoma, bastante subordinada aos alinhamentos da guerra fria, estava condicionada à relação com os Estados Unidos e à Igreja Católica. Apesar disso, o Brasil buscou sempre apoiar a busca de soluções conciliatórias, pautando-se pela prudência e equidistância com relação às partes em conflito.

As reuniões da Organização das Nações Unidas, especialmente durante o ano de 1947, possibilitaram ao Brasil assumir uma posição de maior visibilidade e participação mais engajada, o que se deve ao fato de o Presidente ter sido o embaixador Oswaldo Aranha, que, segundo Norma Breda dos Santos (2000, p. 67), “mostrou ao mundo alguma das virtudes da diplomacia brasileira Não por acaso a situação é lembrada como exemplo do brilhantismo do Itamaraty e como símbolo do bom relacionamento entre Brasil e Israel”.

Foi perceptível através da análise dos documentos diplomáticos, assim como do exposto até o momento, uma certa incongruência nas orientações do Ministério das Relações Exteriores à Delegação do Brasil junto às Nações Unidas. É notável que o Brasil externava preocupações em diversas frentes em relação à questão palestina, e conseqüentemente seu posicionamento no organismo internacional à elas foram condicionadas. Dentre aquelas destacamos: a) cientes da relevância político-diplomática da região no âmbito internacional e, em particular para o Brasil, o país buscou adequar sua inserção e visibilidade internacional através de sua atuação naquele contexto, almejando objetivos de curto e longo prazo; b) o Brasil considerou em seus apontamentos a presença em seu território de expressivas e influentes comunidades árabe e judaica; c) a delegação brasileira demonstrou interesse no encaminhamento pacífico das pendências entre as partes litigantes, buscando sempre o caminho da conciliação; d) ciente da importância econômica estratégica da região, local onde se encontra cerca da metade das reservas mundiais de petróleo, o país teve que administrar, no contexto da guerra fria e do embate das duas potências mundiais, seus interesses, mantendo a política externa de alinhamento aos Estados Unidos e, simultaneamente, buscando evitar qualquer confronto direto com os soviéticos ou seus aliados, característica essa, do governo Dutra, já apontada anteriormente.

Dessa maneira o Brasil teve que conciliar interesses diversos em relação a uma única e inédita situação na história das relações internacionais, não obstante, podemos considerar que a diplomacia brasileira trabalhou no intuito de adaptar-se às alterações do cenário doméstico e internacional, apoiando o processo de paz regional de forma adequada para um país que teve suas fronteiras definidas pacificamente e no qual convivem, até hoje, importantes comunidades árabe e judaica, ambas influentes no interior da sociedade, como veremos no próximo capítulo.

2. ACLIMATAÇÃO DAS COMUNIDADES JUDAICAS E ÁRABES NO BRASIL

2.1. O cenário doméstico: as forças políticas nacionais (1930-1950)

A partir da Revolução de 1930 o Brasil vivenciou um período de grande efervescência política, mudanças econômicas e sociais. O país vinha de processos políticos marcados por corrupção, arranjos e manipulações eleitorais típicos da chamada República Velha, até que um líder civil de um movimento armado de oposição, Getúlio Vargas, tornou-se Presidente, em caráter provisório, em novembro de 1930.

Getúlio Vargas havia sido derrotado nas eleições oficiais por Júlio Prestes, o candidato do governo do Presidente Washington Luís (1926-1930), apesar do manifesto realizado dentro da ordem nacional, por Getúlio Vargas, em maio do mesmo ano, denunciando fraudes e truques no processo eleitoral, alguns revolucionários não se contentaram com palavras e organizaram uma conspiração destinada a tomar o poder através de uma rebelião armada. Semanas depois das eleições, jovens revolucionários, como Oswaldo Aranha e Lindolfo Collor, em contato com líderes descontentes da Aliança Liberal. Contudo, a revolta começou com Vargas liderando os rebeldes do Rio Grande do Sul para uma marcha sobre o Rio de Janeiro.

A conspiração foi apoiada por políticos da Aliança Liberal e por um grupo de jovens oficiais, tenentes. O movimento ganhou força com a adesão de militares dissidentes que não estavam dispostos a assegurar a permanência do chefe de Estado. Pressionado pela revolta armada com quadros vindos especialmente do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o Presidente foi convencido de que a batalha estava perdida e renunciou ao cargo, abandonando o plano de empossar Júlio Prestes.

Uma junta militar governou o Brasil, até entregar o governo a Getúlio Vargas, líder do movimento de oposição, que deveria governar o Brasil até a instauração de uma nova constituição e de um novo processo eleitoral. Iniciava, porém, um período de sete anos de agitação política, que incluiu uma revolta regionalista em São Paulo (Revolução Constituinte de 1932), uma nova Constituição (1934), um movimento de frente popular, um movimento fascista e uma tentativa de golpe comunista. Foi esse último que deu argumento e justificativa para o golpe de 1937, quando teve início um

regime autoritário que duraria 8 anos, sob a liderança contínua de Getúlio Vargas (1930-1945).

É importante notar a importância do posicionamento dos militares, os comandantes do Exército e da Marinha, que adotaram, em 1930, um papel que iria se tornar recorrente na história política brasileira: o papel de árbitros finais, decidindo o futuro da política interna nacional.

Para o historiador Thomas Skidmore a coalizão heterogênea que fez a Revolução 1930 pode ser dividida em partidários e revolucionários. Entre os partidários encontram-se duas correntes: a) os constitucionalistas, que desejavam implantar os ideais liberais clássicos, posição que era mais forte no estado de São Paulo, encontrando apoio sólido na pequena, porém crescente classe média; b) os nacionalistas semi-autoritários, cujas principais preocupações eram a “regeneração nacional” e a modernização; os principais representantes desse grupo eram os tenentes; os demais adeptos de mudanças radicais, encontravam-se fragmentados; no período não havia uma liderança unificada de esquerda e o movimento sindical (ainda modesto em 1930) estava desarticulado devido a lutas internas por diferentes tendências ideológicas. Ainda entre os partidários não-revolucionários, Skidmore aponta para três correntes: a) os militares de alta patente, que desejavam mais atenção do governo aos requisitos técnicos das forças armadas, como novos equipamentos e orçamentos mais generosos, estavam exaustos da necessidade frequente de ajuda que os governos civis solicitavam para manter o governo, acreditavam que o país precisava de reformas; b) os plantadores de café também apoiavam a revolução, fato este relacionado à política econômica adotada, sobretudo no que diz respeito à fixação da taxa de câmbio, que conduziu à queda do valor do café no mercado internacional, e também às consequências já sentidas no Brasil da recente crise econômica de 1929; todos esses fatores implicaram em desgaste do governo de Washington Luís; c) por fim, haviam os dissidentes políticos, que estavam mais preocupados com a defesa de seus interesses políticos particulares, os quais não estavam sendo satisfeitos com o governo de Washington Luís, além disso não haviam concordado com a indicação de um paulista, Júlio Prestes, para a sucessão presidencial (SKIDMORE, 1982, p. 27-31).

A principal tarefa de Getúlio Vargas dizia respeito ao diálogo com essas correntes heterogêneas de interesses e grupos sociais; mas isso nem sempre

possível, o que gerou complicações políticas das mais diversas. O primeiro enfrentamento veio de São Paulo, de diversas fontes: da elite cafeeira paulista, que achava que o governo provisório havia feito muito pouco para amparar os negócios; dos constitucionalistas liberais, descontentes com o adiamento das novas eleições, levando ao Partido Democrático ao rompimento com o governo em 13 de janeiro de 1932. Em julho, São Paulo levantou-se em revolta armada, naquela que seria nomeada Revolução Constitucionalista. Após um sítio de dois meses com bombardeios aéreos das forças federais, os rebeldes renderam-se.

As eleições para a Assembleia Constituinte foram realizadas em 3 de maio de 1933, originando a Constituição de 1934, que contemplava tanto os anseios do liberalismo político quanto do reformismo econômico. Apesar da estrutura federal ainda ser parecida com a República Velha, haviam agora garantias de eleições livres, asseguradas pelo Código Eleitoral de 1932, assim como a segurança de uma entidade federal de fiscalização e apuração dos processos eleitorais, o Tribunal Superior Eleitoral. Em julho de 1934, Getúlio Vargas foi eleito presidente pelo Congresso Nacional, com mandato até as eleições diretas marcadas para janeiro de 1938.

Nos debates da Constituinte cabe destacar dois fatores essenciais para a compreensão do trabalho aqui desenvolvido. O primeiro estava relacionado a questão da política imigratória nacional, que constituía uma resposta aos interesses de ordem econômica, étnica e política, que resultou na chamada “lei de cotas”⁶⁴, uma emenda à Constituição de julho de 1934, que em seu parágrafo 6 do artigo 121 determinava que restrições deveriam ser impostas à entrada de imigrantes com o objetivo de garantir a “integração étnica e capacidade física e civil do imigrante”. Essas restrições estipulavam um limite anual, para cada nacionalidade, de dois por cento do número total dos respectivos membros já fixados no Brasil nos cinquenta anos anteriores à

⁶⁴ Antes disso, em 12 de dezembro de 1930, apenas dois meses após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, seu governo promoveu a primeira medida de caráter restritivo em relação à entrada de estrangeiros em território nacional. Através do decreto nº 19.482, o ingresso no país ficou restrito aos estrangeiros já domiciliados no Brasil e que viajavam ao exterior, aos solicitados por meio do Ministério do Trabalho para os serviços agrícolas, aos portadores de “bilhetes de chamada”, e a estrangeiros agricultores, agrupados em famílias. O decreto incluía ainda o que ficou conhecido como a “Lei dos 2/3”, segundo a qual empresas, associações, companhias e firmas comerciais deveriam apresentar, entre seus empregados, pelo menos dois terços de brasileiros natos. Na falta destes, a prioridade seria para os naturalizados e, por último, para os estrangeiros. Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930. In: Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1930, Atos da Junta Governativa Provisória e do Governo Provisório (outubro a dezembro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931, vol. II, p. 82-85. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1930v2-230p/L1930-11.pdf>. Acesso em 27 out. 2015.

aprovação da lei. Ficou ainda proibida, de acordo com parágrafo seguinte do mesmo artigo, a concentração de imigrantes em qualquer parte do território brasileiro.⁶⁵ O segundo componente estava associado à centralização do poder no Executivo nacional, sobretudo no que diz respeito ao controle político da sociedade, que culminou em 1935 na aprovação pela maioria do congresso da Lei de Segurança Nacional, que ditava sobre os crimes contra a ordem política e social do país, Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais.⁶⁶

Em 1934, os grupos mais identificados com as posições do constitucionalismo liberal e do reformismo socioeconômico estavam sendo superados por um novo gênero de ativismo político, pois, assim como na Europa, a política brasileira caminhava em direção à radicalização. À esquerda, uma facção do Partido Comunista organizou um movimento de frente popular chamado Aliança Nacional Libertadora (ANL), e à direita os radicais estavam igualmente ativos através do movimento fascista chamado Integralismo, que desde 1932 vinha ganhando força.

Desde fins de 1934 Getúlio Vargas realizava manobras visando o descrédito dos movimentos populares, sua investida ganhou ainda mais força com o conservadorismo do Congresso e com o respaldo da Lei de Segurança Nacional, que possibilitou a Getúlio Vargas ordenar a invasão da sede da Aliança Nacional Libertadora, após discurso inflamado de Luís Carlos Prestes no Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1935. A ANL foi fechada por ordem do governo durante seis meses, muitos dos seus líderes foram presos.

⁶⁵ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada a 16 de julho de 1934; a “lei de cotas” foi mantida no artigo 151 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, decretada a 10 de novembro de 1937. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em 27 de outubro de 2015.

⁶⁶ A LSN foi aprovada, após tramitar por longo período no Congresso e ser objeto de acirrados debates, num contexto de crescente radicalização política, pouco depois de os setores de esquerda terem fundado a Aliança Nacional Libertadora. Nos anos seguintes à sua promulgação foi aperfeiçoada pelo governo Vargas, tornando-se cada vez mais rigorosa e detalhada. Em setembro de 1936, sua aplicação foi reforçada com a criação do Tribunal de Segurança Nacional. Após a queda da ditadura do Estado Novo em 1945, a Lei de Segurança Nacional foi mantida nas Constituições brasileiras que se sucederam. No período dos governos militares (1964-1985), o princípio de segurança nacional iria ganhar importância com a formulação, pela Escola Superior de Guerra, da doutrina de segurança nacional.

Diante da campanha alarmista de uma ameaça comunista e do perigo de traição armada, Getúlio Vargas, com o apoio do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados, conseguiu aos poucos centralizar e aumentar cada vez mais o poder a ele concedido, até que com o apoio do Exército, que conseguiu isolar as oposições e amortecer as ameaças de revolta, Getúlio Vargas, em transmissão radiofônica em 10 de novembro de 1937, declarou que “não [poderia] fugir ao dever”, e estava pronto a assumir “as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional”, as quais diante das “exigências do momento histórico” caracterizado por “profunda perturbação política, econômica e social”, em que “a democracia dos partidos” assim como o “sufrágio universal” passaram a apresentar perigo para a ordem e a unidade da pátria, o Brasil não tinha outra alternativa, senão a instauração de “um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho”. Estava, portanto, instaurado o Estado Novo:

Restauremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: — na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do Governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino (VARGAS, 1937)⁶⁷

No duro regime imposto, Getúlio Vargas governou o país de 1938 até fins de 1944. O Estado Novo repousou no apoio das Forças Armadas, na polícia de Vargas e na desmoralização e desarticulação da oposição. Nesse período todos os partidos políticos⁶⁸ foram suspensos, houve a proibição do exercício de qualquer atividade de natureza política, de forma direta ou indireta. Instaurou-se a proibição de brasileiros natos ou naturalizados de filiarem-se a qualquer organização estrangeira, mesmo que fosse apolítica. Com o objetivo de promoção da identidade nacional, proibiu-se o uso de língua estrangeira em território nacional, assim como a publicação de material em língua estrangeira, bem como manifestações culturais e posse de materiais que

⁶⁷ Discurso lido na noite de 10 de novembro de 1937 no Palácio Guanabara e irradiado para toda a Nação. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1937/view>. Acesso em 28 de outubro de 2015.

⁶⁸ A maioria dos partidos tinham origem na República Velha, pois já não restava quase nada do PRP, do PRM ou do PRL, e os demais PS, PD, UDB e outros eram formados apenas em época de eleição e costumavam dissolver-se tão logo estas eram realizadas, mesmo assim era partido com participação política efêmera, os maiores partidos políticos e de projeção nacional na época eram o PCB (Partido Comunista do Brasil) e a AIB (Ação Integralista Brasileira).

lembrassem os países de origem dos imigrantes e, através do Decreto-Lei 406, de 04 de maio de 1938, a lei de imigração impõe novas condições⁶⁹.

Vale, sobretudo, retornar a meados dos anos 30, quando em 25 de novembro de 1935, o Brasil viveu uma tentativa de golpe de Estado, mais tarde intitulado de Intentona Comunista. Enquanto no sistema internacional a Alemanha e o Japão firmam o Eixo Berlim-Tóquio, para lutar contra o comunismo. Nestas circunstâncias, para muitos parecia óbvio que houvesse uma cooperação entre os regimes. Dessa maneira, uma das primeiras medidas na luta contra o comunismo foi a extradição de Erna Kruger - Olga Bernardes - para a Alemanha. Logo após, foi a vez de Elise Ewert, esposa do ex-deputado do Reichstag, Arthur Ewert; mais tarde, em 1937, seguiu o mesmo caminho Ana Gertrude Lambretch. No Brasil, iniciativas pró-nazistas eram lideradas por Filinto Müller, Chefe da Polícia no Rio de Janeiro, que em setembro de 1936 solicita que a Gestapo⁷⁰ envie um SS para atuar na capital. A Gestapo, por sua vez, acolhe de muito bom grado a iniciativa brasileira e propõe um plano de cooperação, tendo como principal objetivo “a troca de experiências comuns relativas à luta contra o comunismo, o anarquismo e todas as doutrinas contrárias ao Estado”.⁷¹

Para acelerar as negociações, o Brasil envia a Berlim o chefe do Departamento Especial de Segurança Política e Social, Capitão Miranda Correia, a fim de estudar a organização do serviço de contraespionagem alemão, e se inteirar dos meios e instrumentos do exército germânico no combate a propaganda e infiltração comunista. Além do acordo de cooperação mútua, a visita de Miranda Correia interessava à Alemanha, uma vez que era portador de informações sobre a situação política interna brasileira e sobre as ligações com as forças policiais de toda a América Latina, o que podia ser de grande utilidade na troca de informações e no combate à infiltração judaica no Brasil.⁷²

⁶⁹ É importante ressaltar que tais medidas, estão inseridas dentro de um contexto histórico específico, assim sendo o Brasil seguia tendências políticas inerentes à sua época, leis de imigração restritas, com condicionantes étnicos e até mesmo raciais, estavam presentes também em outros países como Estados Unidos e Argentina.

⁷⁰ Gestapo (Geheime Staatspolizei) é a sigla da polícia secreta do Estado alemão nazista.

⁷¹ Documento secreto da Geheime Staatspolizei enviado a Wilhemstrasse em 23 de dezembro de 1936, in DDA, pasta 10, doc. N. 2877/36 g-IIJ e carta de apresentação redigida pela Embaixada brasileira em Berlim encaminhando o Capitão Affonso Henrique de Miranda Correia, quando da sua visita à Alemanha, in DDA, pasta 10, documento secreto n. 295219 de 18 de março de 1937 *apud* SEITENFUS, 1999, 122.

⁷² Relatório reservado de Minis de Aragão ao Ministro interino das Relações Exteriores, Pimentel Brandão, in AB, doc. N. 161 de 15 de abril de 1937 *apud* SEITENFUS, 1999, 122.

Apesar do bom relacionamento e do ambiente de cooperação entre Brasil e Alemanha, surge uma questão que até então ainda não havia sido percebida pelo governo brasileiro; questão que se transformará no fruto da discórdia e será o fundamento da ruptura entre os dois países: a intenção das autoridades nazistas de influir sobre a importante colônia de origem alemã instalada no sul do Brasil.

O nazismo chega ao Brasil antes mesmo de Hitler ascender ao poder na Alemanha. Desde 1929, imigrantes austríacos e alemães criam os primeiros núcleos nazistas, que disseminavam as ideias nacional-socialistas no sul do país. Com a vitória nazista na Alemanha, esses núcleos foram reunidos na Auslandorganisation (AO), organização que, entre 1932 e 1937, tem um rápido crescimento passando de quatro a 87 núcleos (MOTTA, L. P.; BARBOZA, H. J., 1938, p. 58 *apud* SEITENFUS, 1999, p. 123).

Ao final de 1934, o Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (NSDAP) enviou um representante a São Paulo em caráter oficial para atuar em âmbito nacional. Berlim teve, portanto, paralelamente à sua representação diplomática, um representante do partido nazista, fato inédito com que o Brasil teve que lidar.

Diferente do que imaginaram Alemanha e Itália, países que poderiam lograr benefícios com o Estado Novo, devido à proximidade ideológica com os golpistas, um dos primeiros passos do novo regime consistiu na proibição dos partidos políticos em dezembro de 1937, o que prejudicou, inclusive, as atividades do partido nazista (NSDAP) no Brasil.

Nesse sentido o rompimento de Vargas com a AIB⁷³ e a colocação desta na ilegalidade, em dezembro de 1937, afora outras considerações, contribuíram para tranquilizar o governo e a opinião norte-americanos; os integralistas não teriam poder e o Estado Novo não se inclinaria para as potências do Eixo (CERVO; BUENO, 2012, p. 267).

Com a adoção do Decreto-Lei n. 383, de 18 de abril de 1938, há a proibição aos estrangeiros da prática política em território brasileiro, assim como a proibição de brasileiros natos ou naturalizados fazerem parte de qualquer organização apolítica estrangeira. Em caso de tentativas que visassem a subversão da ordem política e

⁷³ Há associação da Ação Integralista Brasileira – AIB, de Plínio Salgado, com o Partido Nazista alemão, porém há fortes embates ideológicos, uma vez que, o integralismo era a favor da fusão das raças, enquanto que o nazismo possuía teorias racistas, e devido sua cultura fortemente nacionalista o integralismo acabou por trazer prejuízos a cultura alemã no sul do Brasil, conforme se observou, à época, na Alemanha. *Nota da autora.

social no Brasil, com a participação ou interferência de estrangeiros, o crime poderia ser punido com a pena capital.

A partir da aplicação de medidas repressivas, principalmente no sul do país, o representante diplomático alemão, Karl Ritter⁷⁴, convoca uma reunião com Getúlio Vargas na tentativa de reverter a proibição das atividades do NSDAP no Brasil; entretanto a negativa de Vargas sustentava que não se poderia autorizar o NSDAP, após a dissolução de todos os partidos políticos⁷⁵, uma vez que não se poderia conceder aos estrangeiros o que é recusado aos nacionais.⁷⁶

A tentativa de golpe integralista que ocorreu em maio de 1938 foi interpretada, não só no Brasil com no exterior, como um conjunto de iniciativas nas quais teria havido participação ítalo-germânica. Segundo o pesquisador Ricardo Seitenfus (1999, p. 126) é incontestável a participação italiana nos preparativos dos golpistas, assim como a documentação disponível apresenta indícios de participação alemã. Fatos estes que não ficaram desconhecidos na época, tanto que em 13 de maio, Getúlio Vargas em seu discurso sobre a tentativa de golpe, refere-se à participação estrangeira ao referir-se à cupidez de alguns politikeiros expulsos do poder que, com auxílio recebido de fora, comprometiam a própria soberania do Brasil.⁷⁷ O discurso de Getúlio Vargas foi o ponto de partida que impulsionou o incremento da campanha antigermânica na imprensa brasileira. Apesar dos desentendimentos diplomáticos entre Brasil e Alemanha, especialmente em 1938, o exame das relações comerciais deste ano mostra a escassa influência que a crise político-diplomática teve no âmbito econômico. A Alemanha manteve a mesma posição no cenário econômico brasileiro, como país que mais exporta para o Brasil – com cerca de 25% - e o segundo mercado consumidor de produtos brasileiros, com 19,1% do total (JOBIM, J., 1939, p. 236 *apud* SEITENFUS, 1999, p. 128).

A produção da indústria no Brasil, entre 1930-1945, foi incrementada por dois fatores: de um lado, com a substituição das importações, devido ao colapso da

⁷⁴ Karl Ritter é um diplomata da velha escola alemã, já posto quando da ascensão ao poder do nacional-socialismo. Especialista em questões econômicas, especialmente as comerciais, desempenhará um papel importante nas relações germano-brasileiras. Designado para o Rio de Janeiro como embaixador em julho de 1937, contribuirá para que as relações entre Alemanha e Brasil adquiram um rumo diferente.

⁷⁵ Decreto Lei de 02 de dezembro de 1937.

⁷⁶ Relatório Ritter in DDA, pasta n. 1, doc. N. Pol. IX 341 de 3 de março de 1938 *apud* SEITENFUS, 1999, p. 124.

⁷⁷ In NPB, vol. V, p. 211-213 *apud* SEITENFUS, 1999, p. 126.

capacidade de importação, com a manutenção da procura interna através do programa de auxílio ao café; de outro, com o deslocamento dos investimentos particulares, do setor de exportação para a produção industrial destinada ao mercado interno, além da intervenção estatal⁷⁸ direta e indireta. Com isso, a indústria cresceu a uma taxa aproximada de 10% na década de 1930. Os excedentes comerciais corresponderam a US\$ 484 milhões entre 1930-1934, US\$ 394 entre 1935-1939, elevando-se a US\$ 944,6 entre 1940-1944. Considerando-se a balança comercial internacional, o balanço global de pagamentos registrou um superávit de US\$ 572,4 milhões entre 1930-44. O movimento de capitais, porém, acusou um déficit de US\$ 77,2 milhões e os serviços levaram US\$ 1227,7 para o exterior. (BUENO, 1994, p. 33).

Para Thomas Skidmore (1982, p. 54-64), o governo de Getúlio Vargas, assim como sua trajetória política, podem ser divididos em três fases: a) a primeira, entre 1930-1937, representaria o duplo papel de árbitro político e de conspirador na conquista de poderes ditatoriais; b) a segunda fase, compreende a ditadura do Estado Novo e, por fim, c) a terceira fase corresponde ao retorno de Vargas ao poder em 1950, pela via democrática. Segundo o autor, seu retorno foi possível devido as mudanças irreversíveis que o Estado Novo proporcionou às instituições políticas e à administração pública. Importante também foi a transformação da relação entre os poderes federais e estaduais, o que favoreceu a centralização e a unidade nacional. O estabelecimento das novas instituições políticas em nível federal serviu para dois propósitos: foi parte do processo de unificação administrativa e ajudou a capacitar o presidente na articulação de uma rede de alianças políticas nacionais.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial e quando os aliados começaram a acumular vitórias nos campos de batalha, Vargas começou a receber os primeiros relatórios críticos sobre o regime; alguns de oficiais brasileiros que lutavam junto aos aliados, afinal era incoerente a luta a favor da democracia, enquanto em seu próprio país não era essa a realidade encontrada.

O descrédito internacional que cobriu os regimes fascistas e nazistas no final da guerra, encheu de vigor a oposição⁷⁹ interna brasileira contra o regime autoritário,

⁷⁸ Sobre a intervenção estatal na economia e seu impacto na industrialização do país é importante ressaltar o papel dos militares, uma vez que estes exerciam pressão no governo em vistas da criação e implementação de uma indústria siderúrgica capaz de amparar as necessidades das Forças Armadas, além disto, faz parte da concepção de economia dos militares, que as matrizes de energia, segurança, infraestrutura e transporte estejam em poder do Estado.

⁷⁹ Podem ser enumerados como principais manifestações pela queda do regime autoritário os seguintes momentos: Manifesto dos Mineiros, surgido em 24 de outubro de 1943, foi a primeira grande

que vigorava desde 1937. Com a perda dos apoios que sustentavam seu regime, especialmente das as Forças Armadas, Getúlio Vargas é derrubado. A restauração democrática em 1945 foi causada mais essencialmente por eventos internacionais do que por problemas econômicos internos graves que pudessem acirrar o conflito de classes⁸⁰. Sendo assim, com a deposição de Getúlio Vargas, o processo de redemocratização foi protagonizado pelas mesmas elites políticas e econômicas que comandavam o regime deposto. A Carta Constitucional de 1946 manteve o mesmo arcabouço institucional do Estado Novo, em seus pontos cruciais (SOUZA, 1990, p. 64).

No início de 1945, já eram lançados os primeiros candidatos à presidência do Brasil, o Brigadeiro Eduardo Gomes, foi apresentado como candidato dos constitucionalistas liberais, que em breve, se articulariam em torno da legenda da UDN – União Democrática Nacional. Eduardo Gomes era apoiado também pela maior parte

manifestação coletiva contra o Estado Novo; Críticas ao governo feitas por vários elementos para a FEB (1944); I Congresso Brasileiro de Escritores (janeiro de 1945); Entrevista ao jornal *Correio da Manhã* de José Américo (Ministro dos Transportes 1930-1934), clamando por liberdade de imprensa; Entrevista de Virgílio de Melo Franco (apoiador da Revolução de 1930, signatário do Manifesto dos Mineiros e um dos fundadores da UDN) e de Prado Kelly (partidário da Aliança Liberal que apoiou Vargas na Revolução de 1930 e membro da UDN) comentando o momento político nacional para o Jornal O Globo (fevereiro de 1945); Manifestação coletiva dos Professores da Faculdade Nacional de Direito (março de 1945); Manifesto dos jornalistas (março de 1945); Declaração de rompimento com o governo de Francisco de Campos (um dos formuladores da Constituição do Estado Novo, 1937 e viria a formular e redigir também o AI-1, do Golpe Militar de 1964), em entrevista ao O Jornal (março de 1945); Semana pró anistia promovida pela UNE (abril de 1945); Fundação da UDN (abril de 1945); Entrevista coletiva de Otávio Mangabeira (membro e fundador da UDN) sobre a Lei Malaia, Decreto-Lei nº 7666 de 22 de Junho de 1945, que ditava sobre as regras econômicas e comerciais, a qual sofreu imensa pressão do grupo de imprensa de Assis Chateaubriand e empresas estrangeiras com negócios no país (junho de 1945); Proclamação dos partidos rio-grandenses de apoio à candidatura de Brigadeiro Eduardo Gomes, assinada por Borges de Medeiros, Raul Pilla e Flores da Cunha (todos políticos que vieram a integrar o corpo a UDN, além disso Flores da Cunha trabalhou ativamente na Revolução de 1939 para levar Getúlio Vargas ao poder); Discurso depreciativo do governo de Vargas, do embaixador norte-americano, Barle Junior, à imprensa nacional (setembro de 1945); Manifesto das oposições coligadas e da Esquerda Democrática (outubro de 1945); Proclamação do General José Pessoa, presidente do Clube Militar, contra a nomeação de Benjamin, de 28 de outubro de 1945 onde foi nomeado por Vargas, seu irmão, para substituir João Alberto Lins de Barros no cargo de chefe de polícia do Distrito Federal (diretor do Departamento Federal de Segurança Pública) (outubro de 1945); Ultimato dos generais a Vargas e contra o queremismo (movimento político desencadeado no Brasil, no início de 1945, que visava criar condições para a permanência do presidente Getúlio Vargas no poder e caracterizava-se pelo refrão "queremos Getúlio"). Os chefes militares viram a medida, nomeação de Benjamin, como um passo no sentido de reforçar a posição do presidente e evitar as eleições previstas para dezembro. Imediatamente articularam a deposição de Vargas, ocorrida no dia 29, entregando a chefia do governo a José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal (outubro de 1945);

⁸⁰ O cenário político dos últimos anos do Estado Novo coincidiu com os problemas políticos do pós-guerra, relacionados à disputa pela hegemonia política mundial sob a forma da luta entre as democracias e o nazi-fascismo, marcando, essencialmente, a conjuntura interna do Brasil. A contradição entre fascismo e democracia foi o foco real e ponto de conflito fundamental na conjuntura da redemocratização no país.

da imprensa, liderada por Assis Chateaubriand, proprietário da cadeia de jornais Diários Associados, e por Paulo Bittencourt do jornal Correio da Manhã.

A UDN⁸¹ foi oficialmente criada em 07 de abril de 1945, como um movimento de ampla frente de oposição, reunindo antigos partidos estaduais e aliança política entre novos parceiros.

Os diversos grupos que compõem a UDN podem ser classificados em cinco categorias (BENEVIDES, 1981, p. 29-32): a) as oligarquias destronadas com a Revolução de 1930; b) os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois 1930 ou em 1937; c) os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945⁸²; d) os grupos liberais com uma forte identificação regional e, por fim, e) um segmento não comunista das esquerdas que, no entanto, em pouco tempo abandonou o partido.

Em 12 de março, foi lançado um movimento para a candidatura do Ministro da Guerra, o General Eurico Gaspar Dutra. Em grande comício no dia 1º de maio, Getúlio Vargas anuncia que sua missão estava cumprida, revisa seus principais feitos, particularmente nas áreas do desenvolvimento econômico e da legislação social, concluindo com o apoio à candidatura de Dutra, sob a legenda do PSD – Partido Social Democrático.

O PSD foi fundado em 17 de julho de 1945, sendo um partido de centro, maciçamente apoiado pelo eleitorado do interior, que procurou equilibrar posturas mais conservadoras, exigidas pelas bases e as mais modernizantes, cobradas pelos membros mais jovens e renovadores. Lucia Hippolito (1964, p. 49), o classifica como sendo um partido em que convivem raposas – lideranças tradicionais, atentas às reivindicações das bases do interior – e reformistas – lideranças mais jovens, voltadas para as demandas do emergente eleitorado urbano. O partido foi majoritário entre 1945-1964, se examinadas as cadeiras do legislativo federal, entre 1945-1962; tendo alcançado maioria absoluta em 1945, com 52,7% das cadeiras, a autora credita isto ao fato de ter sido fundado por elementos estritamente vinculados à administração do Estado Novo (interventores, ministros, funcionários públicos, militares), oferecendo as condições necessárias para uma rápida organização o que esteve na base de suas

⁸¹ São nomes de destaque da UDN: José Américo, Virgílio de Melo Franco, Prado Kelly, João Mangabeira, Oswaldo Aranha, Raul Fernandes, Flores da Cunha, Waldemar Ferreira, Márcio Brant e Pedro Gago.

⁸² Oswaldo Aranha estaria inserido nesta categoria, uma vez que não só apoiou, mas foi um dos articuladores da Revolução de 1930 e foi membro do governo de Getúlio Vargas, sendo Ministro da Justiça e do Negócios Interiores do Brasil (1930-1931), Ministro da Fazenda (1931-1934), Embaixador em Washington (1934), Ministro das Relações Exteriores (1938-1944).

sucessivas vitórias (HIPOLITO, 1964, p. 59). Apesar disso, o partido não prescindia da necessidade de formar alianças, porém sua posição de majoritária garantiu a possibilidade de escolher seus aliados, o que no jogo político não impedia a associação com seu principal oponente, como ocorreu em 1947⁸³. Depois do processo eleitoral, em que foram oponentes, o PSD aliou-se à UDN com o objetivo de garantir uma maioria parlamentar confortável.

A 23 de maio de 1945, Luís Carlos Prestes, discursava num comício de massas no Rio de Janeiro, sinalizando o retorno das atividades do Partido Comunista, que havia sido recentemente legalizado.

O Partido Comunista Brasileiro foi fundado em 1922. Desde o início dos anos 1930, o partido foi marcado pela cultura stalinista que se espalhou, em maior ou menor escala, por todas as organizações ligadas às Internacionais Comunistas, acrescentando-se a esta influência mais geral o impacto do ingresso de amplos contingentes oriundos no tenentismo de esquerda, a começar pelo próprio Luís Carlos Prestes, produzido no interior do partido. Assim, a tentativa de reinserção na formação social brasileira convergiu para uma ideologia e política estatal nacionalista, o que recebeu impulso durante os anos de 1930 e se intensificou durante o Estado Novo. Porém, ao final da Segunda Guerra Mundial, com a vitória dos aliados, e conseqüentemente da ideologia democrática, ao nacionalismo juntamente com o PCB foi identificado como essencialmente autoritário (ALMEIDA, 2003, p. 87-89).

A trajetória do PCB pode ser classificada, a partir da segunda metade dos anos de 1940, em duas principais fases: a) a primeira que durou somente dois anos (1945-1947), os únicos em que o partido teve existência legal em todo o período da chamada “democracia populista⁸⁴”, devido a cassação da legalidade do partido por Dutra⁸⁵. Participando abertamente do sistema político o partido teve inserção franca no

⁸³ Acordo interpartidário nascido de negociações entre o Presidente Dutra e os governadores udenistas Otávio Mangabeira da Bahia e Milton Campos de Minas Gerais. O acordo envolvia o PSD, a UDN e o PR, excluindo o PTB, visando a consolidação e promoção do regime em prol dos planos econômicos financeiros do governo que pretendiam a elevação do nível de vida dos brasileiros (HIPOLITO, 1964, p. 69). Acordo este que consubstanciava, na prática, a retórica da cordialidade e o descompromisso com uma oposição sistemática (BENEVIDES, 1981, p. 61).

⁸⁴ O período abrange os governos de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950), Getúlio Vargas (1950-1954), Café Filho (1954-1955), Juscelino Kubistchek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), sendo que somente dois deste cumpriram o mandato por inteiro: Dutra e Kubistchek.

⁸⁵ Além da forte repressão ao Partido Comunista, o governo do General Dutra, perseguiu comunistas, prendeu e torturou, acabou com o movimento sindical, intervindo em mais de 140 sindicatos, proibiu a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil e impôs uma pesada legislação sobre greve (ALMEIDA, 2003, p. 93).

movimento sindical, o PCB era na época um partido com cerca de 180 mil membros, um senador, expressiva bancada federal, centenas de deputados estaduais, vereadores, sendo, inclusive, o partido com maior bancada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 1947, e profundas raízes na classe operária. Um segundo momento do partido, inicia com o fechamento do regime democrático de Eurico Gaspar Dutra, com o banimento do partido da sua vida legal. Sem os espaços parlamentar e sindical de atuação, o partido deixa de lado a parcela “docializada” de seu discurso e prática, e promove uma guinada de orientação (SANTANA, 2003, p. 173-175).

Em princípio de agosto de 1945, um grupo que desejava que Getúlio Vargas se candidatasse às eleições, lançou um movimento que mais tarde ficou chamado de “queremista”, justamente pelo refrão usado pelo grupo: “Queremos Getúlio”. Dentre os líderes deste movimento haviam membros do Partido Comunista, assim como lugares-tenentes de Getúlio Vargas, como Hugo Borghi, que havia começado um novo Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB.

O Partido Trabalhista do Brasil foi fundado em 15 de maio de 1945, tendo Getúlio Vargas como principal articulador. O partido, nas palavras de Vargas, deveria “servir de anteparo entre os sindicatos e os comunistas”. Para podermos situar o que foi o PTB, é interessante observar que dentre os três grandes partidos que atuaram nos quase vinte anos do primeiro ciclo democrático brasileiro – PSD, UDN e PTB – o PTB teve o maior crescimento na Câmara Federal: 32 deputados em 1945, 66 em 1958 e 116 em 1962, quando tornou-se o segundo partido nacional. O antigo PTB permanece associado a temas polêmicos de seu período, como getulismo, os alcances e limites do populismo e a constante oscilação entre conciliação e radicalização das lutas políticas e sociais. Sempre foi, em todo o país, o partido mais identificado com a política trabalhista – de inspiração getulista e nacionalista – e com o sindicalismo urbano. A identificação, segundo Maria Victoria de Mesquita Benevides (1988, p. 11),

(...) podia variar – na intensidade do apoio e da formação da imagem pública – de acordo com a conjuntura, o peso relativo das lideranças nacionais em cada região, ou com a dinâmica das alianças e do movimento sindical. Mas a mística de “partido dos trabalhadores”, partido do povo, persistiu, prontamente reconhecida, apesar da competição constante do PTB com os comunistas, com as dissidências trabalhistas (...). Em certos estados, a identificação do PTB com os trabalhadores urbanos – como no Rio de Janeiro – e com

a tradição getulista – como no Rio Grande do Sul – era facilitada por óbvias raízes históricas e pela competição restrita no campo do trabalhismo. [No Rio de Janeiro], por exemplo, a polarização getulismo/antigetulismo consagrava, com igual força, o PTB e a UDN; os demais partidos se alinhavam na mesma dicotomia, mas sempre sob a liderança dos petebistas ou udenistas.

A realidade do partido na capital paulista era outra. A trajetória do PTB é marcada por constantes lutas internas, que o levavam a fragmentar-se em grupos, além disso, não representam em uníssono o trabalhismo e tão pouco a liderança sindical, uma vez que, os comunistas, sob várias legendas partidárias controlavam boa parte dos sindicatos, enquanto a “família trabalhista” incluía os pequenos partidos: PRT (Partido Rural Trabalhista), PTN (Partido Trabalhista Nacional), o PST (Partido Social Trabalhista) e depois o MTR (Movimento Trabalhista Renovador) que disputavam, junto com o PTB, o eleitorado do maior parque industrial brasileiro (BENEVIDES, 1988, p. 20).

O PTB apesar de ter sido criado para os trabalhadores, não era um partido de trabalhadores, apesar de ser o partido mais identificado com a política trabalhista, de inspiração getulista e nacionalista, e com o sindicalismo urbano, a sua influência no maior polo operário do Brasil, o estado de São Paulo, era frágil e politicamente desarticulada, segundo Maria Victória Benevides (1988, p. 12), a força do movimento dos trabalhadores em São Paulo, era paradoxalmente um dos motivos para a relativa fraqueza do PTB, o qual além da instabilidade de sua direção, via-se desafiado em várias frentes – as demais direções regionais do partido. Entretanto, nota-se que durante o período de 1945-1948 o voto operário orientou-se para o PTB ou PCB, sendo que do total de votos dados a legenda trabalhista, cerca de 70% deles eram oriundos das zonas predominantemente operárias, os eleitores reconheciam os benefícios trazidos pela legislação trabalhista, queriam não só garanti-los como também ampliá-los (SIMÃO, 1951 *apud* BENEVIDES, 1988, p. 22).

As eleições realizadas em 02 de dezembro de 1945, elegeu o ex-Ministro da Guerra de Getúlio Vargas, o General Eurico Gaspar Dutra com 55% da votação nacional. Nas eleições para o Congresso, o PSD ganhou 42% dos votos, compondo 151 cadeiras, a UDN 26% com 77 cadeiras, o PTB 10% com 22 cadeiras e o PCB com 9% dos votos elegeu 14 deputados e um senador (SKIDMORE, 1982, p. 90).

O governo do General Dutra é marcado pela coalizão partidária (PSD – UDN – PR), o que transmitia uma falsa aparência de união democrática, assim como de

pacificação, quando na verdade houve uma intensa repressão ao movimento operário e a atuação aos comunistas.

A conjuntura de seu governo era marcada no plano interno pelo vigor dos movimentos operários, dos sindicatos e do Partido Comunista; no plano externo, a emergência da Guerra Fria, forneceu os elementos ideológicos e a força política para sustentar a repressão às manifestações operárias, devido à tese da existência de “infiltração comunista” nos movimentos populares.

De 1946 até 1947 multiplicam-se as intervenções nos sindicatos, as eleições sindicais são suspensas e os comícios em espaços públicos proibidos. Em 1947, há os decretos contra a Confederação Geral dos Trabalhadores, o MUT (Movimento Unitário dos Trabalhadores), a União das Juventudes Comunistas, e principalmente a cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro. No plano internacional, o país rompe as relações diplomáticas com a União Soviética (URSS) e cria a Escola Superior de Guerra (1949), responsável pela divulgação das doutrinas de segurança nacional e da “contra insurreição”⁸⁶ (BENEVIDES, 1981, p. 63).

Tudo isso foi possível devido à coalizão partidária articulada por Dutra. No Ministério das Relações Exteriores, foi nomeado como Chanceler, Raul Fernandes, membro destacado da UDN e no Ministério da Guerra, o General Canrobert Pereira da Costa, anticomunista declarado (SKIDMORE, 1982, p. 92).

Benevides (1981, p. 71), nos lembra que a eleição de Dutra foi o único resultado eleitoral para a presidência não contestado em todo o período de 1945 a 1964. A consequência imediata para o acordo interpartidário foi que, durante seu governo, Dutra não encontrou oposição parlamentar.

Em relação ao planejamento econômico, o governo Dutra foi administrado de forma regional e setorial, seguido de uma marcha reduzida da intervenção estatal na economia. Em 1948, através de um acordo técnico entre Estados Unidos e Brasil, a chamada Missão Cooke, resultou na publicação do Relatório Abbink, que consistia na análise dos fatores que, no Brasil, tendem em promover ou retardar o desenvolvimento econômico nacional. O relatório serviu para aflorar as críticas de jovens economistas que editavam um jornal para a Confederação Nacional da Indústria, no Rio de Janeiro, este debate só adiantou as controvérsias sobre o modelo

⁸⁶ Os efeitos práticos da Escola Superior de Guerra e sua doutrina contra insurreição seriam, infelizmente, provados a partir de 1965, na ditadura militar.

de desenvolvimento econômico que o Brasil deveria adotar, uma coisa era certa, a economia não caminhava em boa direção. Entre 1945-49, o balanço de pagamentos acusou um déficit de US\$ 122,3 milhões porque ao pagamento de serviços somou-se uma evasão líquida de capitais da ordem de US\$ 181 milhões (BUENO, 1994, p. 34).

O governo de Dutra foi palco de um debate sobre a estratégia do desenvolvimento que o Brasil deveria adotar. Surgiram três fórmulas principais concorrentes a assumir tal posição: a liberal, a desenvolvimentista-nacionalista e a nacionalista radical. A primeira, supunha que os mecanismos de preços deveriam ser respeitados como determinantes principais da economia. Na imprensa as principais cadeias que apoiavam esta opção eram O Globo, da família Marinho, intimamente ligada ao grupo de negociantes e importadores portugueses do Rio de Janeiro, e a cadeia editorial de Assis Chateaubriand, os Diários Associados.

A segunda fórmula, desenvolvimentista-nacionalista, ganharia impulso no início dos anos 1950 e seria renovada com a publicação dos estudos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Os defensores dessa fórmula partiam do princípio de que o Brasil se defrontava com uma urgente necessidade de industrialização, mas acreditavam que as mesmas forças que haviam conseguido a industrialização no Atlântico Norte não seriam adequadas à realidade brasileira. Essa fórmula era defendida por um grupo pequeno, porém bastante heterogêneo, em que seu denominador comum era a defesa de um forte nacionalismo, dentre eles encontravam-se oficiais do exército, jovens intelectuais.

A terceira opção não se apresentou de forma pragmática, era mais uma forma de polêmica política, do que uma estratégia econômica, a posição nacionalista radical era baseada na suposição de que a estrutura social e econômica vigente era de exploração e exigia mudanças radicais na sociedade, defendia o controle do Estado sobre a economia.

Era possível identificar, no período, os partidos políticos que se alinhavam com cada tendência: a UDN, em sua maioria, se filiava ao liberalismo; no PSD, os líderes urbanos eram adeptos do nacional-desenvolvimentismo, assim como o PTB; somente a ala esquerda deste e o PCB defendiam o nacionalismo radical. Essas posições partidárias, estavam longe de ser tornarem homogêneas, como será verificado durante o próximo governo de Getúlio Vargas (1950-1954).

Vargas lidou com os problemas econômicos brasileiros adotando uma política mista. No campo externo, ele se preocupou com o balanço de pagamentos, com o objetivo de controlar os déficits crônicos. No campo interno, ele se defrontou com o problema da inflação, o que estava na base de grandes tensões sociais. O grupo que mais sofria com o aumento do custo de vida era a classe operária urbana. Quando Vargas assumiu a presidência, não havia tido aumento no salário-mínimo, decretado oficialmente desde 1943, os anos do governo Dutra testemunharam uma perda da renda real no setor assalariado. Em dezembro de 1951, Vargas decretou um novo salário-mínimo que não fez mais do que cobrir os recentes aumentos de preços. Vargas se aproximou do desenvolvimentismo-nacionalismo, mais do que qualquer outra fórmula para lidar com os problemas econômicos e sociais que o Brasil enfrentava.

Em dezembro de 1950, através de um acordo entre Brasil e Estados Unidos foi organizada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, um dos principais resultados foi a criação de um Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o BNDE (1952).

O nacionalismo político foi incorporado por Vargas não somente na esfera econômica, mas como um instrumento de consenso popular, o nacionalismo era um sentimento que poderia unir brasileiros de diversas classes e setores, fornecendo um senso de comunidade, do qual um esforço comum poderia ajudar a superar as tensões de classe produzidas por uma sociedade em desenvolvimento.

Em discurso de dezembro de 1953, Getúlio Vargas marcou ainda mais sua posição nacionalista ao denunciar que as remessas de lucros excessivas feitas pelas empresas estrangeiras, como estratégia para conseguir apoio político para suas propostas anti-inflacionárias.

Como esperado, o retorno de Getúlio Vargas, ao poder, e acima de tudo, pela via democrática, despertou uma oposição ferrenha, projetada em figuras como o jornalista e político Carlos Lacerda⁸⁷, antigetulista, que argumentava que o

⁸⁷ Carlos Lacerda (1914-1977), foi um jornalista e político brasileiro, membro da UDN (União Democrática Nacional), no período de análise dos jornais, escreveu para os jornais *O Estado de São Paulo* e *Correio da Manhã*, no qual possuía uma coluna nomeada, "Na tribuna da imprensa". No início de 1948, realizou uma série de viagens pelo Oriente Médio, passando por cidades do Líbano, Síria, Egito e Palestina. Durante este período continuou escrevendo para os jornais, e produzindo matérias especial sobre o Oriente Médio, em especial a Palestina, tema central da política internacional no período, seu maior objetivo era, segundo o próprio: "(...) contribuir para que a opinião pública e o próprio governo brasileiro sejam bem e abertamente informados sobre a realidade do mundo árabe (...)"

nacionalismo político era um nocivo instrumento de subversão que Vargas utilizava para manter no poder sua rede de parceiros políticos corruptos. Além disso, havia uma série de oficiais-militares e políticos cuja “razão de ser” era o aniquilamento de Getúlio e do getulismo. No setor civil, a oposição era liderada pela UDN e pelos pequenos partidos de direita e centro-direita, como o Partido Republicano, o Partido Libertador e o Partido Democrata Cristão. A oposição exercida pela UDN era sustentada pela maioria da imprensa, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, através de veículos como *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, os *Diários Associados* e *O Jornal* que eram os principais porta-vozes de uma oposição ferrenha à Getúlio.

Sob fortes críticas, denúncias de corrupção, e enfrentando manifestações sindicais por melhores condições salariais, o governo de Getúlio Vargas mantinha o apelo nacionalista que passou a incomodar especialmente a classe média brasileira, que possuía interesses particulares no investimento e capital estrangeiro no país. Neste período foram criadas a Eletrobrás – envio da proposta ao Congresso em 1954, devido à forte oposição foi aprovada somente sete anos mais tarde, no governo João Goulart -, visando acabar com o domínio estrangeiro na produção de energia elétrica, assim como a Petrobras (1953), em prol da defesa do petróleo nacional. No mesmo ano, em 01 de maio, Getúlio decide aumentar o salário-mínimo em 100%, índice que não agradou em nada os industriais brasileiros. A estratégia que Getúlio adotou se mostrou imprudente para grupos que ficaram marginalizados, como os industriais, a classe média, e os militares, grupos que estavam em melhores condições e possuíam os instrumentos necessários para mobilizar a oposição do que os trabalhadores para mobilizar o apoio do governo (SKIDMORE, 1982, p. 146-172).

O jornal *Correio da Manhã*, de caráter oposicionista, se manifesta, sobre os novos índices do salário-mínimo, em editorial nos seguintes termos:

Ninguém nega que eram insuficientes, como valor aquisitivo, os vigorantes salários mínimos, mas dobrá-los assim de repente, sem preparação na estrutura econômica e social do país, não é um ato de governo; é um ato de agitação demagógica com o propósito inconfessável de tumultuar e convulsionar a vida nacional. (...) Por toda a parte, a consequência será esta e inevitável: desempregos, inquietações, lutas sociais, aumento dos preços, aviltamento da moeda, abalo geral da estrutura do país. Para o Sr. Getúlio Vargas, que já ia caindo em irremediável decadência política, o pior será o

(LACERDA, Carlos. Jogando fora um amigo certo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1948, p. 2. Notar que grande parte dos artigos publicados sobre esta temática deram origem ao seu livro: *O Brasil e o mundo árabe*, publicado em 1948, no Rio de Janeiro.

melhor. Se a estrutura econômica e social do país entrar a desmoronar-se abalada por agitações e reivindicações perturbadoras, ele tentará aparecer como o seu “salvador” com um novo regime. E se não atingir os seus fins, que importa? Depois dele, o dilúvio...(CORREIO DA MANHÃ, 1954, p. 4).⁸⁸

O tom da oposição sempre relembra que o passado ditador de Vargas poderia assombrar novamente o país, e que suas medidas populistas e nacionalistas caminhavam no sentido da imposição de um novo regime. Além disso, Vargas enfrentava, mais uma vez em sua vida política, os impactos da política internacional, o ano de sua eleição e todo o seu governo foram marcados pelo acirramento da guerra fria com a conflagração da Guerra da Coreia (1950-1953), embate aberto entre Estados Unidos e o satélite comunista apoiado pela União Soviética. Assim, como ocorrera em 1945, os acontecimentos internacionais assombravam a política de governo de Getúlio Vargas.

As contendas com os Estados Unidos, mais que um problema de relações exteriores, representaram um fator de agitação na política interna do Brasil, onde importantes segmentos das elites civis e militares, representados, sobretudo, pela UDN e pela Cruzada Democrática⁸⁹, solidarizavam-se econômica ou ideologicamente com os interesses norte-americanos. Os Estados Unidos não tinham razões para apoiar a expansão industrial do Brasil e deste modo favorecer o surgimento de concorrentes domésticas em um mercado onde suas manufaturas efetivamente predominavam. Por outro lado, essa expansão não interessava também ao forte segmento da burguesia comercial, uma vez que teriam os negócios de importação e exportação prejudicados, levando-a a fomentar, juntamente com outras frações do empresariado, tanto estrangeiro quanto nacional, a campanha da UDN e dos meios de comunicação contra o governo de Getúlio Vargas. Às Forças Armadas, por sua vez, interessava a industrialização do Brasil. Entretanto, com o agravamento da guerra fria, o sentimento anticomunista, aflorou outra vertente do nacionalismo, inibindo e ofuscando os problemas essenciais do Brasil. Este fator permitiu que em 1952 a

⁸⁸ DEPOIS dele, o dilúvio. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 04 mai. 1954, p. 04.

⁸⁹ Movimento organizado em maio de 1952 por militares da corrente conservadora das forças armadas, com o objetivo de derrotar a chapa nacionalista de Estillac Leal - Horta Barbosa, que tentava a reeleição para a presidência do Clube Militar. A vitória da Cruzada em duas eleições seguidas levou à presidência do Clube os generais Alcides Etchegoyen (1952-1954) e Canrobert Pereira da Costa (1954-1955), enfáticos opositor do governo Getúlio Vargas. Derrotados pelo Movimento do 11 de novembro de 1955, os militares da Cruzada Democrática continuaram atuando dentro e fora do Clube Militar, mas só voltariam ao poder em 1962. Em 1964, iriam participar do golpe que depôs João Goulart da presidência da República (CPDOC, Dossiês: Cruzada Democrática. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies>. Acessado em 25 de outubro de 2015).

Cruzada Democrática conseguisse derrotar a corrente nacionalista na eleição para a diretoria do Clube Militar e através desta entidade, articulasse o movimento para forçar a renúncia de Vargas em meio de crescente agitação dirigida pela UDN e por Carlos Lacerda (BANDEIRA, 1994, p. 156).

Após, uma tentativa de assassinato sofrida por Carlos Lacerda, articulada por membros do governo de Getúlio, a oposição ganhou força e apelo nacional. As Forças Armadas interviriam, mais uma vez, na ordem nacional solicitando que Getúlio Vargas renunciasse frente à situação política nacional. Getúlio, por sua vez, afirmava que estava muito velho para ser desmoralizado e já não tinha razões para temer a morte, Vargas recusava-se a renunciar e confirmou o que viria a se suceder, que dali, de seu posto, só sairia morto. (SKIDMORE, 1982, p. 178). Na manhã, do dia 24 de agosto de 1954, Getúlio Vargas se suicidava, levando a comoção da sociedade e desmoralização de sua oposição.

2.2. O Brasil como destino: contexto imigratório a partir de 1930

Desde meados do século XIX o Brasil foi destino para milhares de imigrantes, especialmente europeus, que buscavam melhores condições de vida. Precisando de mão-de-obra, principalmente nas lavouras cafeeiras, o Brasil mantinha uma política de incentivo para suprir a demanda da economia. Para cá vieram italianos, portugueses, espanhóis, alemães, austríacos, russos, além de outras nacionalidades e grupos étnicos como suíços, húngaros, poloneses, tchecos, judeus. Vieram também japoneses, sírios e libaneses, desejosos de tentar a vida no Brasil.

A década de 1930, como já ressaltado nesta pesquisa, trouxe grandes mudanças no pensamento socioeconômico brasileiro, o que se refletiu para diversas esferas da sociedade, e uma delas foi a política imigratória para o país. Devido ao cenário doméstico, de desemprego crescente, altos índices inflacionários e de reivindicações sociais, o Brasil passou a adotar uma política nacionalista também em relação à imigração. Assim, vários dispositivos foram criados a fim de limitar, selecionar e impor condicionantes para a vinda de imigrantes desejáveis para a construção e desenvolvimento do país. Já no governo provisório, em decreto presidencial, Getúlio Vargas assumia o compromisso de disciplinar a “afluência desordenada de estrangeiros”, tendo por base a suposição de que eram responsáveis

pelo acentuado desemprego nas cidades e “que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para aumento da desordem econômica e da insegurança social”.⁹⁰

A partir de então, as restrições à imigração se acentuariam com base no discurso econômico e racial, uma vez que, haviam etnias desejáveis e outras não, a estes, somava-se o argumento do perigo da infiltração comunista. Argumentos raciais foram usados na tentativa de barrar as imigrações de origem japonesa e judaicas, por exemplo; aos judeus acrescia-se a questão do comunismo.

Os japoneses haviam ampliado seu contingente na segunda metade da década de 1920, somando um total de 50.573 entradas no território nacional. E apesar das restrições impostas, eles dominaram o fluxo imigratório para São Paulo, somando mais da metade das entradas, seguidos pelos portugueses com percentual de 18,3%.

Estima-se que entre 1890-1930, entrou no Brasil um total de 3.523.591 imigrantes, dos quais um milhão de italianos, cerca de um milhão de portugueses, 500 mil espanhóis, 100 mil alemães, 80 mil austríacos, quase 90 mil japoneses, 108.475 russos, 73.690 sírio-libaneses, além de outras nacionalidades (PETRONE, 1978, p. 101 *apud* BLAY, 2013, p. 96)

O censo de 1934 foi o primeiro a contabilizar a população paulista por domicílio urbano e rural, segundo a nacionalidade. Os resultados mostram que quase 2/3 da população ainda vivia na zona rural, e quanto aos estrangeiros que haviam sido capitalizados para o trabalho nas zonas rurais, metade deles em 1943 já se encontravam na área urbana, e dessa metade, 62% estavam na capital paulista. No início dos anos 1930, dentre os estrangeiros, o grupo predominante nos centros urbanos eram os alemães; apesar de seu contingente ser menor, os sírios e libaneses⁹¹, assim como os alemães, estavam concentrados, sobretudo, na área urbano, no início da década.

A preocupação com os imigrantes é encontrada, inclusive, nos critérios de avaliação utilizados no censo de 1940, que distinguiu os não nascidos no Brasil em

⁹⁰ Decreto n.º 19482, de 19 de dezembro de 1930. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 01 de novembro de 2015.

⁹¹ Segundo o censo de 1934, sírios e libaneses tiveram a mesma classificação de nacionalidade e juntos representavam 2,7% dos imigrantes no estado de São Paulo (IBGE, 1930-1940).

estrangeiros e brasileiros naturalizados; e averiguou também a língua falada por esses dois grupos e seus descendentes nascidos no Brasil.

As informações sobre a língua falada pretendiam aferir o grau de assimilação dos imigrantes à sociedade brasileira, e os resultados do censo de 1940 parecem confirmar as afirmações do governo, pois são os japoneses, seguidos dos alemães os que mais conservavam a língua materna dentro de seus lares.

2.2.1. A imigração judaica para o Brasil e o seu perfil

Antes de analisar as condições dos fluxos migratórios judaicos para o Brasil e conseqüentemente o perfil da comunidade que aqui formaram, devemos observar que os judeus compõem um grupo diverso e singular, distinto por sua religião, o que os identifica no interior de múltiplas nacionalidades, uma vez que não é difícil encontrar no Brasil – assim como em qualquer outro país – judeus de origem polonesa, austríaca, lituana, russa, romena, húngara, grega, francesa, inglesa, italiana, portuguesa, espanhola, egípcia, sírio-libanesa, palestina, japonesa, chinesa, alemã e de tantas outras nacionalidades, ou até mesmo na condição de apátridas. Porém, o qualificativo judeu aparece como uma marca externa oferecendo identidade ao imigrante, escrita ou não em seus documentos, difusa no imaginário do novo país, assim como estava presente em seu país de origem.

No Brasil, a presença de judeus data desde a colonização e, a partir de 1808 foi construída de forma contínua com a introdução de cristãos-novos, especialmente na região norte do país. Com exceção do período colonial⁹², o grande fluxo migratório de judeus é de data relativamente recente. É relevante notar que desde a primeira metade do século XVI os judeus vieram para o Brasil com “ânimo de permanência”, marcando presença em Pernambuco antes mesmo da chegada dos holandeses (MELLO, 1996 *apud* BLAY, 2013, p. 25).

⁹² Ver especialmente NOVINSKY, Anita. *Os Cristãos-novos na Bahia*. São Paulo, Perspectiva, 1972; NOVINSKY, Anita. “Os israelitas em São Paulo”. In: São Paulo, Espírito, Povo, Instituições. Org. J. V. Freitas Marcondes e Osmar Pimentel. São Paulo, Ed. Pioneira, 1968; SOUZA SANTOS, S. M. “Uma Família Cristã-nova Portuguesa na Bahia Setecentista”, in L. Gorenstein & M. L. Tucci Carneiro. *Ensaio sobre Intolerância: Inquisição, Marranismo e Anti-semitismo*. São Paulo, Humanitas, 2002.

O início da imigração judaica para o Brasil ocorreu, essencialmente, durante o século XIX, com a vinda de centenas de famílias *sefardim* da África do Norte, atraídas pelo ciclo da borracha no norte do país, especialmente nas cidades de Manaus⁹³ e Belém (RATTNER, 1977, p. 97). A primeira referência de uma vida comunitária judaica – cuja presença se estende até os dias de hoje, já que muitos de seus fundadores e descendentes difundiram o judaísmo pelo Brasil afora – são as comunidades judaicas da região amazônica (TOPEL, 2005, p. 188).

Comparada com a imigração posterior com destino para o Rio de Janeiro, São Paulo e o Sul do país, essa imigração distingue-se por sua principal característica: a homogeneidade. A grande maioria dos judeus da Amazônia são oriundos de uma única região: a África do Norte (RATTNER, 1977, p. 97-8).

A imigração judaica para outras regiões do Brasil está inserida nos fluxos migratórios do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Entre 1890 e 1930, entrou no Brasil um total de 3.523.591 imigrantes, dos quais um milhão de italianos, cerca de um milhão de portugueses, quinhentos mil espanhóis, cem mil alemães, oitenta mil austríacos, quase noventa mil japoneses, 108.475 russos e 73.690 sírio-libaneses, assim como outras nacionalidades em menores contingentes, como poloneses, tchecos, lituanos, húngaros, suíços, etc. (PETRONE, 1978, p. 101 *apud* MIZRAHI, 2005, p. 96). Essa imigração buscava encontrar oportunidades de trabalho, pautada na projeção internacional que o Brasil alcançou com a produção e exportação do café, tornando-se um atrativo para imigrantes que vivenciavam crises econômicas e políticas em seus países de origem.

As autoras Eva Blay (2013) e Rachel Mizrahi (2005), classificam a imigração judaica para o Brasil de acordo com a trajetória seguida pelos imigrantes: uma dirigida e coletiva e a outra, privada. A primeira era organizada pela *Jewish Colonization Association*⁹⁴ (JCA), que em 1904 já possuía um escritório sediado no Rio de Janeiro, responsável por organizar colônias agrícolas, e por isso orientada a trazer

⁹³ O trajeto dos judeus na região Amazônica pode ser conferido na obra de Samuel Benchimol: *Eretz Amazônia: os judeus na Amazônia* (1998).

⁹⁴ Organização filantrópica judaica da Europa que objetivava facilitar a imigração de judeus, a qual cumpriu seu objetivo e não só facilitou, como em muitos casos, custeou a imigração de famílias judias. A JCA (*Jewish Colonization Association*) foi uma associação de caráter facilitador da emigração, subsidiada por banqueiros e influentes da comunidade judaica internacional que procuravam locais na América do Sul, especialmente na Argentina e no Rio Grande do Sul, Brasil, onde instalavam judeus que desejavam sair da Europa. Para mais informações sobre a JCA consultar: *Visão Judaica On-Line* (<http://www.visaojudaica.com.br>).

trabalhadores agrícolas de acordo com a política imigratória brasileira, que facilitava a entrada de imigrantes para trabalharem no campo. A segunda categoria é composta por imigrantes judeus provenientes de diversos países e que, em sua maioria, não tinham cidadania, sendo homens sozinhos, raramente famílias, deslocados por razões políticas, econômicas ou religiosas, e que iniciavam suas trajetórias migratórias sem a intermediação do governo ou de entidades privadas⁹⁵ (MIZRAHI, 2005, p. 31; BLAY, 2013, p. 97).

O maior fluxo imigratório ocorreu no período entre as duas guerras mundiais e a região centro-sul do Brasil, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro⁹⁶ foram as que receberam o maior contingente de imigrantes.

Os grupos que chegaram ao Sul e Sudeste do Brasil antes da Primeira Guerra Mundial, no período entre guerras e após a Segunda Guerra Mundial, chamam a atenção pela diversidade de lugares de origem. Eles se organizaram segundo o clássico modelo dos *Landmanschaften*, isto é, a partir da criação de sinagogas, escolas e redes assistenciais de acordo com o padrão das regiões de suas origens. Foi seguindo esse modelo que foram criadas em São Paulo as sinagogas húngaras, polonesas, da Bessarábia, dos alemães e dos portugueses, esta última em referência à origem *sefaradita* de seus fundadores e correligionários (TOPEL, 2005, p. 188).

Com a promulgação da Constituição de 1934, o Brasil, à semelhança de outros países⁹⁷, instituiu políticas de cotas de imigração que, somadas às circulares secretas⁹⁸, passaram a restringir cada vez mais a entrada de judeus a partir de 1937.

⁹⁵ Eventualmente houve alguma ajuda na aquisição de passagens e nos primeiros dias no novo país, auxílio com a instalação e alimentação, por exemplo, como pode ser observado nos testemunhos contidos no livro de Eva Blay, *O Brasil como destino: Raízes da imigração judaica contemporânea para São Paulo* (2013).

⁹⁶ Na cidade de São Paulo, os imigrantes judeus se concentravam nas regiões da Bela Vista, Bom Retiro e Brás, além dos arredores da Hospedaria dos Imigrantes, no bairro da Mooca. No Rio de Janeiro, nos arredores da Praça Onze alocaram-se os primeiros imigrantes do Oriente Médio. Na Rua da Alfândega, conhecida como a Rua dos Turcos, residiam famílias muçulmanas, cristãs maronitas e judias (sefardis e orientais), chamada de Pequena Turquia, local de residência e trabalhos desses imigrantes organizou-se a Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega (Saara), objetivando a preservação do quarteirão multicultural (MIZRAHI, 2005, p. 39).

⁹⁷ Entre 1917 e 1924, os Estados Unidos, por exemplo, elaboraram uma legislação que restringia fortemente a entrada de estrangeiros.

⁹⁸ Durante o período foram emitidas circulares secretas, expedidas pelo Ministério das Relações Exteriores, que ditavam como os encarregados das missões brasileiras deviam se portar quanto à requisição de vistos, especialmente feitas por judeus. Dentre elas destacamos as Circulares n° 1127, de 7 de junho de 1937, que proibia a concessão de vistos em passaportes de indivíduos de origem semita, salvo pessoas de destaque na sociedade e no mundo dos negócios – questões monetárias de depósito e comprovante de altas quantias, também eram inclusas –; e a Circular n° 1249, de 29 de setembro de 1938 (FALBEL, 1984, p. 50).

Esses grupos foram classificados como imigrantes “indesejáveis” e muitos deles foram associados a comunistas e socialistas, pretendentes a cidadãos que, portanto, poderiam implicar na ordem da sociedade brasileira. Foram essas políticas restritivas e preconceituosas que incentivaram a JCA a patrocinar em 1933 a publicação *Por Que Ser Anti-semita?*, e, através de iniciativas privadas, outros artigos e livros foram publicados, resultados do esforço de intelectuais judeus e não judeus afim de mostrar que a imigração judaica não era recente, que os judeus tinham se incorporado na sociedade, eram úteis aos país, trouxeram inovações e podiam ser ricos e pobres como todos os outros. O principal objetivo era desmistificar as acusações preconceituosas publicadas por autores brasileiros ou internacionais traduzidos recentemente para o português e amplamente apoiadas por líderes do governo⁹⁹ (MIZRAHI, 2005, p. 51; BLAY, 2013, p. 18-19).

Os primeiros imigrantes a fugir das mais adversas situações na Europa nos séculos XIX e XX – *pogroms*¹⁰⁰, serviço militar rude e escravizante, pobreza, proibição de mobilidade geográfica, carência de direitos civis, perseguição política – encontraram no Brasil um ambiente que requeria cautela, pois a sociedade brasileira, permeada de preconceitos, poderia representar um perigo àqueles considerados indesejáveis, como observado neste depoimento:

Mudei para São Paulo durante o período da guerra, em fevereiro de 1943. Nessa época não havia nada contra os judeus nem em São Paulo nem no interior, em Dois Córregos. O que tivemos foi em 1935, com o Plínio Salgado. Naquela época, os judeus passaram mal mesmo, porque ele queria eliminar todos. Eram os Camisas Verdes (BLAY, 2013, p. 148)¹⁰¹.

Apesar das dificuldades encontradas no Brasil, trazer a família que havia ficado no país de origem era sempre uma opção desejada:

Sempre falei em trazer a família para cá. O negócio lá não era sopa, em 1930 já tinha ocorrido lá um pogrom. Pogrom quer dizer uma espécie de uma invasão, assalto... Em 32, lágrimas corriam dos meus

⁹⁹ Dentre os autores podemos destacar os seguintes: Gustavo Barroso, Arci Tenório D’albuquerque (1935;1937;1941), Luis Amaral (1948); Antonio Campos de Camargo (1935); José Felici de Castilho (s.d.) (BLAY, 2013, p. 18).

¹⁰⁰ Os pogroms são ataques violentos dirigido às pessoas, suas casas, negócios, e centros religiosos. O termo foi utilizado para denominar os ataques contra as minorias étnicas europeias ocorridos durante o final do século XVIII e início do XIX, tonou-se, então internacionalmente utilizado após a onda de *pogroms* que varreu o sul da Rússia entre 1881 e 1884, levando à emigração maciça dos judeus.

¹⁰¹ Entrevista de Moyses Alterman, nascido na cidade de Lutsk, Rússia/Polônia, em 1910, realizada em 14 de abril de 1981, por Eva Blay e Célia Eisenbaum.

olhos, que vou te contar; saía era sangue! Eu estava lendo *Mien Kampf*, que Hitler escreveu. Mandeí carta para eles, dizendo que ia ajuda-los. Venham, venham! E então, sabe como é, quando eu falava, respondiam: “Vai tirar um filho daqui, um neto dali?”. Somente em 39 recebi uma carta do meu irmão mais velho, que era um cara já instruído: “Moyses, me tira daqui, porque o dinheiro, você sabe, não vale nada; hoje tem, amanhã não”. Aí eu fui mexendo aqui, ali, no tempo de Getúlio, e consegui. Mas...até 1941 eu recebia alguma notícia lá da Europa. Meus pais e irmãos mandavam... Mas em 1942 eu soube da notícia...o que aconteceu lá com a minha família. [...] Eles não conseguiram sair de lá (BLAY, 2013, p. 148-149).

Desde a primeira metade do século XVI, os judeus vieram para o Brasil com o intuito de aqui se estabelecerem, característica que também os distingue de outros fluxos imigratórios. Outra importante distinção apontada nos estudos imigratórios é que a comunidade judaica, organizada internacionalmente, possuía entidades de auxílio e incentivo à imigração, mas não se pode generalizar que todo o imigrante judeu foi beneficiário desse auxílio.

É considerável notar que no período o Brasil já era palco de atuação de organizações sionistas aqui instaladas como, por exemplo, a Tiferet Sion (1913), no Rio de Janeiro; a Shalom Sion em Curitiba; a Ahavat Sion, em São Paulo e no Pará. Eram frequentes a organização de reuniões a fim de discutir os problemas da comunidade e angariar fundos para as campanhas sionistas. A exemplo disso, em 15 de novembro de 1922, foi realizado o I Congresso Sionista no Brasil, com a presença de 39 representantes de 13 estados que falaram em nome de 14 associações sionistas nacionais. O principal resultado deste encontro foi a criação da Federação Sionista¹⁰² que passaria a centralizar o movimento sionista nacional de sua sede no Rio de Janeiro (FALBEL, 1984, p. 88-96).

Se observarmos de fora, podemos pensar, equivocadamente, que as comunidades judaicas no Brasil eram homogêneas, quando na realidade eram compostas por subgrupos de diversas orientações políticas e religiosas, classes socioeconômicas e educacionais, além das diversas origens nacionais, já

¹⁰² No mesmo período o movimento imigratório de judeus para o Brasil cresceu consideravelmente. A Federação Sionista ampliou suas atividades, recebeu a adesão de novos membros recém-chegados ao país. Com o estreitamento das relações com as Organizações Sionistas Mundiais, o Brasil passou a ser alvo das atenções e a figurar entre os destinos de emissários sionistas em prol de movimentos de arrecadação para campanhas de incentivo ao estabelecimento de Israel na Palestina. A partir de então, o Brasil recebeu diversos líderes sionistas ao longo dos anos. Além das campanhas financeiras, a Federação Sionista no Brasil passou a se preocupar também com a educação das novas gerações, que deveria ser orientada dentro das tradições e da cultura judaica, com o objetivo de identificá-las com o sionismo (MALAMUD, 1983, p. 26-29).

mencionadas. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que haviam simpatizantes mobilizados pelo movimento sionista, que objetivava a construção de um Lar Nacional Judaico na Palestina – Eretz Israel –, movimentos de oposição como o Bund e o comunista, que acreditavam, a princípio, que a revolução bolchevista resolveria o problema judeu através de seu reconhecimento “como minoria nacional cultural e autônoma ou pelo seu desaparecimento num processo assimilatório” (MALAMUD, 1983, p. 31).

Portanto, a massa imigratória que entrava no Brasil em número cada vez maior refletia a estrutura judaica de ideias dos seus países de origem, deixando claro que, em primeiro lugar, nem todos eram adeptos do sionismo.

Até a Segunda Guerra Mundial o movimento sionista não predominava e nem agrupava a maioria da população das comunidades judaicas da Europa Oriental. O movimento mais popular, particularmente na Polônia, era o Bund¹⁰³, movimento socialista e antissionista. Tais fatos são evidenciados no depoimento abaixo transcrito:

Antigamente a coletividade judaica era muito esquerdista... A maior parte dos imigrantes judeus tinha vindo daqueles países da Europa Oriental e muitos deles eram operários mesmo. Eles trabalhavam na confecção de roupas. Era um pessoal muito politizado. E o resto ainda ficou naquele clube ali da Rua Três Rios, lá onde tem o teatro TAIB (Casa do Povo). Aquilo foi o que sobrou do movimento. Em compensação, começou a desenvolver mais o movimento sionista. O sionismo era um movimento dos setores mais ricos da comunidade; o pessoal mais pobre não ligava muito para isso. Depois, naturalmente, com a criação do Estado de Israel e com o nazismo, a comunidade se identificou muito com isso! [...] Mas aqui mudou muito; o pessoal que vinha lá da Europa Oriental era um pessoal muito pobre. Mesmo antes da guerra eles viviam no meio de operários da confecção. Meu pai mesmo foi operário, não aqui no Brasil, mas nos Estados Unidos e na Argentina. Era gente realmente pobre que vinha e tinha uma tendência à esquerda (BLAY, 2013, p. 334-335).¹⁰⁴

Além disso, mesmo aqueles favoráveis às teses sionistas se subdividiam em várias concepções políticas dentro do sionismo, indo da extrema-direita à extrema esquerda, incluindo os religiosos, que também podiam ser subdivididos.

¹⁰³ A União Geral Operária Judaica da Lituânia, Polónia e Rússia (Bund) foi organizada em 1897 no congresso constituinte dos grupos sociais-democratas judeus, movimento socialista do operariado judaico que lutava pela autonomia das minorias nacionais, portanto, era antissionista e combatia a ideia da criação de um Estado judaico em Eretz Israel. O movimento teve o teórico marxista Vladimir Medem como seu principal líder (MALAMUD, 1983, P. 29). Maiores informações sobre o Bund podem ser encontradas em Obras Escolhidas de Vladimir Ilitch Lenin [1970].

¹⁰⁴ Mario Schenberg, nascido em Recife em 1914. Entrevistas realizadas em 7 e 14 de outubro de 1982, por Eva Blay e Roberta A. Sundfed.

O sionismo tinha uma tendência de direita – não é que sejam chamados injustamente de fascistas; eles tinham uma ideologia totalmente fascista e eram ligados ao movimento fascista internacional. O Jabotinsky [Zeev Jabotinsk (1880-1940)], que foi criador dessa coisa, era fascista. E até na ocasião em que criaram esse movimento houve um manifesto, (...), que denunciava a formação de um fascismo judeu (BLAY, 2013, p. 335).

Refletindo essas diferentes tendências, em 1928 foi organizado no Brasil o Mizrahi, partido religioso moderado, e o partido Hitachdut, que significa união, e serviu para denominar a fusão entre dois partidos jovens de orientação liberal. Apesar do número limitado de adeptos, cada um reivindicava seu direito à participação e representação na Federação Sionista do Brasil. A maioria absoluta da comunidade do Rio de Janeiro e São Paulo, e também das cidades do interior, identificava-se mais com o movimento sionista, dentro do qual a força predominante era a do Partido Poalei Sion, que se orientava por uma linha moderada, semelhante ao do Partido Trabalhista inglês e que mais tarde seria conhecido como Mapai (Mifleghet Poalei Eretz Israel – Partidos dos Trabalhadores de Eretz Israel) (MALAMUD, 1983, p. 30- 32).

Mesmo com a proibição de partidos políticos ou instituições estrangeiras em 1937, e, portanto, com o movimento sionista na ilegalidade, os seus dirigentes continuaram se reunindo e mantendo o trabalho de angariar fundos para a causa. Samuel Malamud (1983, p. 36-37) afirma que os encontros e reuniões eram de conhecimento das autoridades policiais, ou seja, mesmo com a proibição, as reuniões sionistas eram toleradas.

Retomamos que a imigração judaica para o Brasil nunca foi interrompida. Levas consideravelmente intensas ocorreram periodicamente desde meados do século XVIII, sendo ininterruptas até o século XX. Porém, o advento da Segunda Guerra Mundial marcou uma divisa nas raízes da comunidade judaica brasileira, que a seguir foi enriquecida com imigrantes vindos de países do Oriente, judeus expulsos e perseguidos nos países em que habitavam, e da Europa Ocidental. Com a proximidade da Segunda Guerra Mundial, o Brasil recebeu judeus altamente qualificados do ponto de vista educacional, que esperavam um dia poder voltar à sua terra natal, porém não demorou muito para perceberem que o destino final acabaria por ser o Brasil.

Esta era a diferença entre os que chegaram antes da guerra e a geração que foi refugiada de guerra. Nunca achando que era uma

mudança definitiva, a geração de meus pais custou a aprender o português, não porque não pudessem; falavam várias línguas, mas achavam que iam voltar, que era um problema passageiro. Para eles, a América Latina não fazia parte; o mundo era a Europa Ocidental (BLAY, 2013, p. 378)¹⁰⁵.

Como exposto, os imigrantes judeus no Brasil devem ser considerados em suas diversas particularidades, o que torna este fluxo migratório singular em sua concepção, trajetória e características. Entretanto, podemos destacar que sua principal característica, decisiva para o debate apresentado neste trabalho, é que os judeus se consideram um grupo. Independentemente de suas outras divisões, a identidade judaica não é superada. Além disso, destacamos as organizações de auxílio à imigração e à concessão de vistos permanentes, assim como as organizações fundadas pela comunidade em diversas áreas: educação, saúde, desporto, lazer e política, que ajudaram a tornar a vida judaica dinâmica e influente no novo país. A comunidade progressivamente desenvolveu várias formas de solidariedade, assim, com o tempo, a ajuda se institucionalizou. Como destaca Jeffrey Lesser (1995, p. 23):

O mais surpreendente em tudo isso é que os judeus reais que viviam no Brasil fossem eles cidadãos ou refugiados, enfrentavam poucos impedimentos de ordem estrutural ou cotidiana para atingir metas tanto sociais quanto econômicas.

Torna-se essencial para a composição desta pesquisa a compreensão do perfil da imigração síria e libanesa ao Brasil no mesmo período, que junto com a imigração judaica comporão as vozes enunciadas na sociedade brasileira a respeito de uma questão israelo-palestina.

2.2.2. A imigração síria e libanesa para o Brasil e seu perfil

O maior fluxo de imigrantes de origem síria e libanesa dirigido ao Brasil teve início a partir das duas últimas décadas do século XIX, quando a região da Grande Síria¹⁰⁶, que incluía o Líbano em suas fronteiras, atualmente compreendida pelos

¹⁰⁵ Ignacy Sachs, nascido em Varsóvia, em 17 de dezembro de 1927, imigrou com seus pais e avós para o Brasil, quando ainda era adolescente (13 anos). Entrevista realizada em 4 de abril de 1996, por Eva Alterman Blay e Alfrânio Garcia Jr. em Paris.

¹⁰⁶ Para uma compreensão histórica da Síria e do Líbano, verificar *Cambridge Encyclopedia of the Middle East and North Africa* (1988), para uma história detalhada verificar Hitti (1951;1967).

Estados da Síria e do Líbano, encontrava-se sob o domínio do Império Otomano (1516-1918). Devido aos seus passaportes serem emitidos pelo império turco otomano, os imigrantes que aqui aportaram, de início, logo foram apelidados de turcos. Assim, sem distinção, sírios e libaneses são, na maioria das vezes, alocados ingenuamente como uma unidade. Dessa maneira, no decorrer desta sessão tentaremos demonstrar as peculiaridades que estes grupos apresentam, que os distinguem em muitos aspectos dos demais grupos imigratórios.

A imigração síria e libanesa dirigiu-se, marcadamente, para a área urbana brasileira, ao contrário de grupos anteriores provenientes da Europa ocidental e da imigração japonesa, posterior, mas claramente direcionada ao espaço rural. Além disso, o seu caráter voluntário, ou seja, a imigração por vontade própria, sem incentivo governamental ou subsidiada por instituições de apoio, aparece como contraponto com outras etnias, inclusive a judaica.

A grande maioria dos imigrantes que aqui aportaram decidiram pela emigração em razão da precária situação econômica em sua terra de origem e da inferioridade sócio-religiosa dos cristãos¹⁰⁷ numa sociedade predominantemente islâmica.

Do ponto de vista econômico-demográfico, com a chegada de linhas de transporte mais abrangentes, bens manufaturados passaram a invadir os mercados rurais. Além disso, o rápido crescimento das cidades criou um novo mercado de grandes proporções para uma produção agrícola comercial de maior escala, situação que minou a economia dos vilarejos, que até a primeira metade do século XIX era sustentada por uma economia de subsistência, necessária devido a rede de transportes precária, modelada por características geográficas adversas, o que sempre dificultou a integração territorial, tornando as comunidades, em sua maioria, autossuficientes, em que cada qual produzia virtualmente aquilo que todas as outras produziam (HITTI, 1924, p. 46 *apud* TRUZZI, 2009, p. 27).

Além destas razões, incidiram fatores de ordem essencialmente política, acumulados no final do século¹⁰⁸. Evitando uma exposição histórica que não interferirá no resultado final do exposto, podemos resumir que tanto o Império Turco Otomano, que durou quatro séculos, quanto os 25 anos do regime de protetorado francês,

¹⁰⁷ Fato este que talvez explique a grande maioria católica dos imigrantes sírios e libaneses.

¹⁰⁸ Para manter o controle da região e assim poder extrair uma carga tributária cada vez mais elevada, a administração turca, ao longo do século XIX, fomentou discórdias profundas entre os drusos e os cristãos, no atual território do Líbano, e entre mulçumanos e cristãos, no restante da região conhecida como Grande Síria (HITTI, 1924 *apud* TRUZZI, 2009, p. 29).

utilizaram-se da máxima – *dividir para reinar* – como fundamento político. Isso representou para a região o fomento de discórdias entre os diferentes grupos étnicos e religiosos, o que constituiu um motivo adicional para a emigração, principalmente aos cristãos.

Nota-se, portanto, que foi uma somatória de fatores – econômico, demográfico e político – que desencadeou o principal fluxo imigratório sírio e libanês. Porém, esses fatores não respondem por si só ao volume expressivo dos contingentes que se propuseram a emigrar para as Américas, isso porque os sírios e libaneses possuem uma distinção cultural que colaborou com a disposição do imigrante. Para compreender este fato precisamos retomar algumas características que sustentarão os motivos para a emigração, assim como corresponderão ao perfil da comunidade que se constituirá no país de destino.

São pilares fundamentais da identidade tanto síria quanto libanesa: a religião, a aldeia e a família¹⁰⁹. Existe, portanto, muito pouco reconhecimento de uma identidade nacional, suprida por uma forte identificação religiosa e de origem geográfica, ou seja, da cidade de onde a família se origina. A religião e a aldeia – cidade – foram as bases que definiram os laços essenciais à lealdade entre os aqui chegados, tornando a família ampliada a unidade sustentadora de tais laços.

Após o sucesso dos primeiros imigrantes nas Américas, um elemento cultural derivado dos seus fatores de identidade complementou as demais motivações de ordem econômica, demográfica e política. Com o envio de remessas suntuosas de dinheiro¹¹⁰ ou muitas vezes o retorno abonado à aldeia de origem criou-se um

¹⁰⁹ Sob o domínio dos turcos o sistema de organização da sociedade por credos adquiriu a forma de milícias, como fórmula institucional encontrada para a manutenção da ordem social entre as numerosas minorias étnicas e religiosas e para a coleta de impostos ao mínimo custo (NAFF, 1985, p. 50 *apud* TRUZZI, 2009, p. 32). Estímulo para a identidade, seja no Líbano, de maioria cristã (século XIX), seja para a Síria, de ampla maioria muçulmana, o fator religioso esteve, frequentemente, no princípio de um padrão de segregação geográfica, estimulando o facciosismo entre seitas. Devido a isso, junto do fator religioso, encontramos a questão da aldeia – cidade de origem – como segundo fator inerente à identidade síria: a liderança (exercida por membros de famílias notáveis, virtuosamente reconhecidos, ou de origem nobre). A liderança numa aldeia tornava-se fonte de conselhos, em uma relação de lealdade e reciprocidade que resultava, muitas vezes, na anulação da autoridade religiosa ou política. Essa identificação dos aldeões com seu respectivo líder e grupo era completa e carregava, intrinsecamente, o sentido de honra e orgulho encontrados em outros elementos formadores da identidade (NAFF, 1985, p. 64 *apud* TRUZZI, 2009, p. 33). Hitti (1924, p. 22 *apud* TRUZZI, 2009, p. 33) vincula tal identificação às características do território sírio, que deixariam, segundo sua concepção, “a população dividida social, política e economicamente, contribuindo para perpetuar as diferenças raciais e preconceitos”.

¹¹⁰ Nos Estados Unidos um relatório da Comissão de Imigração para o Senado informou que os imigrantes que mais remetem dinheiro ao exterior são os de nacionalidade síria (MEHDI, 1978, p. 10 *apud* TRUZZI, 2009, p. 37). Estimou-se, também, que na região do Monte Líbano, às vésperas da

sentimento de necessidade familiar de enviar membros às Américas, com o intuito de defender o prestígio da família na sociedade local; ou seja, para manterem sua posição nas aldeias, as famílias não poderiam ficar de fora dessa onda imigratória e do sucesso garantido no continente americano. A oportunidade de fazer dinheiro e prosperar em um relativo período de tempo, o que era inimaginável na terra de origem, somado aos demais fatores, atuou como uma forma de impulso emigratório.

Diante desses dados, outra característica se torna reveladora e distingue os sírios e libaneses das demais etnias que emigraram para o Brasil, a qual evidencia ainda mais os vínculos com a terra natal: no início, a imigração síria e libanesa tinha caráter provisório e a emigração era encarada como temporária na medida em que o rápido enriquecimento permitiria o retorno abonado às terras de origem, mantendo ou melhorando a posição que seu núcleo familiar possuía e garantindo uma vida próspera em suas aldeias. Este padrão de almejar um retorno abonado à terra natal permaneceu durante os primeiros vinte anos de imigração constante (1890 – 1910). Porém, com o advento das dificuldades decorrentes da Primeira Guerra Mundial, seguida do protetorado francês, o caráter da imigração se alterou de temporário para permanente (SALIBA, 1981; SAFADY, 1966 *apud* TRUZZI, 2009, p. 40).

No geral podemos compreender que a imigração síria e libanesa foi formada por indivíduos comprometidos com seus laços familiares, empenhados no atendimento às necessidades deixadas na terra natal.

Compreendido o caráter geral da imigração síria e libanesa podemos passar aos números observados em relação à emigração para o Brasil.

Os primeiros sírios e libaneses chegaram ao Brasil da década de 1870. Há uma grande dificuldade quanto à precisão numérica devido à irregularidade de nomenclatura adotada pelo governo ao longo dos anos que ora os classificou como turcos, turcos-árabes, turco-asiáticos, sírios ou libaneses, e nos registros imigratórios foram classificados até 1908 na categoria “outras nacionalidades”.

Em 1913 foi registrada a cifra máxima de imigrantes chegados, somando um total de 11.101 pessoas. Durante a década de 1920, estimam-se entradas anuais de cinco mil imigrantes sírios e libaneses. A partir de então, a imigração entrou em declínio devido à recessão e ao sistema de cotas adotado pelo governo brasileiro.

Primeira Guerra Mundial, as remessas monetárias significavam 41% de todo o orçamento familiar (RUPPIN, p. 271 *apud* TRUZZI, 2009, p. 37).

O recenseamento de 1920 contou 19.290 turco-asiáticos em todo o estado de São Paulo, sendo que quase um terço deles (5.988) eram residentes na capital. Na época, eles correspondiam à quarta etnia mais volumosa da capital e à quinta maior se considerarmos todo o estado. O estado de São Paulo foi o que mais recebeu e concentrou a colônia síria e libanesa em todo o Brasil.

O caráter urbano da imigração também é outro referencial. Mesmo possuindo experiência prévia com a agricultura em suas terras de origem, os imigrantes perceberam que o comércio era a via que os permitiria o tal almejado sucesso financeiro em um curto período de tempo. E assim a melhor alternativa encontrada foi a atividade de mascate. Essa atividade permitiu que o imigrante permeasse todo o território nacional e, dessa forma, era possível encontrar um sírio ou libanês por todas as cidades do interior.

Ao longo dos anos 1930 e 1940, os sírios e libaneses consolidaram e ampliaram seus negócios, monopolizando praticamente o comércio varejista de tecidos e a pequena indústria de transformação ligada a esse setor. Ocupando a posição mais importante no comércio atacadista, eles investiram, durante a década de 1940, metade do capital adquirido em toda a indústria têxtil em São Paulo.

Segundo Oswaldo Truzzi (2009, p. 63-66) são três os elementos básicos que sustentaram este processo da colônia síria e libanesa, especialmente em São Paulo. O primeiro deles é o fato de os sírios e libaneses apresentarem um perfil de distribuição demográfico-ocupacional singular no estado. Diferentemente de outros grupos étnicos de imigrantes, os sírios e libaneses reúnem dois aspectos fundamentais em relação a sua distribuição no território paulista: são consideravelmente bem distribuídos entre as diversas regiões do território paulista e, simultaneamente, apresentam alto índice de ocupações urbanas. Esta combinação de elementos está diretamente relacionada com a especialização da colônia, ao longo do estado, em atividades ligadas ao comércio.

Conforme levantamento do autor, os portugueses seriam o grupo étnico que mais se aproximaria dos sírios e libaneses, distribuídos numericamente em proporções semelhantes, porém com uma taxa de ocupação urbana um pouco inferior.

Embora os judeus apresentassem uma elevadíssima taxa de ocupação urbana, concentrados na capital paulista, possuíam o mais baixo índice de distribuição

demográfica entre as etnias pesquisadas (judeus, sírio-libaneses, portugueses, alemães, italianos, espanhóis e japoneses). O que resultou, em 1940, no abrigo de mais de 85% do contingente estadual de judeus só na cidade de São Paulo, sendo que somente mais três cidades (Santos, Campinas e Santo André) apresentavam uma população de judeus superior a 0,5% do total estadual. Enquanto isso, em 1934, 34% de sírios e libaneses habitavam a capital paulista e possuíam população superior a 0,5% em 35 municípios.

O segundo fator relevante da trajetória dos sírios e libaneses está nas relações de complementaridade e de ajuda mútua, presentes no interior da colônia, que correspondiam desde a recepção dos novos imigrantes por aqueles que aqui já residiam, até facilitações de crédito e favorecimentos entre toda a cadeia comercial, desde a ponta, os mascates, e o extremo, industriais e grandes comerciantes. Mais notável ainda é o fato de que, em geral, tais relações não eram compreendidas no âmbito institucional, até porque a grande maioria das instituições fundadas não conseguiam se manter devido a multiplicidade cultural da colônia. Prova esta é que somente em 1950 os sírios e libaneses conseguiram, por exemplo, organizar uma Câmara de Comércio, o que já era comum entre comerciantes de outras etnias.

Esse elemento comum entre os membros da colônia, o sentimento mútuo de refazer a vida, trançado com os laços de parentesco e a condição de conterrâneos, forneceram a essência de uma cultura de cooperação que tendeu a sempre se estabelecer de maneira informal (KNOWLTON, 1961, p. 138 *apud* TRUZZI, 2009, p. 66).

Apesar desse sentimento de ajuda mútua entre os membros da colônia, não podemos nos esquecer de um fato importante, brevemente mencionado: os sírios e libaneses constituíram um grupo bem marcado por identidades da terra de origem, de natureza tanto étnica quanto religiosa e regional. Para exemplificar podemos citar que em relação à religião, além das minorias muçulmanas e drusas, a preponderância de cristãos foi esfacelada com a divisão entre maronitas, ortodoxos, melquitas e protestantes, sendo todas elas ramificações competitivas entre si.

Esta peculiaridade da colônia síria e libanesa fica ainda mais clara na seguinte passagem:

A colônia árabe não é unida, não é unida porque é difícil você dizer “colônia árabe”. Os povos falam a língua árabe, mas nela existem cisões profundas devido a problemas de religião. Então aqui

inicialmente era colônia sírio-libanesa, depois, hoje ainda, tem as divisões de colônia síria, colônia libanesa, mas, no fecho do individualismo dessas colônias, é que nós vamos ver que elas acabam se fechando por cidades (CURY, 1984, p. 36 *apud* TRUZZI, 2009, p. 110).

Knowlton (1961, p. 171 *apud* TRUZZI, 2009, p. 110) acrescenta que os sírios e libaneses dedicam o máximo de sua devoção à sua cidade ou aldeia, possuindo pouca consciência de unidades políticas maiores. Essa segregação derivada de diferenças religiosas, econômicas, rivalidades de família e região, impossibilitou a organização de uma sociedade que representasse a colônia como um todo no país de destino, no caso o Brasil.

Em relação à designação árabe, como tentativa de agrupar essa colônia, no intuito de formação de uma unidade, ela se torna bastante generalizada e artificial, pois, apesar de tanto os cristãos quanto os muçulmanos, no geral, orgulharem-se de suas raízes culturais árabes, é sensato questionar que um número significativo de imigrantes não tenha tido preocupações a respeito de quem é árabe e o que isso representa. Tais questões pareceram relevantes apenas entre os círculos intelectuais, preocupados com os movimentos de unificação árabe internacional. O termo árabe ganhou mais vigor somente no contexto da Segunda Guerra Mundial, devido a polarização com os judeus, diante da criação do Estado de Israel (1948), tempo insignificante para uma mobilização e unificação satisfatória em torno de uma identidade.

Entretanto, segundo Oswaldo Truzzi (2009, p. 117), no Brasil essa identificação está longe de carregar o mesmo significado que nos Estados Unidos¹¹¹, onde a identidade árabe foi, durante a história, carregada de significado muito maior, provavelmente devido à ostensiva política externa norte-americana pró-Israel.

Assim, no Brasil a colônia síria e libanesa, apesar de próspera no setor comercial e com relevantes nomes na indústria paulista, não conseguiu se articular como um grupo, pois não houve uma unidade de identificação entre eles. Este parece ser um traço vital para justificar a ausência de uma articulação política engajada com a defesa dos interesses da comunidade, constituindo fator fundamental para explicar as trajetórias desenvolvidas por sírios e libaneses no Brasil. Encontramos sua

¹¹¹ Para informações sobre a colônia judaica e síria e libanesa, e seu contexto imigratório nos Estados Unidos em comparação com a trajetória no Brasil consultar: País desenvolvido, trajetória nem tanto: sírios e libaneses nos Estados Unidos – um enfoque comparativo, de Oswaldo Truzzi, 2009.

justificativa na família como unidade básica de referência para com o mundo; na importância da aldeia/cidade e das relações de conterraneidade daí decorrentes; no desenvolvido senso de competição e de facciosismo permeado também na sociedade de destino.

3. A RESSONÂNCIA DAS VOZES ÁRABE E JUDAICA NO BRASIL

3.1. *A imprensa no Brasil: breve histórico dos jornais*

A imprensa nacional tem seu início, oficialmente, no ano de 1808 (BAHIA, 1990, p. 9). Em 1875, é editado em São Paulo *A Província de São Paulo*, que a partir da República se chamará *O Estado de São Paulo* (BAHIA, 1990, p. 75). *A Província de São Paulo*, segundo Juarez Bahia (1990, p. 76), se consolidou rapidamente no setor, sendo dirigido por um grupo de republicanos que resolveram criar um jornal independente no estado paulista. Em 1915 *O Estado de São Paulo* já é considerado o intérprete da potência econômica que começa a despertar na capital paulista. Em suas colunas floresce o pensamento da cidade através de uma “ideologia de índole prática, de doutrina liberal, ação civilista, ideal republicano e federalista, com visão empresarial, aspiração de desenvolvimento social e nascente capitalismo industrial”, segundo as palavras de Juarez Bahia (1990, p. 162).

A mudança do regime monárquico para a república não alterou o desenvolvimento da imprensa no Brasil. Os grandes jornais continuaram os mesmos, de imediato não surgiram grandes jornais novos. *O Jornal do Brasil* só apareceu em 1891 (SODRÉ, 1983, p. 251), fundado por Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, com Joaquim Nabuco, Sancho de Barros Pimentel e José Veríssimo. Em maio de 1893 Rui Barbosa viria a ser seu sócio proprietário e chefe-redator e a partir de então o estilo do jornal muda, prevalecendo os fatos políticos sobre as notícias policiais e cotidianas (BAHIA, 1990, p. 114). Em 30 de dezembro de 1918, o novo chefe-redator do jornal é Assis Chateaubriand (SODRÉ, 1983, p. 346). *O Jornal do Brasil* é marcado por contestações ao governo até que em outubro de 1893 é assaltado e ocupado por militares, reaparecendo um ano depois. Na Revolução de 1930, *O Jornal do Brasil*, então legalista, é alvo de depredações e deixa de ser publicado por uma semana. Em 1937, sofre censura por publicações condenando o Estado Novo.

O jornalismo do início do século XX não é ainda uma atividade profissional regulamentada e somente após a I Guerra Mundial é que começa a se desfazer do publicismo – “militância opinativa, que na imprensa da monarquia e da Primeira República se conjuga com a política” (BAHIA, 1990, p. 157). Nelson Werneck Sodré (1983, p. 275) acredita que a passagem do século assinala, no Brasil, a transição da

pequena à grande imprensa. Essa transformação está ligada às mudanças no país, em seu conjunto, à ascensão da burguesia e ao avanço das relações capitalistas.

Em 1901 apareceu o *Correio da Manhã*, fundado por Edmundo Bittencourt. O seu artigo de apresentação marcava a linha participante e combativa do jornal: "(...) Jornal que se propõe defender a causa do povo não pode ser, de forma alguma, jornal neutro. Há de ser, forçosamente, jornal de opinião" (SODRÉ, 1983, p. 287). Em 1929 Paulo Bittencourt assume a chefia do jornal de seu pai (ANDRADE, 1991).

Em 1920 o *Jornal do Brasil* apresentava-se ao lado do *Jornal do Comércio* como grande empresa, entretanto o jornal popular por excelência continuava a ser o *Correio da Manhã*, "folha de oposição, vibrante, escandalosa às vezes, veemente sempre" (SODRÉ, 1983, p. 347).

A partir do final da Primeira Guerra Mundial, a imprensa brasileira acompanhou o ambiente nacional de instabilidade política. Esta fase conturbada da imprensa foi pontilhada de movimentos militares de rebeldia, agitada por campanhas políticas de extrema violência – o que ao final das contas darão origem à Revolução de 1930.

A *Folha da Noite*, *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã* estão entre os jornais que surgiram nos anos que precedem 1930, todos inaugurados em São Paulo, em 1921, 1924 e 1925, respectivamente. A *Folha da Noite* foi criada por antigos redatores d'O *Estado de São Paulo*, Olival Costa, Pedro Cunha, Léo Vaz, Mariano Costa e Artênio Figueiredo, e já em 1925 é uma empresa com mais dois títulos diários: *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã*. A prosperidade do jornal acaba em 1930, com a oposição ao governo de Washington Luís, fato este que popularizou os seus jornais. O impresso passa a hostilizar a Revolução de 1930 aliando-se à oligarquia, o que levou a incendiarem a sede do jornal e ao seu empastelamento. A partir daí o jornal é comprado pelo latifundiário Otaviano Alvares Lima e passa a defender os interesses rurais que dominam São Paulo. Em 1932 deram mais espaço ao governo getulista que ao movimento constitucionalista da capital paulista e a partir de 1945, sob novo comando, as Folhas se modernizam e o novo diretor Nabantino Ramos trabalha para que o jornal seja orientado sem paternalismos, fiel à independência da informação e sua eficiência. No entanto, o seu apreço à objetividade da notícia quase sempre irá entrar em choque com seus próprios interesses econômicos e de seus sócios Alcides Ribeiro Meireles e Clóvis Medeiros Queiroga. De um lado estavam Meireles e Ramos, delegados do capitalismo agrário e financiados pelo latifundiário paulista Fernando

Costa e do outro Queiroga, que representava as cotas pagas por Fernando Matarazzo, principal industrial paulista. Apesar destes contratemplos as Folhas conseguem justificar seu lema: “Um jornal de classe média para a classe média” (BAHIA, 1990, p. 180-182).

O jornal *O Estado de São Paulo* já na década de 1930 aparecia entre os maiores veículos de comunicação do Brasil e um dos mais antigos e na atividade, criado em 1875.

No ano de 1930 o jornal *O Estado de São Paulo* apresentava uma tiragem de 100.000 exemplares, considerando que a população da cidade de São Paulo era de 887.810 habitantes. Segundo as obras de Juarez Bahia (1990) e Nelson Werneck Sodré (1983), os principais jornais brasileiros entre as décadas de 1940-1960 são o *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *Última Hora*, *O Globo* e *Folha de São Paulo*.

Nota-se que a *Folha de São Paulo* nasce em 1921, a partir de um desmembramento do jornal *O Estado de São Paulo*. Inclusive no ano de sua criação, a *Folha da Noite* era impressa nas oficinas d'*O Estado de São Paulo*. Em 1925 nasce a *Folha da Manhã*, edição matinal do jornal, e em 1949 cria-se a *Folha da Tarde* e, somente em 1960, há a junção dos três jornais em *Folha de São Paulo*. Porém o que nos interessa neste momento é que em 1925 o jornal apresentava um total de 15 mil tiragens, número este que salta para 80 mil tiragens já no ano de 1931.

Ressalta-se a dificuldade em encontrar dados satisfatórios para a amostragem de tiragens dos jornais impressos durante os anos de 1940-1950 no estado de São Paulo. Acredita-se que este fato se deve principalmente ao estabelecimento do Estado Novo (1937-1945) e conseqüentemente à criação, em 1939, do Departamento de Imprensa e Propaganda, que se tornou o órgão coercitivo máximo da liberdade de pensamento e expressão durante o governo de Getúlio Vargas e o porta-voz autorizado do seu regime. Apesar disso, acredita-se que os dados demonstrados até agora contribuem para o objetivo do presente trabalho, afinal não se pretende rever a história da imprensa brasileira. As linhas acima sugerem não mais que nortear o posicionamento adotado por cada jornal utilizado nesta pesquisa.

Após uma breve exposição da história dos jornais pesquisados, trataremos de apresentar a imprensa imigrante, a fim de explorar como os árabes e judeus

expressaram-se e utilizaram-se dessa via de comunicação para manter seus laços com a terra natal e, simultaneamente, consolidar-se na terra de destino.

3.1.1. *A imprensa imigrante: dados e trajetória da imprensa árabe e judaica*

Verificamos anteriormente que a primeira leva de imigrantes sírios e libaneses ao Brasil, os pioneiros da mascateação, possuíam pouca escolaridade e, apesar de serem dotados de um acervo cultural considerável, suas preocupações estavam voltadas unicamente para o trabalho e o enriquecimento e as ações ligadas à cultura, ao mundo social e intelectual ficavam em segundo plano. Com a alteração do perfil imigratório, que após a Primeira Guerra passou a receber jovens intelectuais com formação superior, o Brasil passa a ser cenário de convívio entre mascates e intelectuais. Porém, em meio a uma colônia que valorizava o trabalho árduo e a riqueza, os novos intelectuais ocuparam uma posição incômoda e pouco valorizada no seio da comunidade (TRUZZI, 2009, p. 126-134).

Entretanto, foram estes intelectuais, em sua maioria graduados pela Universidade Americana de Beirute, que fundaram os primeiros jornais árabes do Rio de Janeiro (1896) e de São Paulo (1898). Em 1900, na capital paulista, surgiu um grupo literário denominado RUWAQ AL MA'ARI, fundado por Naum Labaki e dirigido sucessivamente por Said Abu Jamra e Fadlo Haidar, médicos renomados da colônia. Segundo Zeghidour (1982, p. 56 *apud* TRUZZI, 2009, p. 132):

O movimento da imprensa iria estender-se a todo o território brasileiro, constituindo um dos períodos mais férteis e mais ricos de toda a história da imprensa árabe. [...] Ao todo, surgirão, de 1890 a 1940, cerca de 394 jornais, revistas e periódicos árabes no Brasil. [...] A imprensa árabe no Brasil era, à exceção de certos boletins “paroquiais”, laica e fortemente comprometida com a libertação dos países de origem.

O maior grupo literário da colônia síria e libanesa no Brasil era a Liga Andaluza de Letras Árabes, que nasceu devido à influência do movimento modernista de São Paulo, e reuniu entre seus colaboradores mais de trinta poetas e escritores. A organização editou até 1953 uma revista¹¹², que levava o mesmo nome e foi

¹¹² A Revista da Liga Andaluza de Letras Árabes foi publicada durante cerca de vinte anos, alguns de seus exemplares datados de 1931 até 1941 encontram-se disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, segundo informação verbal do pesquisador Guilherme Curi.

distribuída por toda a América, mantendo, inclusive, um certo número de assinantes no mundo árabe (TRUZZI, 2009, p. 132).

Entre os imigrantes árabes dispersos pelo Brasil houve uma forte disseminação da imprensa imigrante. Em 1914 chegaram a circular no Brasil 14 periódicos diferentes editados em árabe. O jornal possuía uma dupla função: ajudava a manter a cultura pré-migratória, com o uso da língua árabe, e fornecia informações sobre como conseguir emprego e moradia, além de artigos sobre como negociar a vida no novo país e, nesse sentido, contribuía para a aculturação dos imigrantes sírios e libaneses recém-chegados ao Brasil. Em 1933 o número de periódicos árabes já havia saltado para um total de 95 jornais e revistas (SOUZA, 2010, p. 101-103).

Os periódicos árabes sofreram rapidamente uma evolução em seu conteúdo. No início eram totalmente publicados em árabe e a sua maioria foi fundada com o propósito de promover a causa da independência política de seus países de origem, Síria e Líbano. Tinham um aspecto de militância procurando acompanhar o desenvolvimento dos acontecimentos na terra de origem e se posicionando a respeito deles. Porém, com o tempo, as revistas e jornais foram se transformando e, aos poucos, passaram a incorporar maior variedade de temas, sobretudo a respeito da colônia no Brasil, noticiando as coletividades sírias e libanesas de outras cidades, ao mesmo tempo em que se tornaram bilíngues. Já na década de 1950, a maior parte dos periódicos tinha se despolitizado completamente, tornando-se uma coluna social ampliada (SOUZA, 2010, p. 105).

Essa transformação nos periódicos árabes fez com que as publicações direcionadas às comunidades abandonassem o tom político para então se converterem em “periódicos dedicados sobretudo à cobertura da vida social e das iniciativas dos ricos e poderosos da colônia [...]. Além de aniversários, casamentos e velórios, muitos desses jornalistas viveram da cobertura das atividades filantrópicas da colônia [...]” (TRUZZI, 2009, p. 133).

Essa transformação nos periódicos árabes é reflexo da transformação sentida também no caráter imigratório que a colônia passou a ter. Inicialmente os integrantes da imigração de intuito passageiro possuíam grande interesse em se manterem conectados com a terra de origem, até mesmo porque o objetivo era retornar à cidade natal. Após a percepção de que este retorno não seria possível e tampouco vantajoso, devido às dificuldades encontradas na terra de origem, a colônia síria e libanesa

passou a concentrar suas atenções na nova terra, o Brasil, assim nada mais natural que a imprensa refletisse esse novo interesse.

A colônia judaica no Brasil, por sua vez, destaca-se das demais etnias também sob a ótica de seus impressos. Provenientes de diversas partes do mundo, mas em especial do leste europeu, os judeus que se estabeleceram em São Paulo no período entre guerras e participaram da vida local procuraram manter os vínculos com a cultura tradicional e, assim, com a língua ídiche, que era utilizada no Brasil desde a chegada dos imigrantes judeus no final do século XIX. Dessa forma, os impressos se tornaram mais um meio de manter vivo esse elo, sendo utilizados como mais um instrumento de manutenção da unidade colonial.

Através do trabalho e de uma intensa vida cultural, os imigrantes objetivavam manter as suas tradições, e uma imprensa destinada a esse público era importante fator de coesão. A produção jornalística em ídiche transformava-se, assim, em importante instrumento de informação, conscientização e integração para uma autoproteção e integração na vida brasileira (SOUZA, 2010, p. 110). Além de divulgar o ideal sionista, constituindo-se, portanto, como um grande instrumento de mobilização política.

Com a implantação do Estado Novo e das restrições impostas pela censura, a imprensa ídiche teve interrompida sua liberdade de ação, e a vida social judaica ficou restrita às atividades religiosas e beneficentes. O surgimento, em 1942 no Rio de Janeiro, da revista semanal *Aonde Vamos?*, redigida integralmente em português, assinala uma das mais importantes manifestações culturais do período.

Após a Segunda Guerra Mundial a imprensa ídiche ressurgiu com vigor a partir de 1947, destacando-se os seguintes periódicos: *Idishe Press* e *Idishe Tzeitung*, no Rio de Janeiro, e a *Under Shtime* e o *Der Naier Moment*, em São Paulo (SOUZA, 2010, p. 112).

O conteúdo dos impressos permitia manter a comunidade informada sobre eventos de todos os tipos, sobre acontecimentos envolvendo os judeus no exterior, assim como a história do povo israelita. Dessa maneira,

[...] a imprensa judaica em português serviu como um veículo de comunicação amplo para a sociedade brasileira, com uma nova geração que não dominava o ídiche, e em especial, com toda a comunidade de imigrantes cuja diversidade de origem somente poderia ser unificada utilizando-se do idioma do país comum a todos. O elevado tom nacionalista que a caracterizou, decorria da profunda

identidade de seus fundadores judeus sefaraditas, devido à sua cultura hebraica milenar, a qual ostentavam com orgulho (FALBEL, 1984, p. 116).¹¹³

3.2. *A questão israelo-palestina sob a ótica dos impressos: a imprensa como veículo de informações e ideias*

O conteúdo apresentado por intermédio dos meios de comunicação pode exercer papel político e ideológico importante na formação de opiniões, uma vez que reflete teses e debates decorrentes do momento político. Por meio das diferentes maneiras de expressar-se, a mídia é apta, portanto, a desempenhar influências bastante significativas na sociedade e em seus rumos futuros, o que a torna valioso instrumento de estudo.

Verificamos que o conteúdo jornalístico se constitui em fator importante para a formação das políticas domésticas e externas de uma nação e os jornais tomam para si a responsabilidade e o peso de expressar opiniões específicas ou tomar posicionamentos frente a determinados temas. Para a análise feita nesta sessão, partimos, portanto, do princípio de que a imprensa se constitui em veículo de informação e ideias.

Entretanto, devemos atentar que o conteúdo da imprensa não pode ser confundido como única expressão da opinião em dado momento histórico. Isso porque, em seu conteúdo, são também incorporadas técnicas de formação da opinião, assim todo o cuidado nessa análise deve ser considerado. O que, entretanto, e de maneira alguma, altera a relevância da pesquisa dos impressos nacionais, uma vez que eles ainda constituem um instrumento da voz das comunidades árabes e judaica e, além disso, são responsáveis pela formação da opinião a respeito da questão israelo-palestina.

Media discourse, then, is a meaning system in its own right, independent of any claims that one might make about causal effect on public opinion. Certain ways of framing issues gain and lose prominence over time, and some assumptions are shared by all frames. National media discourse, although only one part of public

¹¹³ Nachman Falbel menciona em seu livro que era possível encontrar em jornais de grande circulação nacional uma coluna ou seção dedicada à comunidade israelita, “como a do ‘Correio da Manhã’ e outros” (FALBEL, 1984, p. 20). Nesta pesquisa, infelizmente, não foi possível localizar tais colunas ou seções, mas é importante registrar-se tal comentário.

discourse is a good reflection of the whole. We need to understand what this public discourse says about an issue, since it is a central part of the reality in which people negotiate meaning about political issues (GAMSON,1992, p. 27).

Ademais, a pesquisa nos impressos deste período adquire peso significativo, uma vez que,

[...] a partir da década de 1940, o jornalismo brasileiro manteve sua atuação junto com grandes forças econômicas e sociais e caracterizou-se por ser um canal de divulgação de ideias de grandes conglomerados econômicos, ou seja, o mercado publicitário que anuncia nos jornais e, de outro lado, de grupos políticos que almejam emitir suas opiniões subjetivas e particularistas (SILVA, 2008, p.12).

Buscando-se a construção social do posicionamento político das mídias impressas analisadas e sua interlocução com as vozes das colônias sírio-libanesa e judaica no Brasil diante da questão palestina foram selecionados editoriais dos quatro principais jornais impressos no período, os cariocas *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, e os paulistas, *Folha de São Paulo*, dividido em *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*, e *O Estado de São Paulo*.

Consideramos que a imprensa reflete em suas páginas o momento histórico vivenciado, as forças políticas em atuação e enuncia as vozes da comunidade, de acordo com o destaque que cada qual assume dentro do periódico. Assim, nesta sessão privilegiaremos os editoriais, uma vez que serão eles os porta-vozes da posição intrínseca no impresso.

Neste contexto, observamos que as Folhas de São Paulo dispensam atenção especial aos acontecimentos internacionais, tomando como referência as potências Estados Unidos, União Soviética e Inglaterra. Muitos acontecimentos do plano doméstico destes países são, inclusive, abordados em referência ao tema, como as discussões realizadas na Câmara dos Lordes e na Câmara dos Comuns sobre a Palestina e o Mandato Britânico, e os embates políticos internos, como as críticas do Partido Conservador ao Partido Trabalhista do Reino Unido.

O jornal também cobre as atividades desempenhadas pela delegação brasileira na Organização das Nações Unidas, com especial atenção ao presidente da Assembleia Geral na ONU, Oswaldo Aranha, produzindo artigos que enaltecem seu comportamento e reproduzindo agradecimentos da comunidade judaica, devido à

aprovação do plano de partilha da Palestina. Além disso, o jornal aborda a campanha realizada para a indicação de Oswaldo Aranha ao Prêmio Nobel da Paz de 1948.

No *Jornal do Brasil* a mesma nomeação é tratada somente no âmbito das discussões do Senado Federal Nacional. Entretanto, durante as notícias que tratam da atuação do delegado brasileiro na condução da presidência da Assembleia Geral não são economizados elogios a sua pessoa, como pode ser verificado em relação a Segunda Sessão da Assembleia Geral, realizada de setembro a dezembro de 1947, na qual Oswaldo Aranha, segundo o próprio jornal:

[...] emprestou, pela segunda vez, brilho de sua inteligência, cultura e tato diplomático à Organização das Nações Unidas como presidente desta magna assembleia de países e povos livres¹¹⁴.

No *Jornal do Brasil* percebe-se uma preocupação com a questão do comunismo como ameaça às democracias e à paz mundial. A leitura que o jornal realiza da questão palestina está inserida, portanto, neste contexto.

[...] A situação é aguda: em toda a parte há, nesse momento, a febre de prevenir, mas eficiente do que se remediar; não se duvida da ação conjunta dos povos livres, para um termo final, material, decisivo, contra o único e deslavado fator do mal-estar geral, ainda que a efervescência provoque o tempo quente.¹¹⁵

A preocupação com o comunismo também é retratada em declaração de Oswaldo Aranha ao *Correio da Manhã*, em referência à cassação do Partido Comunista no Brasil:

Espero e confio que todos os brasileiros apoiarão a decisão que põe na ilegalidade o Partido Comunista. Temos no Brasil um governo democrático, que reconhece a liberdade política e todas as outras liberdades. Quanto mais partidos políticos houver em um país, mais realista e verdadeira será sua forma de democracia. Todas as formas de opinião política serão representadas entre a população, quer em partidos reconhecidos abertamente, quer de outro modo. A cassação do registro do partido não elimina automaticamente os bolchevistas como participantes políticos na vida do Brasil: eles poderão retornar à atividade política com outro nome, em poucos meses.

Apesar das Folhas de São Paulo terem sido os jornais que mais apresentaram ocorrências sobre a Palestina, foi o *Correio da Manhã* o que mais produziu editoriais

¹¹⁴ NOVAMENTE no Rio o Embaixador Oswaldo Aranha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 dez. 1947, p. 07.

¹¹⁵ TEMPO quente. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1948, p. 5.

abordando o tema, sempre em tom de crítica em relação à maneira como a questão palestina foi tratada pelas Nações Unidas. Já no início dos debates nas Nações Unidas o jornal emitia editoriais em ponderação aos argumentos judaicos e árabes:

[...] A causa não é, decerto, fácil de julgar. Mas a civilização democrática não pode esquecer as dívidas que contraiu em seus recentes embates com o totalitarismo; ficou devendo a muitos povos do mundo árabe, apenas uma espécie de complacência apática.¹¹⁶

Em suma observa-se que o *Correio da Manhã* acreditava que o Ocidente democrático tinha uma dívida tanto com os árabes como com os israelitas de Jerusalém, e por isso a ONU deveria conciliar todos esses fatores encontrando “o justo meio termo entre as soluções extremas que lhe pedem, e uma grande página terá sido escrita na pacificação da família humana”.¹¹⁷ Porém, em relação à criação do Estado de Israel, tal como os sionistas demandavam, o jornal expressa sua opinião acreditando que:

[...] o mundo não se dispõe a perfilhar tal empenho como causa própria. O que ao mundo interessa, o que ele considera como condição indispensável da vida humana em qualquer lugar, é a liberdade plena e o pleno respeito das crenças religiosas (...). Para quem, como nós, considera o *jus solis* a suprema fonte da nacionalidade individual, é difícil considerar que o homem nascido em uma nação tenha direitos políticos, mercê da sua religião, sobre outro solo distante; é impossível admitir que esse solo distante haja de ser um, de preferência a outro. Parece-nos, pois, que a Inglaterra cumpre, perfeitamente, quaisquer compromissos seus, se oferece hoje como ontem aquilo que hoje pode como ontem podia oferecer.¹¹⁸

O *Estado de São Paulo*, por sua vez, concentra grande parte de suas notícias internacionais na reprodução dos telegramas recebidos das agências internacionais e, a princípio, procura manter distância da questão, que considera complexa dada a existência de dois pontos de vista e por inviabilizar a oportunidade de comentários imparciais. No entanto, não deixa de enfatizar que o “inegável sofrimento de perseguições históricas que o martírio sob o nazismo mais uma vez sacrificou” servia, contudo, “para revelar o verdadeiro estado das relações internacionais em nossos dias”.¹¹⁹

¹¹⁶ PALESTINA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 mai. 1947, p. 1.

¹¹⁷ PALESTINA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 mai. 1947, p. 1.

¹¹⁸ ISRAEL. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 dez. 1947, p. 1

¹¹⁹ NOTAS e Informações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 dez. 1947, p.3.

Conforme a questão vai tomando maior projeção, sendo necessário, inclusive, o posicionamento brasileiro nos foros internacionais, o jornal posiciona-se de forma semelhante às orientações que o Ministério das Relações Exteriores forneceu ao seu corpo Diplomático: acompanhar a potência norte-americana, e defender a Organização das Nações Unidas.

Não precisamos acrescentar, portanto, que estamos ao lado do órgão internacional, de que o Brasil é membro e defensor, e cujos objetivos são os daquela comunidade internacional juridicamente organizada que, para nós, sempre constitui uma aspiração superior. Não podemos, pois, deixar de reprovar com veemência aqueles que, afirmando desejarem a paz e a segurança mundiais, se erguem contra a opinião da maioria, sobretudo quando já tiveram ocasião de expor suas razões e defender seus direitos.¹²⁰

Analisando os editoriais do jornal paulista consideramos que o apoio à partilha da Palestina deu-se por dois fatores: primeiro, por ser a posição defendida pelos Estados Unidos, ou seja, havia o entendimento de que o Brasil deveria acompanhar a política internacional dos norte-americanos traçada pela ONU; e segundo, porque considerava que outra solução seria inviável, pois a ONU não possuía, de acordo com o matutino, força suficiente para impor outra decisão, somente os Estados Unidos o poderiam fazer.

O espaço dedicado ao editorial na *Folha da Manhã* encontra-se na sessão *Gazetilha*, na qual podemos observar que durante toda a discussão o jornal possuiu uma opinião clara a respeito do embate entre judeus e árabes, argumentando que os judeus só conseguirão se defender das perseguições que durante toda a história sofreram se possuírem um Estado. Por outro lado, alegava que os árabes também tinham direito à terra. O editorial defende um posicionamento laico de ambas as partes em litígio e que, relevando a religião, poderiam entrar em acordo em pé de igualdade¹²¹.

Em relação ao estabelecimento do Estado de Israel, o impresso paulista ponderou em seu editorial a luta judaica por um lar nacional, mas também reconheceu os direitos dos árabes palestinos, como verificado a seguir:

É forçoso reconhecer que o ato dos semitas é daquelas aspirações que pela própria natureza se impõem a simpatia e o respeito de todo o cidadão que tem a felicidade de possuir uma pátria. [...] Entretanto,

¹²⁰ NOTAS e Informações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 fev. 1948, p. 3.

¹²¹ A tragédia dos judeus. *Folha da Manhã*, São Paulo, 09 de set. de 1947. *Gazetilha*, p. 6.

não se pode igualmente deixar de reconhecer na disputa a existência de vários argumentos a que se arrimamos árabes dentro e fora da Palestina [...] É de se lamentar que árabes e judeus, que trabalhavam pacificamente, lado a lado, nas cidades da Terra Santa, se vejam agora lançados no torvelinho de uma guerra cruenta.¹²²

O editorial do dia 19 de fevereiro de 1948 esclarece o posicionamento adotado pelo jornal paulista:

A luta que se prossegue e cada dia mais se agrava entre árabes e judeus, na Palestina, submete a dura prova a Organização das Nações Unidas. Ou ela reúne as forças materiais necessárias para fazer executar a sua decisão, que dividia a Terra Santa e criou o Estado Judaico, ou estará irremediavelmente fracassada e então deverá renunciar, com tristeza geral para a humanidade, à transcendente ideia, que a animava, de poder vir no futuro a estabelecer a paz entre as nações.

Não cabe indagar, nesta hora tormentosa, se a decisão da ONU foi justa ou não. Já passou o momento de se examinarem as razões de ambas as partes e também não é mais oportuno discutir se os árabes, pelo princípio de autodeterminação dos povos, [...], deviam ser respeitados na sua posse sobre a Palestina. Nem, ainda, é útil considerar os inúmeros argumentos, de natureza histórica ou afetiva, que levam os judeus a pleitear a sua volta ao antigo território. Todas essas razões já foram amplamente debatidas na ONU e, afinal, ela julgou como lhe pareceu mais acertado ou conveniente. Proferiu em sentença, por grande maioria dos seus membros, e esse sentença deve ser executada, se quisermos caminhar para a integração do mundo em uma ordem jurídica internacional.

Infelizmente os precedentes históricos da humanidade não nos permitem nenhum otimismo sobre a possibilidade, de essa ordem jurídica poder implantar-se pacificamente como resultado da livre deliberação dos povos. [...]

A circunstância de a União Soviética, os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, que são as grandes potências, haverem concordado com a solução dada ao problema da Palestina, não revela nenhum progresso de caráter permanente, no domínio das suas relações, porque esse fato se explica simplesmente pelo interesse comum, que todas elas alimentavam, de localizarem os semitas em território próprio. [...]

A presente debilidade da ONU e a eventual injustiça de sua sentença, ao resolver o problema da Palestina, não eliminam a esperança [...] o homem não cessará de lutar contra os nacionalismos, os imperialismos, e outros males que o afligem, como hoje luta contra o desconforto, a miséria, as doenças e as injustiças sociais. [...].¹²³

No decorrer dos meses, as notícias que prevalecem neste jornal a respeito da questão israelo-palestina tratam da situação da guerra, da intensificação dos

¹²² PROCLAMAÇÃO do Estado de Israel. *Folha da Manhã*, São Paulo, 16 mai. 1948. Gazetilha, p. 03.

¹²³ O caso da Palestina. *Folha da Manhã*, São Paulo, 19 de fev. de 1948. Gazetilha, p. 6.

conflitos¹²⁴, de ataques terroristas de organizações judaicas¹²⁵, e da inoperância das Nações Unidas¹²⁶.

Diante da proclamação do Estado de Israel, a *Folha da Manhã* lança um editorial sobre o novo Estado, em que reconhece que a aspiração dos semitas por uma pátria e o empenho dedicado a essa luta impõe a simpatia e respeito “de todo o cidadão que tem a felicidade de possuir uma pátria”. Porém, o editorial ressalva que não podemos nos esquecer de reconhecer igualmente a existência de inúmeros argumentos que sustentam a existência dos árabes dentro e fora da Palestina. O editorial se encerra em tom de lástima: “É de se lamentar que árabes e judeus, que trabalhavam pacificamente, lado a lado, nas cidades da Terra Santa, se vejam agora lançados no torvelinho de uma guerra cruenta”¹²⁷.

Todo o editorial do *Jornal do Brasil*, como adiantado, carrega em suas palavras um tom ideológico e preocupado, posicionando o comunismo como o causador do mal-estar geral de toda a humanidade e, inclusive, da luta travada na Palestina.

[...] A crise geral será dominada desde que se conciliem, de modo humanitário e justiceiro, os dissídios e os entraves estorvantes da marcha pacificadora. Classes e castas ainda revelam a teimosia que nada constrói, por não ser edificante, como vemos na lendária Palestina, onde a luta infelicita a porção sagrada de seu solo. Para dominar todo esse acervo de prevenções e desconchavos, deve-se olhar para o bojo da cratera do vulcão ameaçador: ver-se-á, no fundo,

¹²⁴ São incontáveis as notícias sobre os conflitos entre árabes e judeus na Palestina e sobre a guerra-árabe israelense. Um bom resumo pode ser encontrado no editorial de final de ano: DAS inquietações de 1947. Os graves perigos que oferece 1948. *Folha da Noite*, São Paulo, 31 de dez. de 1947, p. 13.

¹²⁵ NOVO atentado terrorista na Palestina. *Folha da Manhã*, São Paulo, 02 de abr. de 1947, p. 3; DECIDEM os árabes boicotar a Comissão de Inquérito da ONU; Determinado para o dia 16 a greve geral na Palestina; Policiais britânicos raptados por judeus terroristas. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de jun. de 1947, p. 2; GRAVE atentado terrorista verificou-se na Palestina. Explosão de uma bomba no quartel policial de Haifa - oito mortos e quarenta e sete feridos - Comunicado da Irgun. *Folha da Manhã*, São Paulo, 30 de set. de 1947, p. 1; A situação na Terra Santa. *Folha da Manhã*, São Paulo, 15 de jan. de 1948, p. 5; NOVO atentado terrorista em Jerusalém. *Folha da Manhã*, São Paulo, 24 de fev. de 1948, p. 1; REVISTAS em revista. *Folha da Manhã*, São Paulo, 14 de mar. de 1948, p. 2; IRGUN Haganah, o exército fantasma da Palestina. *Folha da Manhã*, São Paulo, 25 de abr. de 1948. Revistas em revista, p. 2; SUGERIDA a convocação de uma conferência para a restauração da paz na Terra Santa. Reiniciada a ofensiva da Hagana para a conquista de Jaffa. *Folha da Manhã*, São Paulo, 28 de abr. de 1948, p. 1; INTERVÊM as forças armadas britânicas na luta pelo domínio da cidade de Jafa. Bombardeadas pela RAF concentrações de tropas judaicas; a Irgun já anunciou a conquista da localidade; decisão da ONU sobre Jerusalém. Prosseguem os desentendimentos. *Folha da Manhã*, São Paulo, 29 de abr. de 1948, p. 1; GUERRA aos ingleses na Terra Santa. Declarada elo grupo judeu Stern-Vitoria da Irgun ao nordeste de Tel Aviv. *Folha da Noite*, São Paulo, 04 de mai. de 1948, p. 13; A Irgun declara guerra aos ingleses. *Folha da Noite*, São Paulo, 24 de mai. de 1948, p. 2.

¹²⁶ MOWRER, Edgar Ansel. Terá que ser revista a Carta das Nações Unidas para que a ONU sobreviva, e se deseja a solução dos graves e sérios problemas que empolgam a humanidade. *Folha da Manhã*, São Paulo, 26 de out. de 1947. Carrossel de Nova York, p. 12.

¹²⁷ PROCLAMAÇÃO do Estado de Israel. *Folha da Manhã*, São Paulo, 16 de mai. de 1948. Gazetilha, p. 3.

a massa clandestina da infiltração russa, com ligeiras fumaças de violência próxima. Entretanto, aconselha a previdência que não mais contemporizemos nesse momento. Nada de hesitações; falem as ações materiais; a força do direito deve aliar-se ao direito das forças em prol do saneamento social, moral e político dos agrupamentos constituídos. Assim seja, sigamos o exemplo de Cristo, na expulsão dos vendilhões do Templo¹²⁸.

Ao contrário da Folha de São Paulo, o *Jornal do Brasil* declara com todas as letras que as Nações Unidas erraram na partilha da Palestina, já que a guerra foi deflagrada mediante a instauração de um Estado judeu nas terras palestinas. O jornal prossegue em defesa de um novo governo mandatário, acreditando que “somente um governo de mandato poderá resolver o problema da Palestina, pequeno território cheio de lugares santos, de religiões adversárias”¹²⁹.

O *Jornal do Brasil* evidenciando, mais uma vez, a sua índole contestadora, explora em editorial que a questão da Palestina está envolta em interesses diversos, e credita a dificuldade de uma solução ao fato de as grandes potências, Estados Unidos, Reino Unido, União Soviética e as Nações Unidas estarem preocupadas em ganhos particulares: “além do objetivo humanitário de pacificar a Palestina, procuraram aproveitar os deploráveis acontecimentos do Oriente Médio em benefício próprio”¹³⁰. Essa abordagem crítica do jornal carioca o faz se destacar entre os demais jornais, por creditar a responsabilidade do conflito às potências e à inoperância das Nações Unidas¹³¹.

O jornal carioca noticiou em final de janeiro a ida do jornalista e vereador do Distrito Federal, Carlos Lacerda¹³², ao Oriente Médio, com vista a cobrir os acontecimentos na Palestina¹³³. Lacerda é o único jornalista que se tem notícia que realizou uma viagem deste porte a fim de cobrir os acontecimentos em relação à questão palestina no Oriente Médio.

¹²⁸ ANTES que o mal cresça...*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de mar. de 1947, p. 5.

¹²⁹ INSUPERÁVEIS dificuldades na Palestina. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de mai. de 1948, p. 5.

¹³⁰ INTERESSE em jogo no caso da Palestina. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 de mai. de 1948, p. 3.

¹³¹ É interessante observar que desde sua fundação, as Nações Unidas foram alvo de descrédito internacional, especialmente devido à estrutura que o sistema de veto acarreta ao Conselho de Segurança.

¹³² Notar que Carlos Lacerda possuía uma coluna no jornal *Correio da Manhã*, nomeada *Na tribuna da imprensa*, a qual mais tarde serviu de espaço para seus artigos elaborados no contexto de sua viagem pelos países do Oriente Médio, as quais deram origem a um livro publicado em 1948.

¹³³ COM destino ao Oriente Médio deixou ontem o Rio, o jornalista Carlos Lacerda, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de jan. de 1948, p. 8.

O resultado desta viagem foi uma série de artigos reproduzidos nos jornais *Correio da Manhã* e *O Estado de São Paulo*. O primeiro exibiu em suas páginas a série completa¹³⁴ além de outros artigos¹³⁵ que não estão disponíveis em seu livro.

Em coerência com sua linha combativa, o *Correio da Manhã* ponderou as questões observadas do seio das Nações Unidas, questionando a praticidade da resolução da partilha da Palestina e sua efetiva aplicação, nos seguintes termos:

[...] Não é que vamos acabar com o nacionalismo árabe dando tanto da Palestina aos judeus - vamos exacerbá-lo. Não vamos dar aos judeus o porto e o salvamento de que tanto necessitam - vamos metê-los em procelosa tempestade. As 33 nações que votaram a favor da partilha só resolveram um problema no papel. [...] No momento a ONU parece decidida. Mas assim como acenderia uma guerra israelitas contra árabes caso fossem estes os favorecidos, vai, provavelmente, acender uma *Jidah*, uma guerra santa maometana contra a decisão de agora. Aliás, pelos últimos despachos que nos chegam, já estalam as primeiras fagulhas¹³⁶.

Apesar de considerar o possível erro das Nações Unidas quanto a partilha da Palestina, o *Correio da Manhã* entende que as resoluções da organização devem ser tratadas como lei e, por mais imperfeitas que possam ser, suas determinações devem ser seguidas sem questionamentos¹³⁷.

Um aspecto bastante interessante, e que só foi observado neste jornal, foi o relativismo conferido às agências de notícias internacionais. Como verificado, a maioria das notícias apresentadas sobre o cenário internacional são reproduções das agências internacionais¹³⁸. Em editorial, o *Correio da Manhã* ponderou a respeito do sensacionalismo das agências telegráficas que

[...] exerce periodicamente sobre este ou aquele tema. [...] Hoje o caso da Palestina é um dos favoritos. Há dias um telegrama noticiava ter

¹³⁴ A série completa de reportagens produzidas durante a viagem de Carlos Lacerda a diversos países do Oriente Médio pode ser encontrada no livro: LACERDA, Carlos. *O Brasil e o mundo árabe*. Rio de Janeiro, 1948.

¹³⁵ LACERDA, Carlos. O golpe descerá como um relâmpago. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 de mar. de 1948, p. 2; LACERDA, Carlos. O Oriente Médio e a reconstrução. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 de mar. de 1948, p. 2; LACERDA, Carlos. Oleodutos, para que vos quero? *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 de mar. de 1948, p. 2; LACERDA, Carlos. Rio, março. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 de mar. de 1948. Na tribuna da imprensa, p. 2

¹³⁶ JIDAH. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 03 de dez. de 1947, p. 1

¹³⁷ LEI. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07 de dez. de 1947, p. 1

¹³⁸ É importante notar que as notícias internacionais reproduzidas giram em torno das agências France Press, United Press, Reuters, porém no jornal *Correio da Manhã* algumas notícias da agência de notícias judaica, Overseas News Agency (ONA) foram encontradas, ou seja, é importante contextualizar a origem dessas notícias, uma vez que, a percepção dos assuntos internacionais, inclusive dos editoriais, foi construída através dos telegramas recebidos destas agências.

havido toda a noite uma furiosa batalha; e em consequência morrera um judeu. Outro descrevia, com fumaça negra e adjetivos, o ruir de um edifício de três andares; e em consequência fora esmagado um judeu. Sem quebra da mágoa que nos causem essas duas mortes, a verdade é que nos pungiriam mais se fossem menos adjetivadas.¹³⁹

Assim como a *Folha de São Paulo*, o *Correio da Manhã* encerra seu último editorial do ano com uma retrospectiva dos principais fatos ocorridos e, diferente do primeiro jornal, a posição do Brasil nas Nações Unidas foi destaque no *Correio da Manhã*, que ressaltou a importância da posição ocupada por um delegado brasileiro, Oswaldo Aranha, na presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas, porém, acrescentando um certo ar de sarcasmo, descreveu o embaixador brasileiro como

[...] um tipo representativo do brasileiro de escol [trecho ilegível] inteligência cintilante e improvisadora, vai "escorregando para cima", sem tirar as bombachas de sob a casaca, faz bem tudo quanto ao destino passivo lhe mandar fazer. Temos a impressão de que, se quiser poderá ser campeão de judô ou de frevo, domador de pingos ou de povos¹⁴⁰.

Outro aspecto de distinção do *Correio da Manhã* são as críticas observadas quanto ao posicionamento dos Estados Unidos, frente a questão israelo-palestina, ao considerar que o Brasil poderia ter exercido um papel mais efetivo nas Nações Unidas se os Estados Unidos não estivessem preocupados em exercer, a todo o custo, o papel central "no teatro de ações da ONU". Dessa maneira, o jornal entende que os Estados Unidos, em relação à proposta colocada em pauta de voltar atrás na decisão da partilha da Palestina, não poderia ter se sobressaído diante de uma decisão da ONU, que antes disso deveria ter se alinhado às demais chancelarias, assim como fez no momento da aprovação da partilha e conclui com uma metáfora comparando as vedetes e as delegações na ONU, em atuação, como uma grande peça teatral:

[...] Na exibição de uma companhia deve procurar-se sempre a excelência do conjunto da representação; é erro clássico o de lançar uma "vedeta", rodeada de comparsas sem papel, sem atuação, sem aparente mérito. Entretanto, todos querem ser "vedeta" – e muitas companhias soçobram por esse capricho, por essa abstração em relação ao conjunto. É preciso que o mesmo não aconteça na ONU. Só por uma falsa noção de "prestígio" (palavra extremamente perigosa) os Estados Unidos podem querer reservar sempre para si o papel culminante, a parte mais espetacular ou decisiva. Neste caso, é flagrantíssimo o êxito que teria o conjunto se a cena da reconsideração

¹³⁹ MOSAICO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 de dez. de 1947, p. 1.

¹⁴⁰ O ano internacional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 de dez. de 1947, p. 2.

tivesse sido confiada à interpretação cênica do Brasil e dos demais votante da lei decretada pela ONU. Fazemos votos para que seja sem gravidade o inêxito já evidente da cena, derivado da teimosia caprichosa com que a vedeta quis desempenhar o papel principal... País moço, saudável, simpático, falta aos Estados Unidos maquiavelismo, isso é afinal virtude. Mas querer fazer política internacional sem maquiavelismo, é querer tocar valsas de Chopin num piano desafinado. A Inglaterra, se ensinasse o que sabe, poderia fornecer mil exemplos de como aquilo que nos convém deve, sempre que for possível, ser feito aparentemente pelos outros¹⁴¹.

Além disso, o jornal especula sobre os interesses estadunidenses envolvidos por trás deste recuo sobre a partilha da Palestina:

Um telegrama de Washington, expedido a 16 do mês passado, informava que um porta-voz do Escritório Árabe naquela capital confirmara a notícia de que os países da Liga Árabe iam dirigir aos estados unidos uma advertência no sentido de que as concessões petrolíferas no Oriente Médio, seriam canceladas se aquele país continuasse a fazer pressão em favor da partilha da Palestina. Ontem, isto é, vinte e dois dias depois, chegava outra informação de Washington: a delegação norte-americana na ONU, anunciou oficialmente que foi retirado o apoio dos Estados Unidos à partilha da Palestina, aprovada pela Assembleia Geral.¹⁴²

O contexto da proposta da política externa dos Estados Unidos, brevemente explanada no primeiro capítulo, vai de encontro com o editorial do *Jornal do Brasil* sobre os diversos e particulares interesses que regiam a política das grandes potências para a Palestina. O que contribuiu para que uma guerra fosse deflagrada, que milhares de refugiados e deslocados ficassem desamparados perante às leis internacionais e que o mais novo Estado instaurado estabelecesse suas fronteiras em desrespeito às resoluções aprovadas por estes mesmos países no contexto das Nações Unidas.

O *Estado de São Paulo*, por sua vez, foi o que menos apresentou notícias em geral a respeito da questão israelo-palestina e, conseqüentemente, o que menos lançou editoriais sobre o tema. Entretanto, em suas linhas, fica clara a defesa dos ideais liberais, de desenvolvimento social e do capitalismo industrial, inerente à sua posição editorial. Prova disso, são as irrefutáveis defesas da política norte-americana e das decisões das Nações Unidas como órgão supremo das relações entre Estados. Neste contexto, nada mais caberia ao Brasil a não ser obediência às suas orientações.

¹⁴¹ RECONSIDERAÇÕES. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 23 de mar. de 1948.

¹⁴² VINTE e dois dias depois...*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 de mar. de 1948.

Entretanto, exceções são colocadas aos três artigos¹⁴³ de Carlos Lacerda reproduzidos no jornal paulista, os únicos artigos que resultaram de sua viagem ao Oriente Médio, que tratam sobre a causa Palestina.

O primeiro deles data de janeiro de 1948¹⁴⁴ e refere-se à atuação do Brasil nas Nações Unidas. Carlos Lacerda (1948, p. 36-43) reflete a respeito da manifestação dirigida a Oswaldo Aranha “que lhe fizeram alguns judeus, à sua chegada no Rio de Janeiro”. Segundo o jornalista, o embaixador agradecido negou que houvesse influenciado na decisão da questão da Palestina. Carlos Lacerda acredita que o Brasil, assim como o embaixador, tinham boas razões para não influir na decisão, porém considerava que decerto a melhor posição teria sido a da abstenção. Sendo tarde para essa decisão, restava ao Brasil, na visão do jornalista, retificar a posição do governo “através do esclarecimento meticoloso da questão do Oriente Próximo”.

Segundo esse raciocínio, Carlos Lacerda (1948, p. 36) enumera algumas questões que devem ser colocadas em pauta e esclarecidas a respeito do problema da Palestina: a) a partilha da Palestina pode significar a guerra – e esta não será localizada; b) a união entre os Estados Unidos e a União Soviética sobre a partilha da Palestina não significa um entendimento para a paz, mas, precisamente, um entendimento preparatório de guerra; c) não tem o Brasil qualquer possibilidade de influir diretamente na questão discutida na ONU, assim como e por que deveria ele influir com o seu voto, na fomentação desse problema?

Cientes dessas questões, o próximo passo seria a informação. Segundo o autor, a opinião pública no Brasil, de modo geral, estava desinformada sobre o tema, e inclusive os judeus que aqui viviam se sentiam confusos acerca do assunto, isto porque o noticiário, a seu ver, era esparso e unilateral e concentrava-se na recepção de notícias de agências direta ou indiretamente controladas por interesses sionistas, nos Estados Unidos.

¹⁴³ LACERDA, Carlos. O Brasil devia abster-se. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 de jan. de 1948, p. 4; LACERDA, Carlos. Os bombeiros incendiários. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 de jan. de 1948, p. 4; LACERDA, Carlos. Por que o Egito não desistirá. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 de fev. de 1948, p. 4;

¹⁴⁴ LACERDA, Carlos. O Brasil devia abster-se. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 de jan. de 1948, p. 4. Devido ao artigo encontra-se ilegível, os dados aqui apresentados possuem como fonte a sessão de mesmo nome do livro, já citado, de Carlos Lacerda.

A respeito do sionismo¹⁴⁵ nos Estados Unidos, destaca-se nos artigos de Carlos Lacerda os depoimentos de um magnata judeu norte-americano, o Sr. Benjamin H. Freedman, que salientou algumas das razões da defesa do sionismo no discurso do governo norte-americano:

Nova York, Pensilvânia, Illinois, Massachusetts, e a Califórnia representam 151 votos eleitorais – para a escolha do Presidente da República – sobre um total de 531 em todo o país. Nesses Estados está concentrada a esmagadora maioria dos americanos de religião judaica. Nesses Estados os judeus detêm o poder. Os sionistas afirmam “comandar” esses votos.

Já em relação ao interesse russo na questão, e a “aparente” cooperação nas Nações Unidas com a questão da Palestina, são levantadas as seguintes razões:

A Rússia precisa exatamente de uma explosão no mundo árabe. [...] Além de outras vantagens, portanto, a sua participação com os Estados Unidos, nessa partilha, significa o direito de eventualmente enviar tropas russas ao Oriente Médio e ao norte da África, assim como a Ásia – *para fazer cumprir a decisão da ONU...* E tudo isto como um pavio aceso, junto aos campos petrolíferos¹⁴⁶ do Iraque, do Irã, e na rota inglesa do Mediterrâneo (LACERDA, 1948, p. 38).

Diante do complexo contexto que a situação estava envolta, o jornalista e político Carlos Lacerda defendia que o Brasil não deveria se meter nessa questão senão no sentido de cooperar para um entendimento, nunca no sentido de participar de uma decisão injusta (LACERDA, 1948, p. 42).

Lacerda considerava que só havia uma questão mais importante que a Palestina em discussão no momento, a questão do veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Considerando a maneira como o Brasil concedeu visto a judeus que possuíam família radicada no país e que, mesmo assim não concedeu suas entradas, Carlos Lacerda faz uma crítica à falta de coerência da posição brasileira no plano doméstico,

¹⁴⁵ Carlos Lacerda a respeito do sionismo considera que [...] de todos os sofrimentos impostos aos judeus, o sionismo é o maior e menos compensador [...] (LACERDA, Carlos. Laranjas contra gasolinas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 de mar. de 1948, p. 2.

¹⁴⁶ Sobre o interesse “oculto” das grandes potências no petróleo árabe Carlos Lacerda escreveu uma série de cinco artigos todos eles publicados na íntegra no jornal *Correio da Manhã*: O petróleo e a partilha. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 de mar. de 1948, p. 2; PEDE-SE não fumar. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 de mar. de 1948, p. 2; OLEODUTOS, para que vos quero?. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 de mar. de 1948, p. 2; LARANJAS contra gasolinas. *Correio da Manhã*, 19 de mar. de 1948, p. 2; Os interesses norte-americanos no Oriente. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 de mar. de 1948, p. 2;

e por isso questiona como poderia se esperar coerência no plano internacional em relação ao caso da Palestina.

No entanto, na ONU o Brasil tem que votar [se posicionar]. Dentro da órbita americana, seguirá a delegação brasileira o rumo dos Estados Unidos, que apesar da carta de Roosevelt ao rei da Arábia Saudita, insiste na repartição da Palestina. [...] Que poderá responder o Brasil - onde o judeu fica na soleira da porta mesmo depois que o governo telefonou dizendo: "Poder vir?" Se não o queremos aqui, como havemos de obrigar os árabes a quere-lo por lá?"¹⁴⁷

Todo o seu discurso gira em torno da defesa de uma política brasileira realista e pragmática. Carlos Lacerda considera que o voto brasileiro a favor da divisão¹⁴⁸ da Palestina foi uma posição que nada trouxe ao país, a não ser a antipatia dos árabes, mercado promissor aos interesses comerciais do Brasil. Por fim, ele considera que o Brasil foi incoerente devido à falta de informação e de uma opinião pública engajada, resultando na ausência de uma política brasileira para a questão israelo-palestina.

O Estado de São Paulo, já no final do ano de 1948, publica uma série de notícias a respeito da questão imigratória que tanto permeou o Estado brasileiro. Pode-se dizer que foi diante desses editoriais que a sociedade brasileira tomou conhecimento da política utilizada pelo governo, de caráter racista e preconceituoso. Foram ao total cinco publicações sob o título de *A batalha contra imigração*¹⁴⁹ que em tom de espanto denunciam a existência de circulares secretas contra a imigração e em especial contra a imigração judaica, evidenciando um ambiente claramente antissemita presente em uma parcela da sociedade e em algumas direções do governo brasileiro. Os editoriais abordam também a questão dos deslocados na Europa e uma possível assimilação destes em nosso país, porém critica enfaticamente a política adotada pelo Conselho de Imigração e Colonização (CIC), que criou uma comissão de seleção – com o objetivo de selecionar os imigrantes

¹⁴⁷ LACERDA, Carlos. O desfileiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 de set. de 1947. Na tribuna da imprensa, p. 2.

¹⁴⁸ A respeito da partilha da Palestina Carlos Lacerda considera que “[...] o mapa dessa divisão é de morrer de rir [...]” (LACERDA, Carlos. As origens da crise na Palestina I. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 06 de mar. de 1948, p. 2.

¹⁴⁹ A circular secreta contra os judeus. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 de nov. de 1948. A batalha contra a imigração, p. 4; A situação dos deslocados. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01 de dez. de 1948. A batalha contra a imigração, p. 4; O que o estrangeiro não pode fazer. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 de nov. de 1948. A batalha contra a imigração, p. 4; OS deslocados. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 de nov. de 1948. A batalha contra a imigração, p. 4; MUITO próximo dela se encontram. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 de dez. de 1948. A batalha contra a imigração, p. 4;

desejáveis. Apesar das diversas nacionalidades e origens dos deslocados de guerra e do acordo realizado com o Comitê de Refugiados da ONU, que pagaria todos os custos relativos a recolocação destes no território brasileiro, o Brasil não aprovou o acordo. O editorial credita esse fato ao caráter preconceituoso do CIC, que criava cada vez mais empecilhos e requisitos a serem preenchidos pelos deslocados interessados em migrar para o Brasil. O jornal afirma que "não só os racistas e fascistas do Conselho de Imigração se opõem à vinda de estrangeiros para o nosso País, mas também as forças chamadas de esquerda"¹⁵⁰.

Em relação aos impressos das colônias árabe e judaicas no Brasil, o grande destaque está na revista *Aonde Vamos?*, de linha sionista. A revista foi publicada semanalmente de 1946 a 1953, com exemplares de cerca de 40 páginas cada que contemplavam, além de propagandas e anúncios, comunicados das organizações sionistas e judaicas, as últimas resoluções adotadas em congressos e encontros dessas instituições, e posicionamento político a respeito dos últimos acontecimentos na Palestina, abrangendo uma ampla cobertura de todos os fatos que envolviam judeus ao redor do mundo e em especial a causa Palestina, com campanhas de arrecadação de fundos à imigração judaica para Eretz Israel e campanhas de fomento às milícias judaicas¹⁵¹ atuantes no território palestino, em enfática batalha contra os árabes. Acrescenta-se que em todas as edições há uma sessão dedicada às crianças com histórias do povo judeu e quadros de jogos de perguntas e respostas sobre curiosidades da cultura judaica.

A todo o momento a revista enfatizava a responsabilidade do judeu para o estabelecimento do novo Estado e que todas as forças deveriam ser empenhadas no sentido de se fazer valer a decisão da partilha das Nações Unidas.

Constantemente era informada a situação dos deslocados da Segunda Guerra Mundial, que ainda se encontravam em campos de concentração na Europa¹⁵², e através de apelos sentimentais esclareciam aos leitores que ninguém e nenhum Estado, assim como a UNRWA, não poderiam auxiliá-los, ou seja, eles dependiam da ajuda de seus irmãos judeus que deveriam financiar a Haganá para a compra de

¹⁵⁰ Os deslocados. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 de nov. de 1948. A batalha contra a imigração, p. 4.

¹⁵¹ HAGANÁ Campanha Financeira de Emergência. *Aonde Vamos?* Rio de Janeiro, ano VII, nº 243, 08 de jan. de 1948, p. 8.

¹⁵² DOS discursos à realidade. *Aonde Vamos?* Rio de Janeiro, ano VII, nº 246, 29 de jan. de 1948, p. 2.

navios que transportassem os deslocados até um porto seguro na Palestina. A revista colocava sempre o sentido de corresponsabilidade dos judeus residentes no Brasil com o sucesso do Estado de Israel e a sobrevivência de seus “irmãos” na Europa.

Vitoriosa com o estabelecimento do Estado de Israel, a próxima luta da comunidade judaica no Brasil foi direcionada ao reconhecimento *de jure* do Brasil ao novo Estado. A revista *Aonde Vamos?* insistia em 1949¹⁵³ em atribuir a demora neste reconhecimento à pressão dos diplomatas brasileiros pró-árabes, entretanto os documentos da diplomacia brasileira, conforme verificado nos capítulos anteriores, justificam a delonga ao reconhecimento do Estado de Israel, ao não cumprimento deste às resoluções da ONU, em relação ao avanço no território originalmente destinado ao país, à questão dos refugiados palestinos e, sobretudo, ao não respeito das resoluções da ONU quanto aos lugares santos. Esta última questão foi adotada pelo Brasil em apoio à política do Vaticano.

Percebemos que o tom de militância é frequente em todos os editoriais da revista e demonstra, mais uma vez, o empenho e força que o sionismo dedicou a mais esse instrumento de luta. É também surpreendente a quantidade de notícias a respeito da guerra árabe-israelense e da política internacional sobre a questão da Palestina, rica em detalhes e informações que se equiparam aos grandes jornais impressos, com exceção de que na revista *Aonde Vamos?* temos a certeza da contemplação de apenas um lado, considerando que além de ser uma revista declaradamente sionista, todas as notícias são oriundas de agências judaicas, enquanto a imparcialidade dos jornais nem sempre é nítida.

3.3. *Questões árabe, judaica e o Brasil: diplomacia e política*

Nas sessões anteriores verificamos o momento histórico que o Brasil vivenciou: de instabilidade política, revoluções, ditadura e golpes; a construção de uma política nacional desenvolvimentista com políticas imigratórias restritivas; a projeção do Brasil no cenário internacional; assim como o drama vivido pela comunidade judaica internacional e seus impactos na política doméstica; a complexidade que a identidade

¹⁵³ *Aonde Vamos?*, n° 299, 3 de fevereiro de 1949, p. 1.

síria e libanesa está envolta, assim como os diferenciais do perfil do imigrante judeu e árabe para o Brasil. A conjunção de todos estes fatores, diante do apresentado até o momento nos leva a algumas questões: houve no Brasil uma questão judaica? Houve uma questão árabe? Como ambas colônias presentes no Brasil se posicionaram? Esses são alguns dos questionamentos a serem apurados na presente sessão.

Jefrey Lesser (1995, p. 21-23) considera que os imigrantes judaicos no Brasil se tornaram um desafio à sociedade na década de 1930. Isso porque muitos dos intelectuais e formuladores políticos brasileiros classificavam os judeus na categoria dos imigrantes indesejáveis apesar de considerarem que estes possuíam um relacionamento especial com o poder econômico e que dessa forma poderiam auxiliar o Brasil no seu desenvolvimento industrial. Nesse sentido, a elite política brasileira que ao mesmo tempo considerava os judeus como uma “raça não-europeia” desejava criar no Brasil uma sociedade industrialmente desenvolvida espelhando-se nos moldes dos Estados Unidos e da Alemanha.

No Brasil, ainda segundo o autor (1995, p. 23), o antissemitismo era destinado a judeus “imaginários” que se supunham ser simultaneamente comunistas e capitalistas. Como ameaça à ordem nacional, eram classificados por seu baixo grau de assimilação na sociedade brasileira e também ao fato de não serem facilmente distinguidos fisicamente e de não se submeterem a qualquer ofício, como nos lembra Eva Blay (2013), fatores que fomentavam a desconfiança por parte do governo e um preconceito “velado” por parte da sociedade. Apesar disto, Jefrey Lesser observa que os judeus “reais” – fossem eles refugiados, apátridas ou imigrantes – em geral pouco enfrentaram obstáculos, sejam de ordem estrutural ou cotidiana, para atingir metas tanto sociais quanto econômicas. Dessa maneira, o judeu “imaginado”, não o “real”, era considerado o verdadeiro perigo (COHEN, 1982, p. 242, *apud* LESSER, 1995, p. 24).

Se por um lado a combinação de nacionalismo e racismo levava os líderes políticos e intelectuais brasileiros a criar uma Questão Judaica, a habilidade do regime Vargas em utilizar o discurso nacionalista para atingir metas políticas de curto prazo com frequência conduzia a manifestações de nativismo por parte de políticos estaduais que representavam um eleitorado de classe média urbana, socialmente conservador e que incluía membros das burocracias governamental e militar, do clero e trabalhadores de colarinho branco. O nativismo brasileiro nas décadas de 1930 e 1940 não era muito diferente do mesmo fenômeno que vinha ocorrendo por toda a América. Aqueles

considerados como apresentando obediências ou interesses externos a uma certa “brasilidade” [...] vagamente definida representavam um perigo para a sociedade e seus cidadãos (LESSER, 1995, p. 24).

Tais fatos sugerem a existência de uma Questão Judaica no Brasil da década de 1930-1940, porém sem a mesma formulação e aplicação existente tanto nos Estados Unidos, quanto na Argentina (LESSER, 1995).

Para compreender o porquê do comportamento governamental é interessante observar que parcelas do governo associavam os conceitos de desenvolvimento e etnia e, dessa maneira, a industrialização tão desejada estava diretamente relacionada com questões culturais. Esse componente cultural foi amplamente discutido na sociedade brasileira e diversos setores da sociedade se mostravam preocupados com a entrada indiscriminada de imigrantes, resultado de políticas de incentivo à imigração europeia realizadas nas décadas de 1870 e 1880. Entre eles estava a emergente classe média urbana e a classe operária, as quais visualizavam os imigrantes como concorrentes na disputa por educação, empregos e posição social (TOPIK, 1978 *apud* LESSER, 1995, p. 29).

Em suma o grande debate em que os imigrantes judeus estavam envoltos era sobre a maneira de se lidar com imigrantes considerados simultaneamente economicamente desejáveis e culturalmente indesejáveis. Guilherme de Almeida traduz claramente o sentimento tomado pela sociedade brasileira sobre os judeus em crônica para o jornal paulista *O Estado de São Paulo* através de uma metáfora com base no calendário católico da Quarta-feira Santa:

Quarta-feira de Trevas, senti subitamente essa verdade de calendário, quando o automóvel atravessou uma nuvem suja, quase compacta, que subiu dos trilhos para a ponte de ferro marrom da Estação da Luz. [...].

Quando a nuvem suja se esgarçou toda, puxada por um vento quente e horizontal, já começava a tremer na tarde escura o fim da rua José Paulino. Baixa, cumprida e cheia. De todos os lados, casas de roupas feitas, casas de móveis e pelérias. Como eu venho do centro, os seres que rodam pelas calçadas, de volta do trabalho, e que vão no mesmo sentido em que vou, não tem caras para mim: tem só costas. [...]. Mas uma só, entre aquelas mil costas, me prende logo a curiosidade e me arrasta os olhos. É negra, amplamente negra: uma sobrecasaca esvoaçante entre uma chapelão pretíssimo e duas botinas pretíssimas.

- Siga esse homem!

E o carro passou rente da sobrecasaca larga [...], logo depois, vista de frente. Cara a cara com a primeira cara do “Gheto” paulistano. Cara? Barba: barba e nariz. O primeiro judeu. [...]. Não via ninguém. Ninguém, o via. lá: apenas ia. [...]. E atrás dele, e na frente dele, e ao

lado dele, e com ele, e como ele iam outros e outros panos pretos: iam, apenas iam, mas iam sempre, como uma porção de destinos. [...]. Povo de Israel escorrendo entre as alas de casas da rua José Paulino [...].

Enquanto vou subindo devagar a rua Capitão Matarazzo, vai descendo devagar um homem de avental branco, apregoando aos gritos os doces incompreensíveis do seu tabuleiro,

- O senhor é russo?

- Nada. Estou no Brasil, sou brasileiro.

- E esses doces: são polacos, alemães ou italianos?

- Nada. Feitos no Brasil são brasileiros.

Inútil discutir. A pátria é isso: onde a gente está.

Psiu!

Calou-se, parou tudo para ver como é que a noite vem. Tudo: a vida da rua, o ar, o motor do automóvel na porta da sinagoga.

Psiu! Silêncio! A sinagoga!

[...] ... Então, um medo covarde, esse pavor do sacrifício começa a entrar em mim: começo, de repente, a temer o Javé tempestuoso e terrível do cume do Sinai, todo coroado de relâmpagos, desencadeador colérico de pestes; começo a temer, de repente [...].

Tabou! Tabou! Saio, espavorido, debaixo de Calvario: rolos de fuligem sob uma lua quebrada. [...] (ALMEIDA, 1929, p. 4)¹⁵⁴.

A crônica de Guilherme de Almeida é sinuosa, parece inicialmente orientada para captar de forma pitoresca a diversidade dos habitantes do Bom Retiro, mas as cores dão o tom. A nuvem é suja, as sobrecasas e chapéus são pretos, os tipos estranhos, com suas barbas e narizes judaicos. O cronista, mesmo estando protegido em um automóvel foge espavorido do bairro, remetendo seu passeio a tenebrosas situações bíblicas. A nuvem que quebra a lua é um rolo de fuligem. Pode-se dizer que para o poeta cronista há algo sujo no Bom Retiro.

O fortalecimento do sentimento antissemita entre os detentores de cargos governamentais, como o caso de Oswaldo Aranha – que acreditava que o comunismo estava prejudicando os Estados Unidos – era efeito do “judaísmo que criava e mantinha esse ambiente, capaz de mandar essa civilização para o abismo”¹⁵⁵ e colidia com duas questões desafiadoras para as posições nacionalista e antissemita. Primeiro que em meados da década de 1930, os judeus estavam buscando cada vez mais fugir da Europa e as organizações de ajuda começavam agora a encaminhar refugiados para cá. Além disso, tanto o governo britânico quanto o norte-americano solicitaram ao Brasil um tratamento especial à “Questão Judaica”, o que colocava o

¹⁵⁴ IV O Ghettho. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 31 de mar. de 1929. Cosmopolis, p. 4. Este texto foi escrito por Guilherme de Andrade de Almeida (1890-1969), advogado, jornalista e poeta, participou da Revolução Constitucionalista de 1932, sendo exilado para Portugal.

¹⁵⁵ CPDOC – Rio de Janeiro, Arquivo Oswaldo Aranha. Oswaldo Aranha, de Washington, para Getúlio Vargas, 19 de mai. de 1937.

país em uma situação delicada no exterior, apesar da restrição à imigração judaica ser politicamente conveniente no âmbito doméstico.

Com Oswaldo Aranha na chefia da pasta das Relações Exteriores, em 1938, a “Questão Judaica” foi percebida como um mecanismo viável para o fortalecimento das relações com os Estados Unidos. Assim, após um ano da criação de leis imigratórias restritivas que tinham limitado a imigração judaica ao seu menor nível em mais de uma década, um novo relacionamento com os Estados Unidos e a mudança no estereótipo dos judeus possibilitaram ao governo visualizar o refugiado judeu positivamente como um instrumento no jogo de uma política internacional (LESSER, 1995, p. 161). Veio à tona para as autoridades brasileiras um estereótipo no qual já se acreditava: que o poder e a riqueza judaica internacional existiam e estavam comprometidos com a ajuda aos refugiados; assim, os estereótipos antisemitas eram questionados em suas cabeças (LESSER, 1995, p. 222).

A partir de então, a política imigratória no Brasil e a relação com a imigração judaica passariam a ser cuidadosamente analisadas para que, de maneira alguma, deixassem causar uma péssima impressão para a opinião pública nos Estados Unidos. Ademais, o posicionamento brasileiro não poderia constituir “argumento favorável para a campanha de que o Brasil está ligado à Alemanha, algo contra o qual estamos lutando aqui (nos Estados Unidos)”.¹⁵⁶

Dessa maneira, no decorrer de 1938, o Brasil cedeu à pressão norte-americana, que deixava claro o interesse na “questão dos imigrantes judeus no Brasil, com referência especial à [...] questão dos esforços que estão sendo empreendidos pelas agências judaicas externas para convencer o governo brasileiro a permitir ao menos que alguns imigrantes judeus que estão ilegalmente no país permaneçam”¹⁵⁷.

Mais tarde algumas práticas imigratórias seriam deflagradas nos impressos nacionais, como foi o caso de uma notícia publicada em 1948, n’*O Estado de São Paulo*:

O dinheiro, a propina era o passaporte para os cidadãos de origem israelita entrarem em nosso País. O Estado Novo fechava as portas a todos os israelitas pobres, mas os que possuíam algum capital transferível podiam com certa habilidade penetrar ao País. [...]

¹⁵⁶ AHI Rio de Janeiro, Ofício Recebido nº 612, de Aranha para Pimentel Brandão, 02 de dez. de 1937.

¹⁵⁷ Caffery para Hull, “Jewish Residents in Brazil”, 8 de mar. de 1938, 832.55/138, NARC-W *apud* LESSER, 1995, p. 186. (Jefferson Caffery foi embaixador dos Estados Unidos no Brasil durante o período de 1937-1944, enquanto Cordell Hull foi Secretário de Estado (1933-1944), durante o governo de Roosevelt).

Esperava-se que o Brasil liberto das influências nefastas do Estado Novo desse início a uma política imigratória mais liberal. Isso não aconteceu [...].¹⁵⁸

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro se deparou com uma forte pressão internacional para a aceitação de refugiados, principalmente demandada pelos Estados Unidos com o suporte de organizações judaicas sionistas, que possuíam base já consolidada nas principais capitais brasileiras e, sobretudo, na capital federal, o Rio de Janeiro, as quais estavam atentas às necessidades de sua colônia.

Fortalecida pela quantidade e relativo sucesso dos imigrantes judeus que chegaram após a Primeira Guerra Mundial, a comunidade judaica brasileira foi erguida em torno de uma rede de instituições engajadas em diversas áreas: comunitário, social, saúde, econômico e político. Resultado do perfil imigratório encontrado na imigração judaica de caráter permanente. Considerando que seu futuro estava no Brasil, existia a necessidade de se criar e estabelecer os vínculos necessários para uma vivência semelhante aos seus países de origem.

Além disso, constatou-se que, com a participação do Brasil na guerra, muitos jovens judeus entraram para as forças armadas brasileiras, enquanto outros faziam contribuições em dinheiro para organizações brasileiras de assistência. O jornal *Correio da Manhã* noticiou que judeus brasileiros e refugiados judeus haviam comparecido a uma cerimônia religiosa especial na Associação Religiosa Israelita do Rio de Janeiro e, em agradecimento ao Presidente Getúlio Vargas, pediram que:

[...] o Presidente os chame e disponha de suas forças, onde e como quiser determinar. Não mais temem, que a Nação justa e nobre do Brasil os confunda com os seus próprios inimigos, e só têm um único desejo: a permissão, que ao lado de todos os brasileiros, sob a liderança do chefe da Nação, possam prestar os seus serviços pelo Brasil, pelos aliados e assim por Deus, declarou o rabino.¹⁵⁹

Um grande diferencial apontado na colônia judaica no Brasil foi a criação de instituições patrocinadas pela JCA no Brasil, que asseguraram à comunidade bases sociais e religiosas essenciais para a manutenção das tradições judaicas e a defesa de seus interesses.

¹⁵⁸ A batalha contra a imigração. VII Antissemitismo e xenofobia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 de nov. de 1948, p. 2.

¹⁵⁹ A gratidão dos israelitas ao Presidente da República. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 05 de set. de 1942, p. 1.

É importante ressaltar que a JCA gozava de amplo apoio diplomático do governo britânico, interessado em assegurar que a comunidade judaica russa que emigrava iria se assentar fora do Reino Unido. Além disso, no Brasil, alguns dos mais poderosos membros da diretoria da JCA eram também grandes investidores na economia brasileira. Dessa forma, a instituição prestava assistência legítima aos refugiados mesmo quando representava interesses estrangeiros no Brasil (LESSER, 1995, p. 41).

Em 1942 podemos encontrar um exemplo da iniciativa judaica de investimento político junto ao governo brasileiro: Assis Chateaubriand, em campanha pelo desenvolvimento nacional, foi agraciado com o empenho da comunidade judaica em colaborar com sua campanha de incentivo às forças aéreas brasileiras. Os líderes sionistas, encarregados do trabalho de arrecadação, receberam das comunidades de São Paulo e do Rio de Janeiro as principais contribuições. O industrial Wolf K. Klabin foi um colaborador essencial para a campanha, que angariou no total cinco aviões ao Brasil,

[...] com sua doação os israelitas do Brasil queriam testemunhar a sua gratidão ao país que tem sido refúgio e porto seguro das vítimas de injustiças sociais, perseguições religiosas, políticas e raciais, nos termos do pergaminho então entregue ao Presidente Vargas [...], no dia 22 de dezembro de 1942 (MALAMUD, 1983, p. 37).

A presença judaica no Brasil, de forma institucionalizada, foi um forte instrumento de pressão ao governo brasileiro que, através de manifestações, encontros e pronunciamentos, defendiam a causa judaica e demandavam seus interesses em prol do Estado de Israel.

Manifestações públicas também eram realizadas com frequência, como ocorreu em outubro de 1945, no Rio de Janeiro, onde a Organização Sionista do Brasil, no salão nobre do Automóvel Club do Brasil, reuniu mais de cinco mil pessoas que teve como oradores não-judeus o sociólogo Gilberto Freyre, o Senador Hamilton Nogueira (UDN) e o intelectual brasileiro, reitor na Universidade do Brasil¹⁶⁰, Inácio Azevedo do Amaral, em manifesto em prol da causa sionista pleiteavam entre outras questões:

¹⁶⁰ A Universidade do Brasil, com a reforma universitária iniciada em 1965, transformou-se na Universidade Federal do Rio de Janeiro (CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/UniversidadeBrasil>. Acesso em 20 de novembro de 2015.

[...] o afastamento de todos os empecilhos que possam se opor à independência política do povo judeu, tais como a limitação de seus direitos sobre Eretz Israel e as consequências desastrosas do Livro Branco que impede a livre imigração judaica para a Terra Prometida. [...] (MALAMUD, 1992, p. 241).

Instrumentos de alcance nacional eram frequentemente usados, como foi o caso dos discursos proferidos nas Rádios Guanabara e Nacional em 19 de outubro de 1945 em nome da Organização Sionista do Brasil em defesa da livre imigração judaica para a Palestina.

Em 1946, 1.486 judeus entraram no Brasil, esse número representa mais de 10% de todos os imigrantes que ingressaram no país. E mesmo assim, segundo defende Jeffrey Lesser (1995, p. 300-310), a “Questão Judaica” ainda se fazia presente, especialmente no âmbito do CIC, que possuía em seu quadro de funcionários simpatizantes do fascismo, que buscavam na imigração uma ferramenta para o ‘branqueamento’ do Brasil.

Outros autores, como Maria Luiza Tucci Carneiro¹⁶¹, defendem de maneira ainda mais enfática que Jeffrey Lesser (1995), a existência de uma questão judaica enraizada na sociedade brasileira. Lesser, entretanto, pondera que os imigrantes “reais” pouco sentiram esse ambiente hostil e assim não obtiveram grandes dificuldades em prosperar socialmente e economicamente no Brasil.

Diante de tais ponderações e de acordo com os documentos e dados levantados acreditamos que, mais que uma questão judaica, o Brasil vivenciou, de fato, uma questão imigratória, permeada por questões raciais, étnicas e preconceituosas, baseadas em teorias que relacionavam diretamente desenvolvimento com etnia, e que creditavam ao ‘homem branco’ e europeu as características desejáveis.

¹⁶¹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Cidadão do mundo. O Brasil diante da questão dos refugiados judeus (1933-1945). Tese (Livre-docência). São Paulo: FFLCH/USP, 2001; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Preconceito racial no Brasil colônia: os cristãos-novos e mitos da pureza de sangue. São Paulo: Perspectiva, 2005; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Brasil, um refúgio nos trópicos: a trajetória dos refugiados do nazi-fascismo. São Paulo: Estação Liberdade, 1996; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O veneno da serpente: reflexões sobre o antissemitismo no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2003; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O antissemitismo na Era Vargas: fantasma de uma geração (1930-1945). São Paulo: Perspectiva, 2001; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (Org.) A imprensa confiscada pelo DEOPS, 1924-1954. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003; Segundo Leonardo Senkman (2000, p. 116), o livro *O antissemitismo na Era Vargas* foi o primeiro estudo acadêmico que ressalta o papel de Oswaldo Aranha na autorização das circulares secretas do Itamaraty contra o ingresso de refugiados judeus perseguidos pelo nazismo no Brasil durante o Estado Novo.

Pensando dessa maneira, não só houve no Brasil uma questão judaica, como uma questão sírio-libanesa, uma questão asiática e uma questão africana, ou seja, acreditamos que houve, sobretudo no Brasil, assim como em outros países, uma questão imigratória, subsidiada por leis de restrição ao imigrante, teses étnicas e fatores internacionais. Assim, a questão judaica não foi exclusividade do Brasil. Os judeus estavam envoltos em algo muito maior, um movimento internacional de repulsa e preconceito, ao qual a comunidade judaica soube responder politicamente através do movimento sionista que conseguiu, da sua maneira, lutar pela defesa dos judeus, seja lá onde estes estivessem. É significativa a maneira como a comunidade judaica no Brasil soube e conseguiu manter suas tradições e união mesmo distante da terra natal. Dificuldades como a língua, a cultura, a comida e a religião, foram atravessadas com sabedoria e persistência, utilizando-se das instituições aqui instaladas como principal instrumento de unidade.

Instrumentos estes que a comunidade síria e libanesa não dispôs nas mesmas condições. As diversas características culturais do imigrante árabe prevaleceram sobre o grupo e se dispersaram na nova pátria, impossibilitando uma liderança comum a todos naquele momento.

Através destas considerações percebemos que as vozes da colônia judaica e das lideranças sionistas foram as que sobressaltaram aos nossos ouvidos, ressoando como verdadeiros grupos de pressão no interior da sociedade brasileira. As vozes judaicas foram as únicas que souberam se fazer ouvidas.

3.4. As vozes da colônia: a formação de grupos de pressão

Às vésperas da Conferência de São Francisco, em abril de 1945, foi enviada uma carta endereçada ao então Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, que, baseando-se na “tradição de liberdade e igualdade de nossa Pátria e da proteção decidida de sempre, [que] em nome da razão e da justiça, proporcionou a todos os habitantes do país”, solicitava, em nome dos judeus do Brasil, ao chefe da delegação do Brasil na Conferência, que apoiasse, entre outras, as seguintes proposições: a) que o povo judeu tenha voz e voto nos congressos internacionais; b) a livre imigração para a Palestina sob a direção e controle da Jewish Agency for Palestine; c) a restauração da Palestina como um Estado Judaico; d) a garantia dos direitos humanos

aos judeus em todos os países; e) a recepcionar em São Francisco a representação judaica da Jewish Agency e do World Jewish Congress para esclarecimentos à delegação brasileira (MALAMUD, 1992, p. 61).

Com uma comunidade ativa e politicamente engajada em sua defesa, não foi surpresa a manifestação enfática da comunidade judaica e de seus líderes quando um diplomata brasileiro assumiu a presidência da Assembleia das Nações Unidas, que decidiria sobre o futuro do tão sonhado Estado Judeu.

Para uma mobilização ainda mais efetiva os líderes sionistas investiram na criação de um Comitê Cristão Brasileiro Pró-Palestina, com o professor Inácio Azevedo do Amaral como presidente e o Senador Hamilton Nogueira como vice-presidente. Entre seus membros estavam Euryalo Canabrava, Antônio Augusto Xavier, Tito Lívio Sant'Ana, Leão Padilha¹⁶², José Lins do Rego, o deputado Romeu de Campos Vergal (PSP)¹⁶³, Eloi Pontes, Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça, Murilo Marroquim, Antônio Vieira de Melo, Heitor Muniz, Austregésilo de Athayde, R. Magalhães Júnior, Flora Possolo, Maria Luiza Azevedo Cruz e Levy Neves – nomes que mostram a capacidade da comunidade judaica de arregimentar aliados. A campanha do comitê consistia em apelos telegráficos dirigidos aos governos das grandes potências e ao governo brasileiro, para que insistissem em uma solução favorável à causa judaica e para a realização de pronunciamentos públicos a fim de mobilizar reivindicações de apoio. A comissão também ficou responsável por editar e distribuir material de esclarecimento aos dirigentes políticos do país, meios culturais e estudantis, além de fornecer à imprensa nacional informações e comentários da Agência Judaica (MALAMUD, 1983, p. 50).

A partir de 1945 o Brasil foi destino de enviados políticos da Organização Sionista Mundial e do Congresso Judaico Mundial, além de membros de entidades filantrópicas como Hias e Joint. Delegados de quase todos os partidos sionistas vinham ao Brasil com o intuito de angariar fundos, assim como para mobilizar adeptos ao estabelecimento do Lar Judaico na Palestina.

A causa também recebeu o apoio de importantes figuras políticas. No dia 9 de julho de 1946, na Assembleia Nacional Constituinte, o Senador Hamilton Nogueira discursou longamente sobre o problema judaico, enaltecendo a contribuição judaica

¹⁶² Secretário do Comitê Cristão Pró-Palestina, jornalista e redator dos jornais O Dia e A Notícia, e diretor da revista judaica Aonde Vamos? (MALAMUD, 1983, p. 58).

¹⁶³ Líder da Câmara dos Deputados no período de 1946-1950.

na ciência e cultura geral e defendendo que os judeus são, além de um povo, uma raça que nunca perdeu a sua identidade e por isso teriam direito à autodeterminação em sua terra histórica, a Palestina. O senador condenou o antissemitismo disseminado pelo nazismo durante a Segunda Guerra Mundial e creditou à comunidade internacional o peso da defesa de uma pátria judaica na Palestina (MALAMUD, 1983, p. 50; BRASIL, 1946, p. 3417).¹⁶⁴

Em 26 de abril de 1946 reuniu-se em Lake Success a Assembleia Geral Extraordinária das Nações Unidas. Em sua pauta constava a eleição para a presidência da Assembleia. Os rumores da possível eleição de Oswaldo Aranha agitaram os ânimos e incentivaram discursos como o do Senador Hamilton Nogueira em nome da Comissão Pró-Palestina:

A indicação desse ilustre brasileiro representa para nós a retomada da direção tradicional e clássica do Brasil na política internacional, sempre presente para resolver os grandes problemas humanos como a defesa da liberdade, da justiça e dos direitos individuais e coletivos. [...] Cumpre-nos dizer que o Brasil não se pode furtar ao problema da Palestina porque em todas as épocas o nosso país esteve na defesa do povo de Israel. [...] Como cristãos e católicos reivindicaremos o direito dos judeus na Palestina. É como cristãos e católicos que queremos acolher e ver acolhida essa população que sofre, [...], é nesse sentido que o Senado faz um apelo a S. Ex.^a o Sr. Ministro das Relações Exteriores, homem de larga visão, [...] saberá representar o pensamento do Brasil no atual momento histórico que o mundo atravessa (MALAMUD, 1983, p. 54).

No mesmo dia *O Jornal do Brasil* reproduzia trechos desse mesmo discurso e salientava que o Senador fez votos de que Oswaldo Aranha seja escolhido para a presidência da Assembleia Geral da ONU, ressaltando suas qualidades como diplomata e distribuindo elogios também ao chanceler Raul Fernandes.¹⁶⁵

No dia 28 de abril de 1947, Oswaldo Aranha foi eleito presidente da Assembleia das Nações Unidas responsável por discutir a questão Palestina. Enquanto isso, no Brasil, os jornais noticiavam:

¹⁶⁴ Discurso proferido na Assembleia Constituinte pelo Senador Hamilton Nogueira (UDN/DF) em 09 de julho de 1946, que teve como aparteantes os senadores Deoclécio Duarte e Nestor Duarte, publicado no DANC em 10 de julho de 1946, p. 3417.

¹⁶⁵ No Senado Federal. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 de abr. de 1947, p. 6; Referência ao mesmo episódio também são encontradas nas seguintes notícias: SENADO Federal. *Folha da Manhã*, São Paulo, 26 de abr. de 1947. Notícias de Política, p. 6; A questão da Palestina. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de abr. de 1947. O que houve no Senado, p. 12; O momento político. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 de abr. de 1947, p. 3.

Entusiásticas e prolongadas aclamações saudaram a vitória do dr. Osvaldo Aranha. No seu discurso de abertura como presidente da Assembleia Geral declarou, entre outras coisas, o seguinte: "Todas as forças da terra estão aqui reunidas. [...] Somos a expressão das mais altas aspirações da solidariedade humana e da paz. Não podemos exagerar a importância do problema que se nos apresenta. Não podemos também, permitir que a confusão continue e as Nações Unidas devem encontrar uma solução para os conflitos do mundo." [...] Soube-se essa tarde que a Agência Judaica entregou ao sr. Osvaldo Aranha, um pedido oficial de representação na Assembleia Geral. Um porta-voz da Agência Judaica declarou: "O Conselho Executivo da Agência Judaica da Palestina exigirá que sua delegação participe dos trabalhos da Assembleia Geral"¹⁶⁶

Os jornais frequentemente noticiavam a chegada ao Brasil de dirigentes de organizações judaicas¹⁶⁷, além de manifestações de políticos brasileiros em prol da instalação de um Estado Judeu na Palestina¹⁶⁸. Algumas dessas visitas resultavam

¹⁶⁶ SR. Osvaldo Aranha foi eleito presidente da Assembleia da ONU. Inaugurada ontem a sessão extraordinária para a solução da Palestina - Discurso do representante brasileiro. *Folha da Manhã*, São Paulo, 29 de abr. de 1947, p. 3. Referência ao mesmo episódio também são encontradas nas seguintes notícias: INSTALOU-SE em sessão especial a Assembleia das Nações Unidas. Eleito para a presidência o sr. Oswaldo Aranha; será discutido o problema da Palestina. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de abr. de 1947, p. 1; INSTALAÇÃO da sessão especial da Assembleia geral da ONU. Sob a presidência do delegado do Brasil, Sr. Osvaldo Aranha, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas deu início aos trabalhos atinentes ao problema da Palestina - A pretensão dos Estados Árabes em incluir na ordem do dia o caso do mandato britânico na Palestina e a independência desse país terá a oposição dos países latino americanos - A pedido do delegado soviético, foi adiada para amanhã a reunião do Conselho de Iniciativa. Protesto Francês na comissão de tutela da ONU. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29 de abr. de 1947, p. 1.

¹⁶⁷ NO Rio, um diretor de "La Nación". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 de abr. de 1947, p. 1. "Declarou o Sr. Alberto Gerchunoff que aqui se encontra para entrar em contato com intelectuais brasileiros no sentido de ser dado apoio ao problema judaico na Palestina. Segundo o jornalista argentino, o povo judeu merece que os intelectuais brasileiros auxiliem na obtenção do seu lar nacional."; É importante notar que Alberto Gerchunoff foi considerado pelo governo brasileiro hóspede oficial, tendo um encontro de duas horas com o Ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes. Além disso, recebeu homenagens da Academia Brasileira de Letras, e recebeu em sua homenagem um almoço oferecido pela Associação Brasileira de Imprensa, com a presença de J. E. Macedo Soares, Costa Rego Edmundo da Luz Pinto, Augusto Frederico Schmidt, Francisco de Assis Barbosa, Bento Almeida, João Melo, Jarbas de Carvalho, Samuel Wainer, Lopes Gonçalves, Bastos Tigre, Gastão de Carvalho, Guerra Fontes e Herbert Moses (MALAMUD, 1983, p. 54-55); CHEGOU, domingo, procedente de Montevidéu, Mayer Sesling, delegado da Federação Geral dos Trabalhadores Judeus da Palestina. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de abr. de 1947. Viajantes, p. 3;

¹⁶⁸ O Brasil e os Judeus da Palestina. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29 de abr. de 1947, O Momento político, p. 3. Neste artigo o jornal relata que uma comissão de parlamentares e deputados formada por: Aureliano Leite, Horacio Lafer, Altino Arantes, Campos Vergal, Hermes Lima e Gurgel Amaral esteve em audiência com o Chanceler Raul Fernandes, em vista de solicitar que os diplomatas brasileiros se empenhem na defesa dos interesses judeus na Palestina; EM São Paulo o emissário do Fundo Agrário Judaico. Declarações feitas pelo sr. Josef Krelenboim: Criação de uma zona na Palestina com o nome de Brasil. *Folha da Manhã*, São Paulo, 03 de jun. de 1947, p. 1. Ressalta-se deste artigo a declaração do Sr. Josef Krelenboim: "Não quero deixar de prestar justas e sinceras homenagens a Osvaldo Aranha, ex-ministro do Exterior do Brasil, que como presidente da sessão extraordinária da ONU, para tratar da questão da Palestina [...], agiu com o máximo critério de justiça e ponderando, deixando antever as possibilidades de solução favorável do importante problema da criação do Lar Nacional Judaico, que interessam a todos os povos [...] Quero externar a nossa gratidão ao Brasil, pois os israelitas recebem evidentemente com grande satisfação as manifestações de solidariedade

no envio de telegramas assinados por personalidades da política nacional e intelectuais, como foi o caso da correspondência endereçada ao Embaixador Oswaldo Aranha na ONU que tratava da questão nos seguintes termos:

Profundamente satisfeitos pela sua atitude em face do problema da Palestina, confiamos como brasileiros e americanos, em que o povo israelita encontrará a justiça a que tem direito e que a humanidade lhe deve.¹⁶⁹

No início de julho de 1947 Nahum Goldman, presidente do Congresso Judaico Mundial, visitou o Brasil. Segundo Samuel Malamud (1983, p. 55), Nahum Goldman esteve em reunião com o Ministro Raul Fernandes e com o Embaixador Oswaldo Aranha, que se encontrava de férias no Rio de Janeiro – no intervalo das duas assembleias gerais da ONU. Nesse encontro, Goldman abordou o problema da partilha da Palestina e pleiteou o apoio do Brasil à causa judaica. O encontro com Oswaldo Aranha teria girado em torno da tese de um Estado binacional, a qual era sugerida por alguns grupos judeus e árabes de esquerda.

No mesmo mês de julho de 1947, o Brasil recebeu a primeira delegação que se teve notícia que, em nome da Liga Árabe, enviou líderes ao Brasil em busca de apoio contra a decisão da partilha da Palestina. O emissário Ahmad Hassam Mattar,

humana dos povos democráticos [...] Dois motivos me trazem ao Brasil: transmitir ao povo brasileiro a saudação cordial dos judeus da Terra Santa e obter dos meu correligionários e simpatizantes do ideal de formação do Lar Nacional Judaico recursos para fomentar a colonização na Palestina, através da aquisição de novas globas"; A criação do "Lar Nacional Judaico". *Folha da Manhã*, São Paulo, 05 de jun. de 1947, p. 7. Este artigo diz respeito a visita ao Rio de Janeiro de Moshe Gross Zimmermann, jornalista internacional, colaborador de vários jornais israelitas (Berlín, Nova York, Paris, Londres, Varsóvia), destaca-se sua entrevista: "Sou um soldado do pacífico exército sionista (...) em prol da justiça ao Povo de Israel, para restituir-lhe a pátria, depois de dois mil anos de dispersão pelo mundo [...] Não chegamos a Eretz Israel como conquistadores, mas como trabalhadores pioneiros, lavrando a terra, conquistando o deserto e estabelecendo o conforto e o progresso"; ESTÁ em São Paulo um emissário da Federação Sefardim Mundial. Declarações feitas pelo Sr. Elias Castel à reportagem da *Folha da Manhã*. *Folha da Manhã*, São Paulo, 11 de jun. de 1947, p. 3. O Sr. Elias Castel foi um advogado e jornalista hebreu, de origem sefardita (judeus descendentes de Portugal e Espanha) e realizou no Rio de Janeiro a conferência: A emancipação do povo judeu na Terra de Israel; CHEGOU ontem ao Rio uma líder judaica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 de set. de 1947, p. 2; AINDA hoje crianças judias vivem em campos de concentração. Empenha-se a Wizo em conduzi-las para a Palestina. *Folha da Noite*, São Paulo, 21 de jan. de 1948, p. 20. Aqui trata-se da visita da Sra. Malkal Welberg, delegada da "Wizo" mundial que veio ao Brasil desenvolver conferências e o trabalho de esclarecimento e propaganda em favor de sua organização que trata dedicada a imigração de mulheres e crianças judias que vivem na Europa para a Palestina; EM Belém um rabino. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 de nov. de 1947, p. 12.

¹⁶⁹ Telegrama enviado a Oswaldo Aranha, assinado pelo jornalista argentino, Alberto Gerchunoff, e intelectuais brasileiros; O problema da Palestina. *Folha da Manhã*, São Paulo, 07 de mai. de 1947, p. 1.

por exemplo, veio em nome do Grão-Mufti de Jerusalém, um dos táticos da política árabe contra o movimento sionista (MALAMUD, 1983, p. 56).

Em fins de agosto de 1947, foi realizado na cidade de Petrópolis a Conferência Interamericana dos Ministros das Relações Exteriores. A concentração de diplomatas de diversos países motivou a vinda de membros das Comissões Cristãs Pró-Palestina de diversos países, além de líderes sionistas, o que resultou em uma carta e um memorando em defesa dos interesses judeus, que foram entregues aos chefes das delegações à reunião em Petrópolis¹⁷⁰.

Em setembro do mesmo ano, outra delegação árabe teria como destino o Brasil, segundo informações do jornal *Folha da Manhã*, de 29 de setembro de 1947:

Encontra-se em São Paulo, devendo visitar depois vários países da América Latina, uma delegação constituída pelos Srs. Nasri Maluf, Taufik Yazigi e Akram Zuayter, representantes oficiais dos povos árabes da Síria, Líbano e Palestina, em missão de confraternização e para expor a posição do mundo árabe diante do sionismo. [...] Os representantes árabes manifestaram-se agradavelmente impressionados com o Brasil [...] tiraram a conclusão de que este é um país em que a verdade sobre o problema da Palestina e, em geral, do Oriente Médio encontra compreensão e é vista com espírito de justiça. [...] Depois de recapitular a série de lutas no país e as marchas e contramarchas da política dos ingleses em relação à Palestina, o Sr. Zuayter lembra o Livro Branco (1939), pelo qual a Grã-Bretanha confessou o erro de sua política na Palestina e por compromisso oficial, decidiu conceder a independência ao país. Recorda também que todas as comissões que anteriormente havia estudado a situação da Palestina optaram pelo pleno direito dos povos árabes no país.

Questionada sobre a política norte-americana para a Palestina, a delegação árabe frisou a importância dos judeus para a política eleitoral nos Estados Unidos:

Quanto aos Estados Unidos, o grande Roosevelt reconheceu a justiça de nossa causa, tendo enviado ao rei Ibn Saud, da Arábia Saudita, uma carta que com ele se encontra. Por esse documento os Estados Unidos, pelo seu então presidente, afirmavam que nunca tomariam resoluções desfavoráveis aos árabes ou quaisquer medidas sobre a questão, sem que fossem consultados. Esse documento infelizmente vem sendo esquecido; e isso porque a política interna da República do Norte utiliza-se grandemente dos judeus ali radicados para favorecer a vitória de seus candidatos [...].

¹⁷⁰ UMA carta e o memorando a respeito do problema judaico foram enviados aos chefes de delegações à Assembleia em Petrópolis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 de set. de 1947, p. 8.

Além disso, os enviados da Liga Árabe¹⁷¹ foram bastante enfáticos quanto à decisão desejada para a questão da Palestina em discussão no âmbito da ONU e resolutos nessa decisão afirmavam que

[...] os governos árabes e todo o povo do mundo árabe exige como condição para a paz no Oriente Médio que seja suspensa totalmente a imigração judaica para a Palestina; que os que lá se encontram se considerem cidadãos de um estado palestino árabe, abandonando, conseqüentemente toda ideia sionista, toda ideia de transformar a Palestina ou parte dela em "Lar Nacional Judaico". Essa é a solução que propomos e a única que aceitamos para a questão.¹⁷²

A maioria dos representantes árabes em defesa de sua causa atuavam em uma linha de ataque ao sionismo, afirmando que as três religiões – judaísmo, islamismo e catolicismo – estão ligadas à Palestina, porém, argumentavam que o sionismo é um movimento político moderno, de natureza agressiva e violenta, e que nada tem que ver com a Palestina, a não ser pelo seu objetivo de penetração no Oriente Médio, empregando a Terra Santa como porta de entrada¹⁷³.

Os meses de setembro a novembro de 1947 foram bastante agitados em ambas as comunidades. Tanto árabes quanto judeus se movimentavam pleiteando junto ao governo brasileiro posicionamento favorável às suas causas, cada qual utilizando-se dos recursos disponíveis.

Os membros do Comitê Cristão Pró-Palestina procuraram entrar em contato com todas as correntes políticas dentro do Congresso Nacional a fim de inteirá-las sobre a proposta da partilha da Palestina e pedir apoio para sua aprovação. Toda a comunidade estava mobilizada: os jornais em ídiche, *Ídiche Presse* (Imprensa Israelita), *Unzer Stime* (Nossa Voz), de orientação esquerda comunista, assim como os impressos em português, como o *Jornal Israelita* e o semanário ilustrado *Aonde Vamos?*, estavam focados em angariar apoio à partilha da Palestina e, portanto, ao estabelecimento do Estado de Israel.

No relato quase biográfico de Samuel Malamud fica claro que a comunidade judaica no Brasil, representada essencialmente através das instituições sionistas, se

¹⁷¹ Em maio de 1947 era criado, no Rio de Janeiro, o primeiro escritório da Liga Árabe no Brasil (KLEINAS; VIGEVANI, 2000, p. 98).

¹⁷² ABANDONO da ideia sionista, a solução para o problema da Palestina. Periga a paz no Oriente Médio; Visita São Paulo uma delegação do mundo árabe. *Folha da Manhã*, São Paulo, 24 de set. de 1947, p. 2.

¹⁷³ ACUSAÇÕES do representante do Iraque ao sionismo. *Folha da Manhã*, São Paulo, 07 de out. de 1947, p. 1.

organizou como em uma guerra, com batalhões de colaboradores e utilizando-se de estratégias de influência política. Em suas palavras (1983, p. 61) relata-se a preocupação com os últimos dias da Assembleia:

Na última semana de novembro, quando o assunto da partilha entrou em sua fase final e decisiva, [...], os dirigentes da Organização Sionista Unificada do Brasil ficaram a postos e vigilantes para cumprir as determinações que viesse da Agência.

Na manhã do dia 25, recebeu o secretário-geral da OSUB, [...], que a proposta de partilha deveria ser aprovada naquele mesmo dia pela comissão *ad hoc*, mas que não estava garantida a maioria de 2/3 exigida, de modo que haveria receio quanto ao resultado da votação no plenário. Ocorria, ainda, a circunstância de haver o Brasil apoiado a pretensão árabe de ser o assunto da Palestina encaminhado à Corte Internacional de Haia. Era preciso renovar os apelos aos governos latino-americanos e aos seus respectivos representantes na ONU, para que apoiassem a criação do Estado Judeu. [...] Deve-se acrescentar a esse relatório a atuação do Comitê Cristão Pró-Palestina. O Senador Hamilton Nogueira, na qualidade de vice-presidente do Comitê, falou com o Embaixador Oswaldo Aranha pelo telefone às vésperas da votação, para ouvir seu prognóstico e apelar pelo seu empenho em favor da aprovação. Assisti a essa conversação e a ouvi pela extensão, com a licença do senador.

Definida a partilha da Palestina, o Brasil foi palco de intensas manifestações por parte da comunidade judaica e sionista. A maior manifestação que se teve notícia foi realizada no Estádio do Pacaembu¹⁷⁴, reunindo centenas de pessoas em agradecimento ao governo brasileiro, especialmente ao Embaixador Oswaldo Aranha¹⁷⁵, que em entrevista ainda nos Estados Unidos declarou que: "Não podíamos manter o *"status quo"* na Palestina, precisávamos mudá-lo e espero que o tenhamos

¹⁷⁴ Segue transcrição de parte do artigo: MANIFESTAÇÕES de regozijo da comunidade israelita. Reunidos na noite de hoje no Pacaembu os judeus festejaram a criação do Lar Nacional. Homenagens à delegação brasileira na ONU. *Folha da Manhã*, São Paulo, 04 de dez. de 1947, p. 2. "Perante numerosa assistência, realizou-se na noite de ontem, no estádio do Pacaembu, uma manifestação da comunidade israelita de São Paulo em regozijo pela recente resolução da ONU criando o Estado Judaico e também em sinal de agradecimento pela atuação da delegação brasileira junto aquele órgão. [...] Cartazes cívicos foram expostos no recinto, tendo sido prestadas homenagens aos vultos que mais se destacaram na luta pela vitória do sionismo político e à Hagana considerada defensora do Estado Judeu. [...] Moisés Kauffmann, presidente da Federação Israelita do Estado de SP, [...] prestou, finalmente, uma homenagem aos países que votaram a favor da criação do Estado Judeu, especialmente ao Brasil, à delegação do nosso país na ONU e ao Sr. Oswaldo Aranha, a essa altura foi o orador interrompido pela assistência, que ovacionou vivamente a delegação brasileira e o seu chefe".

¹⁷⁵ AGRADECIMENTO dos israelitas ao Sr. Oswaldo Aranha. *Folha da Manhã*, São Paulo, 04 de dez. de 1947, p. 1; MANIFESTAÇÕES de regozijo da comunidade israelita. *Folha da Manhã*, São Paulo, 04 de dez. de 1947, p. 2; REGRESSOU ontem pela manhã ao Rio o Sr. Oswaldo Aranha. *Folha da Manhã*, São Paulo, 07 de dez. de 1947, p. 5; HOMENAGEM ao delegado do Brasil nas Nações Unidas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 03 de dez. de 1947, p. 2;

feito na forma devida"¹⁷⁶. O embaixador em telegrama a Raul Fernandes agradeceu também a oportunidade a ele concedida no âmbito das Nações Unidas:

Entre as honras recebidas na Organização das Nações Unidas e neste país, ao termo da minha missão, nenhuma me foi mais grata do que a das suas felicitações. Procurei em tudo o que fiz corresponder às sábias instruções de V. Ex. à confiança com que me honrou o presidente da República e às tradições diplomáticas do Brasil. Respeitosas saudações - Oswaldo Aranha.¹⁷⁷

O retorno do diplomata brasileiro ao Rio de Janeiro resultou em mais uma manifestação de agradecimento da comunidade judaica e seus simpatizantes. Organizados em uma comissão liderada pelo presidente da UDN, o deputado Prado Kelly, com a presença de representantes do Presidente da República, o tenente-coronel Gruns Moss, Ministros de Estado, representações da Câmara e do Senado, deputado Samuel Duarte (PSD), presidente da Câmara dos Deputados, o prefeito general Ângelo Mendes de Moraes, senadores José Américo (UDN) e Hamilton Nogueira (UDN), deputados Acurcio Torres (PSD), Flores da Cunha (UDN) e Prado Kelly (UDN), João Alberto Lins de Barros (PTB), presidente da Câmara dos Vereadores e o sr. Herbert Moses, presidente da ABI, assim como outras autoridades, receberam o embaixador brasileiro calorosamente.

Nesta ocasião foi enviada uma mensagem da Confederação Latino-Americana dos Sionistas Gerais ao presidente da República nos seguintes termos:

No momento em que retorna ao seio da pátria o eminente embaixador Oswaldo Aranha, tomamos a liberdade de apresentar a V. Ex. [...] a expressão do nosso profundo reconhecimento ao governo brasileiro, pelo apoio dado na AGNU ao plano da partilha, de que resultou a criação do Estado Judeu¹⁷⁸.

Diante da decisão da partilha da Palestina pelas Nações Unidas o conflito, que já existia entre árabes e judeus na Palestina durante o Mandato Britânico, se

¹⁷⁶ POSSIBILIDADES de uma visita do Presidente Dutra a Washington. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 de dez. de 1947, p. 7.

¹⁷⁷ AGRADECIMENTO do Sr. Oswaldo Aranha ao Sr. Raul Fernandes. *Folha da Manhã*, São Paulo, 04 de dez. de 1947, p. 1

¹⁷⁸ REGRESSOU ontem pela manhã ao Rio o Sr. Oswaldo Aranha. Prestada a S. Ex., significativa homenagem por ocasião de seu desembarque; discurso do sr. Prado Kelly. *Folha da Manhã*, São Paulo, 07 de dez. de 1947, p. 5.

intensificou e abriu precedentes para uma verdadeira guerra¹⁷⁹, da qual já conhecemos o seu resultado.

Em 14 de maio de 1948, era proclamado o Estado de Israel. Na Palestina, os jornais brasileiros imediatamente informaram as notícias e os reconhecimentos que se seguiram ao novo país, evidenciando que o Brasil deveria seguir para breve reconhecimento de Israel¹⁸⁰, uma vez que os Estados Unidos já o tinha feito.

Mais uma vez a comunidade judaica se mobilizou. Agora o motivo era a luta pelo reconhecimento brasileiro ao Estado de Israel¹⁸¹, isto porque apesar do Brasil ter votado a favor da partilha da Palestina, o país não havia reconhecido *de jure*¹⁸² o novo Estado, em face da evolução dos acontecimentos no Oriente Médio, do não respeito às Resoluções da ONU referentes às fronteiras estabelecidas pela Resolução 181, aos direitos dos refugiados árabes e aos Lugares Santos. Nessa última questão, o Brasil mantinha estreita corroboração às diretrizes estabelecidas pelo Vaticano.

Pouco depois de proclamada a independência do Estado de Israel, o Senador Hamilton Nogueira voltava à tribuna do Senado em defesa da causa judaica para requerer do governo brasileiro o imediato reconhecimento *de jure* do novo Estado:

O Brasil não poderia ser indiferente aos aspectos internacionais do problema. Primeiro, porque sempre tomou posição, 'assinou o tratado de Saint Reims. Sua atuação na ONU foi decisiva'. Se o Senador Álvaro Adolfo estivesse presente, e não fosse indiscrição perguntar a um diplomata qual a atuação na nossa delegação, S. Ex.^a diria que essa atuação foi decisiva. Na hora atual, em que a nação mais realista do mundo - os Estados Unidos - reconhecem imediatamente o

¹⁷⁹ Alguns líderes sionistas não acreditavam na hipótese de uma guerra contra as nações da Liga Árabe, uma vez que os árabes não seriam unidos o suficiente, é o que declarou o jornalista norte-americano, vice-presidente da Organização Sionista Americana e membro da Confederação Mundial dos Sionistas Gerais; NÃO haverá guerra porque não existe união entre os árabes. Declara um dos três maiores líderes do sionismo mundial. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 02 de dez. de 1947, p. 3.

¹⁸⁰ A atitude do Brasil em relação ao Estado Judaico. *Folha da Manhã*, São Paulo, 16 de mai. de 1948, p. 7; OS Estados Unidos reconheceram o novo estado judaico na Palestina. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 de mai. de 1948, p. 7; UM Estado novo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 de mai. de 1948, p. 5; A questão do reconhecimento do estado judaico. A atitude dos Estados Unidos foi uma surpresa para a Grã-Bretanha, cujo governo não foi consultado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 de mai. de 1948; PROCLAMAÇÃO da independência do Estado de Israel. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 de mai. de 1948, p. 7; O reconhecimento do estado de Israel. Um porta voz do "Foreign Office" afirma que não houve pedido para o reconhecimento pela Grã-Bretanha do Estado judaico; Estados Unidos, Rússia, Polônia, Tchecoslováquia e Uruguai reconheceram a existência do novo estado hebreu. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 de mai de 1948, p. 7;

¹⁸¹ O Estado de Israel. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de mai. de 1948. No Senado Federal, p. 6; PROPOSTO no senado o imediato reconhecimento do Estado de Israel pelo governo brasileiro. Discurso proferido pelo Sr. Hamilton Nogueira. *Folha da Manhã*, São Paulo, 22 de mai. de 1948, p. 9.

¹⁸² Existem duas maneiras de reconhecimento de um novo Estado: o reconhecimento de direito (*de jure*) e o reconhecimento de fato. O primeiro é um reconhecimento definitivo, pleno e total, produz todos os efeitos. Já o reconhecimento de fato é provisório, revogável e produz efeitos limitados.

governo da Palestina, o Estado Independente de Israel, não há razão para que o Brasil saia da coerência com que se tem mantido na esfera internacional.

Questionando a posição veementemente colocada pelo Senador Hamilton Nogueira, o Senador João Vilas Boas¹⁸³ se expressou da seguinte maneira:

Apesar de todas as ponderações de V. Ex. não acha louvável a atitude refletida do Presidente da República, que deixou de adotar uma solução precipitada, no momento, atendendo a que a população do Brasil se compõe de 168.000 árabes e apenas 16.000 judeus?

Em resposta o Senador Hamilton Nogueira prossegue:

Quando se trata de questões de direito e de justiça, temos que defender esse direito e essa justiça. Houvesse apenas um judeu para cinco milhões de árabes no Brasil, sendo a questão de justiça e de direito, havíamos de ficar com a justiça e com o direito. [...] Estou certo de que o Brasil saberá, na hora oportuna, decidir-se.¹⁸⁴

Samuel Malamud (1983, p. 79) nos conta em seu livro que, como Oficial de Ligação do Estado de Israel no Rio de Janeiro, foi recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, sempre que pleiteava, para transmitir as solicitações de Tel Aviv.

Samuel Malamud (1983, p. 87) nos informa que continuou rotineiramente insistindo junto ao Itamaraty no tocante ao reconhecimento e que em audiência do dia 31 de janeiro de 1949, em conversa com o Ministro Raul Fernandes, foi questionado sobre a extrema esquerda, ou seja, a presença comunista, no governo israelense. Malamud, respondeu que o partido majoritário de Israel era socialista moderado, nos moldes do Partido Trabalhista inglês, o qual contava com a maior bancada do Parlamento e, por isso, chefiava o governo. Os comunistas tinham menos de 4% dos votos e nem participavam do Ministério. Em contrapartida, Malamud chamou a atenção do Ministro para o fato de que na última eleição no Brasil o Partido Comunista obteve mais de 10% dos votos:

No final da entrevista o ministro [...] prometeu-me que no primeiro despacho com o Presidente Eurico Gaspar Dutra, terça-feira, dia 05 de fevereiro de 1949 (a minha entrevista foi na quinta-feira anterior), colocaria o assunto em pauta. Ao deixar o Itamaraty, enviei um

¹⁸³ João Vilas Boas, foi jornalista e advogado, e ocupou no período em questão o cargo de Senador (1946-1955), pela UDN.

¹⁸⁴ PROPOSTO no senado o imediato reconhecimento do Estado de Israel pelo governo brasileiro. Discurso proferido pelo Sr. Hamilton Nogueira. *Folha da Manhã*, São Paulo, 22 de mai. de 1948, p. 9.

telegrama a Tel Aviv anunciando o reconhecimento *de jure*¹⁸⁵ para aquela data. E assim foi.

É evidente todo o esforço realizado pela comunidade judaica no Brasil, revelando a força política que os judeus, em especial o movimento sionista, possuíam. Podemos afirmar que as instituições judaicas e sionistas agiram como verdadeiros grupos de pressão atuando em diversas frentes, a nível nacional, estadual, municipal e, claro, internacional, a favor do estabelecimento na Palestina de um Estado Judeu.

Enquanto isso, apesar dos esforços de membros da Liga Árabe, a tímida mobilização no Brasil revelou uma luta solitária. Não houve uma efetiva participação da comunidade árabe local, refletindo, mais uma vez, as características da colônia, já evidenciadas anteriormente. Isto é, o fato de serem múltiplas vezes divididos (família, cidade/aldeia, religião) dificultou ou até mesmo impossibilitou o sentido de união, de um grupo dedicado a lutar por interesses comuns, porque tais interesses estão também amplamente ramificados.

¹⁸⁵ Apesar do reconhecimento realizado em 7 de fevereiro de 1949, o Brasil só estabelecerá relações diplomáticas com o país, em 29 de março de 1952, a partir do novo governo Vargas quando instalou-se uma Embaixada em Tel Aviv.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos entre 1930-1950 abrangeram momentos de grande efervescência política, neste curto período de tempo o Brasil passou por duas revoluções (1930 e 1932), por três diferentes Constituições Nacionais (1934, 1937 e 1946), um golpe de Estado (1937), uma presidência ditatorial durante o chamado Estado Novo (1937-1945), a renúncia de dois presidentes (1929 e 1946), e o retorno à democracia, com um ex-presidente ditador democraticamente eleito pelo povo (1951).

Enquanto isso, o mundo viveu uma crise econômica sem precedentes antes na história, com impactos em todos os países, inclusive no Brasil (1929), a explosão de uma Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a presença de barbaridades e atrocidades humanas, nunca antes compartilhadas mundialmente, como foi o tenebroso holocausto e as irreparáveis bombas nucleares de Hiroshima e Nagasaki, o surgimento de um órgão internacional, as Nações Unidas, que trouxe e renovou as esperanças mundiais, uma vez que prometia restaurar e manter a paz mundial, assim como presenciou a emergência de duas novas grandes potências que passariam a competir acima de tudo, ideologicamente, os Estados Unidos e a União Soviética.

Em suma, é neste cenário que a complexa questão da Palestina apontou como um problema a ser solucionado pela recém-criada Organização das Nações Unidas e seus membros. Ou seja, o Brasil era convocado a se manifestar e se posicionar internacionalmente, e com uma carga maior, já que todos os holofotes estavam direcionados para o país, além das potências mundiais, a partir do momento em que um embaixador brasileiro, Oswaldo Aranha, conduzia o debate, ciente de que o Brasil era lar de relevantes comunidades sírio-libanesas e judaicas que viviam harmoniosamente no país, mas que tinham interesses e futuros a serem defendidos na questão.

Considerando, portanto, todos os pontos levantados, percebemos que o Brasil teve que dialogar com interesses diversos em um cenário doméstico e internacional conturbado.

Os resultados da pesquisa nos permitem considerar que o país procurou alinhar seus interesses domésticos relativos ao desenvolvimento econômico, para cuja concretização, um bom relacionamento com os Estados Unidos era primordial, no

momento em que o governo Dutra estava envolto na preocupação com o avanço do comunismo e o perigo que este representava, em sua concepção, para o Brasil e a ordem mundial. Havia, portanto, naquele contexto, duas ordens de interesses convergentes com os Estados Unidos. Entretanto, outros fatores também pesavam na tomada de decisões: o peso do catolicismo no Brasil e, portanto, a influência do Vaticano; a presença das comunidades árabe e judaica no país; e a manutenção do posicionamento brasileiro, como líder regional, em contraposição com a Argentina.

Tais fatores convergiam com os interesses das principais potências: a) a Grã-Bretanha, que pretendia se desvencilhar da questão palestina, que já tinha trazido prejuízos políticos e econômicos em demasia; b) os Estados Unidos, que buscavam contrabalancear forças com a União Soviética, defendendo seus interesses em uma região estrategicamente importante e energeticamente rentável e, simultaneamente, buscando agraciar os líderes sionistas que orientavam o voto de uma considerável parcela eleitoral norte-americana e c) a União Soviética, que pretendia ampliar sua zona de influência, buscando manter o desequilíbrio na região. A soma desses fatores não poderia resultar em outra orientação, senão a partilha da Palestina, em um Estado árabe e outro Estado judaico.

No decorrer das discussões sobre o tema nas Nações Unidas, após um posicionamento favorável à partilha, o Brasil se absteve em relação à entrada de Israel nas Nações Unidas; e foi favorável às diversas resoluções em defesa dos refugiados e deslocados palestinos, assim como às resoluções que mantinham os estatutos especiais dos Lugares Santos, sendo contrário, portanto, às políticas praticadas pelo Estado que ele mesmo tinha ajudado a criar, o recém instaurado Estado de Israel.

Assim, uma política que aparentemente pode parecer incongruente, ou até mesmo simbolizar uma ausência de política para a região, é esclarecida durante a análise documental, que evidenciou os seguintes elementos: a) o Brasil era, na época, o maior país católico do mundo, tendo a diplomacia brasileira trocado frequentes correspondências com o Vaticano, nas quais seu conteúdo demonstrava preocupação especial com a questão dos refugiados e, principalmente, dos Lugares Santos; b) o não cumprimento das resoluções das Nações Unidas por parte de Israel; c) a desconfiança da presença e poder de um partido comunista em Israel, d) as considerações sobre a maneira como a questão repercutiu na sociedade brasileira, refletindo intensa preocupação com a situação dos árabes, mas também com a

presença de um sentimento de reparação e dívida com o povo judaico; e o início da percepção da incapacidade das Nações Unidas no sentido de impor e manter suas orientações ou resoluções mandatárias, e) a luta contra o comunismo, e o desejo de uma aproximação mais efetiva com os Estados Unidos, f) o apoio e mobilização de partidários do governo representados, principalmente pela legenda da UDN; g) a intensa mobilização da comunidade judaica, liderada e subsidiada pelo movimento sionista, direcionando o Brasil para uma posição favorável à partilha da Palestina e, posteriormente, levando a preocupações maiores para Estado brasileiro que adiou o reconhecimento do Estado de Israel, em uma delonga de um ano (1949) e mais outros três anos (1953) para o estabelecimento de relações diplomáticas, através do envio de um embaixador brasileiro à Tel Aviv e recepção de um embaixador brasileiro no Rio de Janeiro.

A análise do perfil migratório sírio-libanês e judaico para o Brasil, e seus respectivos posicionamentos perante a questão, evidenciou que apesar da presença de ambas colônias no Brasil, ou seja, no mesmo território, elas não podem ser equiparadas, pois exigem leituras diferentes, assim não podemos exigir ou esperar o mesmo envolvimento com o problema palestino.

Isso porque são culturalmente singulares, os sírio-libaneses são multiplamente diversos entre si, e inúmeras vezes divididos conforme a importância que os três elementos chave de sua etnia possuem: a família, a terra de origem, e a religião. Elementos que travam a possibilidade de perceberem-se como um grupo de interesse comum e, conseqüentemente, da mobilização conjunta. Até porque consideramos que somente durante o debate da questão palestina no Brasil houve certa aproximação e interesse na projeção uniforme de sírios e libaneses em torno de uma identidade comum o “arabismo”, entretanto, a rapidez dos eventos não nos permite afirmar que a colônia sírio-libanesa teria sido capaz de se mobilizar em defesa de um Estado árabe, semelhante ao que os judeus promoveram no Brasil. Enquanto os judeus, por sua vez, possuem um sentido de grupo intrínseco à sua memória coletiva, reproduzida inclusive por uma questão de sobrevivência e de defesa da comunidade. Dessa maneira, não foi difícil aos judeus no Brasil perceberem o que ocorria na diplomacia brasileira, naquele momento decisivo. Beneficiados pelo contexto político de reconstrução democrática, puderam rapidamente passar à mobilização, pressionando o governo para dar ao processo uma dimensão a eles favorável.

Percebemos, portanto, que na sociedade brasileira a questão palestina foi percebida como uma problemática complexa, em que forças maiores possuíam interesses ocultos, que tanto árabes como judeus possuíam direitos iguais à terra da Palestina, porém existia um forte sentimento de reparo aos danos causados ao povo judeu, entretanto, a imposição de uma migração forçada não seria aceita em nenhum país. Por que então os árabes tinham que aceitar? Mas, por outro lado, qual seria o destino de inúmeros refugiados/deslocados e sobreviventes do Holocausto? A reparação ao povo judeu, por meio da constituição de um Estado em Israel, não era justa? E por fim, as Nações Unidas e suas resoluções deviam ser respeitadas em forma de lei, e o Brasil tinha, como defensor dos direitos humanos e promotor de princípios universalistas, o dever de se posicionar em defesa do órgão internacional.

Permeada por questões culturais, um contexto político doméstico conturbado e um cenário internacional em conflito de ideias, a questão palestina não teve tempo hábil para ser amadurecida, e coerentemente debatida no seio da sociedade brasileira, no período, permitindo, portanto que as mobilizações e posicionamentos partissem somente daqueles já institucionalmente organizados e integrados na sociedade brasileira, que assimilaram a política brasileira e o jogo político em pauta.

Dessa maneira, ressaltamos a importância da compreensão dos atores, do cenário, dos interesses em campo, para uma percepção clara do jogo e posicionamento coerente.

Nesta lógica percebemos que tanto o Brasil, como a colônia judaica, orientada pelos líderes sionistas, perceberam as forças envolvidas e souberam se posicionar estrategicamente em defesa dos seus interesses, os quais perante os eventos de 1947 e 1948 convergiram em uma mesma direção, mesmo que o processo tenha sido marcado por dissensões pontuais.

FONTES

AONDE VAMOS?. São Paulo: Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, 1947-1949.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Brasília e Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores. Telegramas, ofícios e relatórios; recebidos e expedidos; confidenciais, secretos e secretos particulares, 1945-1948, 1955 e 1967.

ARQUIVO OSWALDO ARANHA, CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Correspondências Particulares, 1945-1948.

CORREIO DA MANHA. Rio de Janeiro: 1942;1947-1948;1954.

FOLHA DA MANHÃ. São Paulo: 1947-1948.

FOLHA DA NOITE. São Paulo: 1947-1948.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: 1947-1948.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: 1929;1947-1948.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme de Andrade. IV O Ghettho. O Estado de São Paulo, São Paulo, 31 de mar. de 1929. Cosmopolis, p. 4

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período de 1945-1964. In.: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel. (Org.) Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A diplomacia do liberalismo econômico. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. (org.). Sessenta anos de política externa brasileira 1930-1990. Vol. I: Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999, p. 173-210.

ANDRADE, Jeferson de. Correio da Manhã: Um jornal assassinado. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

BAHIA, Juarez. Jornal, história e técnica – história da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990.

BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p. 312-313.

BANDEIRA, Moniz. Uma tendência em baixa: as relações entre Brasil e Estados Unidos. In.: CERVO, Amado Luiz. (Org.) O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: UnB, 1994, p. 156.

BENEVIDES, Maria Victoria. A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, Maria Victoria. O velho PTB paulista: partido, sindicato e governo em São Paulo (1945-1964). São Paulo: Cedec, 1988.

BLAY, Eva Alterman. O Brasil como destino: raízes da imigração judaica contemporânea para São Paulo. São Paulo: Unesp, 2013.

BRASIL. Diário da Assembleia Nacional Constituinte. Pronunciamento. Brasília: Danc, 1946, p. 3417. Disponível em <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/340242>. Acesso em 24 de novembro de 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Diário do Senado, Brasília, 05 de dezembro de 2008, p. 3745. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/diarios/BuscaDiario?codDiario=1394&paginaPesquisa=23¶metroPesquisa=%22PALESTINA%20REFUGIADOS%22>. Acesso em 01 de abril de 2014.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em 27 de outubro de 2015.

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em 27 de outubro de 2015.

BUENO, Clodoaldo. A política multilateral brasileira. In.: CERVO, Amado Luiz. (Org.) O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: UnB, 1994, 59-144.

CERVO, Amado Luiz. (Org.) O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: UnB, 1994.

CERVO, Amado Luiz. Apresentação. In: SANTOS, N.B. (Org) Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades. Brasília, UnB, 2000, p. 9-12.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: UnB, 2012.

Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1930, Atos da Junta Governativa Provisória e do Governo Provisório (outubro a dezembro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931, vol. II, p. 82-85. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1930v2-230p/L1930-11.pdf>. Acesso em 27 outubro de 2015.

CÔRREA, Luiz Felipe de Seixas (Org.). O Brasil nas Nações Unidas (1946-2011). Brasília: FUNAG, 2012.

CPDOC, Dossiês: Cruzada Democrática. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies>. Acesso em 25 de outubro de 2015.

CPDOC. Verbetes. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TRATADO%20DE%20LOCARNO.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2015.

DUPAS, Gilberto. Introdução. In.: DUPAS, G; VIGEVANI, T. (org.) Israel - Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global. São Paulo: Unesp, 2002, p. 7-18.

DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo. (Orgs.) Israel - Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global. São Paulo: Unesp, 2002.

FALBEL, Nachman. Estudos sobre a comunidade judaica no Brasil. São Paulo: Federação Israelita do Estado de São Paulo, 1984.

GAMSOM, William A. Talking Politics. UK: Cambridge University Press, 1992.

HILTON, Stanley. Oswaldo Aranha: uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

HIPPOLITO, Lucia. De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1964.

HIRST, Mônica. A política externa do segundo governo Vargas. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. (org.). Sessenta anos de política externa brasileira 1930-1990. Vol. I: Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999, p. 211- 230.

IBGE – Censos Demográficos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 09 de Junho de 2014.

KUPERMAN, Diane. Mídia e Oriente Médio: uma relação de guerra e paz. In: SANTOS, N.B. (Org) Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades. Brasília, UnB, 2000, p. 235-264.

LACERDA, Carlos. O Brasil e o mundo árabe. Rio de Janeiro: Pongetti, 1948.

LESSER, Jeffrey. O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

MALAMUD, Samuel. Do Arquivo e da Memória. Rio de Janeiro: Bloch, 1983.

MALAMUD, Samuel. Documentário. Contribuição judaica à memória da comunidade judaica brasileira. São Paulo: Imago, 1992.

MIZRAHI, Rachel. Imigrante no Brasil: Judeus, do descobrimento aos dias atuais. São Paulo: Companhia Nacional, 2005.

MOURA, Gerson. Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. O Brasil na Segunda Guerra Mundial: 1942-1945. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. (Org.). Sessenta anos de política externa brasileira 1930-1990. Vol. I: Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

PIMENTEL, João Vicente. O padrão de votação brasileiro na ONU e a questão do Oriente Médio. In.: DUPAS, G; VIGEVANI, T. (Org.) Israel - Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global. São Paulo: Unesp, 2002, p. 287-302.

RATTNER, Henrique. Nos caminhos da diáspora: uma introdução ao estudo demográfico dos judeus. São Paulo: Centro Brasileiro de Estudos Judaicos, 1972.

RATTNER, Henrique. Tradição e mudança. A comunidade judaica em São Paulo. São Paulo: Ática, 1977.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, J. B. Introdução à história das relações internacionais. Trad. Hélio de Souza. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. (Org.). Sessenta anos de política externa brasileira 1930-1990. Vol. I: Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999, p. 37-60.

SANTANA, Marco Aurélio. A queda do equilibrista; o PCB e os sindicatos no Brasil (1945-1992). In.: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel. (org.) Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Norma Breda dos. “O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas: da criação do Estado de Israel ao pós (?) -sionismo”. In: SANTOS, N.B. (Org.) Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades. Brasília, UnB, 2000.

SEITENFUS, Ricardo. Quatro teses sobre a política externa brasileira nos anos 1930. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. (Org.). Sessenta anos de política externa brasileira 1930-1990. Vol. I: Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999, p. 115-160.

SENKMAN, Leonardo. O Brasil de Vargas e a relações diplomáticas com Israel: análise comparativa com a Argentina, 1949-1955. In: SANTOS, N.B. (Org.) Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades. Brasília, UnB, 2000, p. 115-148.

SETTE, Luis Paulo Lindenberg. A diplomacia econômica brasileira no pós-guerra (1945-1964). In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. (Org.). Sessenta anos de política externa brasileira 1930-1990. Vol. II: Diplomacia para o Desenvolvimento. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999, p. 239-266.

SILVA, Heber Ricardo da. Imprensa e campo político: concepções de democracia dos jornais liberais brasileiros durante a transição democrática (1945-1948). Revista Eletrônica do Arquivo de São Paulo, nº30, São Paulo, 2008.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

SOUZA, Marcelo Cintra. A imprensa imigrante: trajetória da imprensa das comunidades imigrantes em São Paulo. São Paulo: Memorial do Imigrante: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

TOPEL, Marta Francisca. “Judaísmo(s) brasileiro(s): uma incursão antropológica”, in Revista USP, São Paulo, n. 67, p. 186-197, 2005.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: Unesp, 2009.

TUCCI, Maria Luiza Carneiro. O antissemitismo na Era Vargas (1930-1945). São Paulo: Brasiliense, 1988.

United Nations. The origins and evolution of the Palestine problem: 1917-1988, Nova York: UN, 1990.

VARGAS, Getúlio. Discurso de posse (1937). Brasília: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1937/view>. Acesso em 28 de outubro de 2015.

VIGEVANI, Tullo; KLEINAS, Alberto. Brasil-Israel; da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949). In: SANTOS, N.B. (org) Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades. Brasília, UnB, 2000, p. 71-114.

VIGEVANI, Tullo; KLEINAS, Alberto; CINTRA, Rodrigo. Conflito Palestina-Israel: anacronismo, contemporaneidade e o papel do Brasil. In.: DUPAS, G; VIGEVANI, T. (Org.) Israel - Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global. São Paulo: Unesp, 2002, p. 19-46.

WIAZOVSKI, Taciana. O mito do complô judaico-comunista no Brasil. Gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954). São Paulo: Humanitas, 2008.